



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

CAMILLA MASSOLA SUMI

**A CIDADE NA PERSPECTIVA DO GÊNERO: AS
POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS 1990-2015 EM
SÃO PAULO/SP**

CAMPINAS
2018

CAMILLA MASSOLA SUMI

**A CIDADE NA PERSPECTIVA DO GÊNERO: AS
POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS 1990-2015 EM
SÃO PAULO/SP**

Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, para obtenção do título de Mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, na área de Arquitetura, Tecnologia e Cidade.

Orientadora: Profa. Dra. SILVIA APARECIDA MIKAMI GONÇALVES PINA

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA CAMILLA MASSOLA SUMI E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. SILVIA APARECIDA MIKAMI GONÇALVES PINA

ASSINATURA DO ORIENTADORA



CAMPINAS

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2016/10021-3

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

Su62c Sumi, Camilla Massola, 1990-
A cidade na perspectiva do gênero : as políticas públicas urbanas
1990-2015 em São Paulo/SP / Camilla Massola Sumi. – Campinas, SP : [s.n.],
2018.

Orientador: Sílvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

1. Gênero. 2. Políticas públicas. 3. Políticas públicas - Mulheres. 4. Direito
urbanístico. 5. Planejamento urbano. I. Pina, Sílvia Aparecida Mikami
Gonçalves, 1960-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The city in the gender perspective : urban public policies
1990-2015 in São Paulo/SP

Palavras-chave em inglês:

Gender
Public policy
Public Policies - Women
Urban development law
Urban planning

Área de concentração: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Titulação: Mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Banca examinadora:

Sílvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina [Orientador]
Rosana Aparecida Baeninger
Ana Gabriela Godinho Lima

Data de defesa: 27-02-2018

Programa de Pós-Graduação: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

**A CIDADE NA PERSPECTIVA DO GÊNERO: AS POLÍTICAS
PÚBLICAS URBANAS 1990-2015 EM SÃO PAULO/SP**

Camilla Massola Sumi

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Profa. Dra. Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina
Presidente e Orientadora/ FEC-UNICAMP

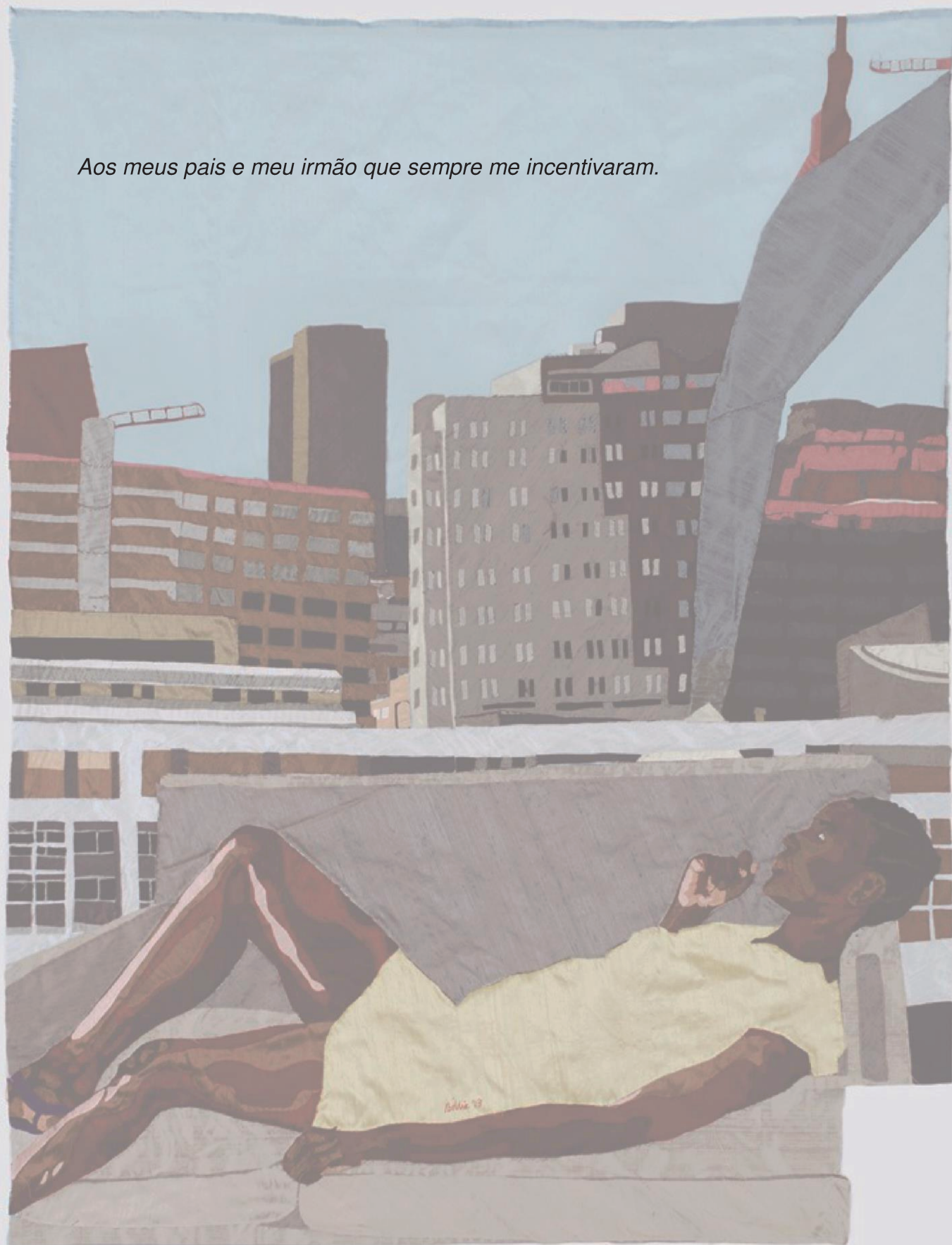
Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger
IFCH - UNICAMP

Profa. Dra. Ana Gabriela Godinho Lima
FAU - MACKENZIE

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se
no processo de vida acadêmica da aluna.

Campinas, 27 de fevereiro de 2018

Aos meus pais e meu irmão que sempre me incentivaram.



top of the world, silk tapestry. Artista: Billie Zangewa, 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Silvia A. Mikami G. Pina que acreditou nesta pesquisa, pelas orientações, o apoio, a dedicação, o acolhimento e a amizade que data de alguns anos.

Aos professores Evandro Ziggiatti Monteiro, Rosana Aparecida Baeninger e Ana Gabriela Godinho Lima pelas ricas contribuições dadas na Banca de Qualificação e Defesa.

Agradeço as professoras Ana Maria Reis de Góes Monteiro e Emília Wanda Rutkowski pela motivação na disciplina de *Didática do Ensino Superior*. Assim como, aos professores Gisela Cunha Viana Leonelli e Sidney Piochi Bernardini pela instigação nas discussões da disciplina de *Cidade e Direito Urbanístico*.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio financeiro (processo nº2016/10021-3) e também as contribuições do(a) parecerista.

As minhas colegas, amigas e amigos Bianca Jo, Juliana Rammé, Viviana Gonçalves, Taiana C. Vidotto, Mariana B. Baptista, Carolina Molina, Willian Vicente, Paul Newman, Tiffany Liu, José Claudio Nogueira, André Zerati e tantos outros pelos trabalhos desenvolvidos, os que formaram parcerias, pelo companheirismo e nossas boas conversas, as quais levarei para a vida.

A Diana Helene Ramos e a Rossana Brandão Tavares idealizadoras do *blog FeminismUrbana*, o qual ajudou na divulgação de trabalhos da pesquisa.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, em especial ao Eduardo Estevam e a Rosana Silva.

RESUMO

Uma cidade justa compreende a interação das pessoas com o ambiente construído, de modo que sua estrutura atenda às diversas necessidades cotidianas de suas moradoras e moradores sem privilégios pré-concebidos, pois a experiência e utilização das cidades são percebidas de maneiras distintas entre mulheres e homens. A urbanização tem sido associada historicamente com uma expansão de oportunidades socioeconômicas e políticas para as mulheres, razão pela qual a questão do gênero e da prosperidade urbana emergem no contexto da celebração da cidade como geradora de riqueza e bem-estar. Contudo, esta intercessão das relações do gênero no espaço urbano coexiste com desigualdades socioespaciais, remetendo muitas vezes à marginalização e invisibilidade das mulheres e do seu direito à cidade. Neste sentido, o objetivo da pesquisa é identificar a inclusão das questões do gênero nas políticas públicas urbanas na perspectiva das mulheres, implantadas na cidade de São Paulo. A análise ocupa-se das variáveis da realidade relacionadas ao espaço público, participação, mobilidade, segurança, habitação, equipamentos e serviços. Para tanto, é realizado um levantamento documental referente ao período de 1990 a 2015. Espera-se que os procedimentos metodológicos utilizados na mesma proporcionem e incentivem outras pesquisas para ampliar a discussão do tema e que seus resultados apontem indicadores dinamizadores da construção de cidades mais igualitárias.

Palavras-chave

Gênero; Políticas Públicas Urbanas; Direito à Cidade; Mulheres

ABSTRACT

A fair city comprises the interaction of people with the built environment, so that its structure meets the daily needs of its residents and residents without preconceived privileges, since the experience and use of the cities are perceived in different ways between women and men. Urbanization has historically been associated with an expansion of socio-economic and political opportunities for women, which is why the issue of gender and urban prosperity emerges in the context of celebrating the city as a source of wealth and well-being. However, this intercession of gender relations in urban space coexists with socio-spatial inequalities, often referring to the marginalization and invisibility of women and their right to the city. In this sense, the objective of the research is to identify the inclusion of gender issues in the urban public policies, from the perspective of women implemented in the city of São Paulo. The analysis deals with the variables of reality related to public space, participation, mobility, security, housing, equipment and services. To do so, a documentary survey will be carried out for the period from 1990 to 2015. It is hoped that the methodological procedures used in it will provide and encourage further research to broaden the discussion of the topic, and its results point to encouraging for construction of more egalitarian cities.

Key Words

Gender; Urban Public Policies; Right to the City; Women

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Quando o mar tocou o sertão meu rosto era seu lar	17
Figura 2 - ActionAid + 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo. Seminário Cidades Seguras para as Mulheres: Experiências e Práticas	35
Figura 3 - Diagrama síntese da busca dentro das variáveis urbanas.	41
Figura 4 - Relação das principais palavras-chave utilizadas na busca.	41
Figura 5 - The Rebirth of the Black Venus	46
Figura 6 - Proposta do projeto HOMES.....	50
Figura 7 - Proposta do projeto HOMES.....	50
Figura 8 - Expressões pelo grafite, simbologias e empoderamento feminino.	56
Figura 9 - Representações gráficas Modernistas e androcêntricas	60
Figura 10 - Literatura produzida 1970-2010	64
Figura 11 - Estratégia de integração de gênero ou gender mainstreaming	69
Figura 12 - Programa arquitetônico do complexo Frauen-Werk-Stadt.....	70
Figura 13 - “Olhos da rua”.....	70
Figura 14 - Equipamentos do parque vienense Bruno-Kreisky-Park	71
Figura 15 - Planos de duas cidades com diretrizes de planejamento urbano de acordo com o conceito <i>gender mainstreaming</i>	73
Figura 16 - Reconhecimento por direitos: intervenções no centro de São Paulo.....	80
Figura 17 - Seminário “Mulheres e direito à cidade: narrativas de resistência” realizado em 09 de Junho de 2016 no Rio de Janeiro.....	86
Figura 18 - Capas da série Direito à Cidade – Novos Olhares	90
Figura 19 – Motorista, até que ponto esse ônibus vai?	94
Figura 20 - Políticas públicas urbanas identificadas de acordo com as variáveis urbanas, tempo e principal agente envolvido	107
Figura 21 – Dois cartazes da campanha Você não está sozinha	109
Figura 22 – Cartazes das manifestações Meu Corpo Não É Público	110
Figura 23 - Feira Feminista de Economia Solidária no bairro de Heliópolis-SP para promover a geração de renda e autonomia financeira das mulheres e trabalhadoras da comunidade	114
Figura 24 – Cartaz da apresentação do projeto de iluminação para Heliópolis-SP	117
Figura 25 - Chamada do evento Cidade Para as Mulheres.....	119

Figura 26 - Passagens alternativas?	122
Figura 27 - Banheiro sem distinção de gênero da FADU-UBA.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das mulheres ocupadas, segundo nível de instrução na RMSP (1998-2016)	100
Tabela 2 - Distribuição dos homens ocupados, segundo nível de instrução na RMSP (1998-2016)	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias e fonte material bibliográfico e documental	37
Quadro 2 - População urbana feminina e responsáveis por domicílios particulares permanentes nas grandes cidades da Macrometrópoles Paulista (2000-2010)	43
Quadro 3 - Razão do rendimento médio entre mulheres e homens e proporção de pessoas sem rendimento ou com rendimento de até 1 salário mínimo nas grandes cidades da Macrometrópole Paulista (2000-2010)	96
Quadro 4 - Políticas urbanas identificadas: Segurança e Equipamentos e Serviços	135
Quadro 5 - Políticas urbanas identificadas: Mobilidade	136
Quadro 6 - Políticas urbanas identificadas: Participação	136
Quadro 7 - Políticas urbanas identificadas: Habitação	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Destino das viagens de mulheres e homens (em %) no município de São Paulo.	111
---	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da Macrometrópole Paulista e destaque para cidade de São Paulo..	44
Mapa 2 - Distribuição territorial dos domicílios, segundo faixa de renda no município de São Paulo em 2010.....	97
Mapa 3 - Distribuição do emprego formal no município de São Paulo, segundo sexo em 2010.	98
Mapa 4 – Distribuição de renda e emprego de acordo com nível de escolaridade entre mulheres e homens na cidade de São Paulo.....	99
Mapa 5 - Concentração e proporção da população de mulheres	102
Mapa 6 - Concentração e proporção da população de mulheres	103
Mapa 7 - Concentração e proporção da população de mulheres por cor (branca, amarela, preta e parda) ou etnia (indígena).....	104
Mapa 8 - Vulnerabilidade social na cidade de São Paulo.....	105
Mapa 9 - Localização dos centros de atendimento às mulheres em São Paulo.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COHAB - Companhia de Habitação

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

DEINFO – Departamento de Produção e Análise de Informação (SP)

EMTU - Empresas Metropolitanas de Transportes Urbanos

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana

HABITARES - Grupo de Pesquisa Humanizar o Habitar e a Cidade

IBDU - Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTTTs - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

METRÔ - Companhia do Metropolitano de São Paulo

PPGATC – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida

PNPM - Plano Nacional de Política para as Mulheres

PLHIS - Planos Locais de Habitação de Interesse Social

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SP)

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SP)

SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SP)

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. INTERCESSÕES ENTRE TEORIA, CIDADE E GÊNERO.....	23
1.1. Gênero, uma categoria de intercessões	25
Relações sociais e de poder	26
1.2. (in) Visibilidade e domínio público.....	29
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	34
2.1. Desenvolvimento da pesquisa	36
2.2. Variáveis da realidade urbana.....	38
2.3. Recorte territorial da identificação	42
3. A CIDADE NA PERSPECTIVA DO GÊNERO.....	45
3.1. Trajetórias da literatura feminista e urbana	47
A inclusão do gênero no planejamento: uma nova agenda?	54
3.2. Crítica à cidade androcêntrica.....	58
4. CIDADE, TORNAR-SE-Á FEMINISTA?	65
4.1. Caminhos nas políticas públicas e gênero no Brasil	67
4.2. Entre alternativas: a reforma urbana no Brasil e o movimento feminista	74
4.3. O direito da cidade às mulheres.....	84
5. TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS E NO COTIDIANO?	93
5.1. As mulheres da capital paulista.....	95
5.2. Afinal, que políticas são estas?.....	106
Mobilidade	108
Habitação.....	112
Equipamentos, Serviços e Segurança.....	115
Participação e Espaço Público	118
CONCLUSÕES	121
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICE A.....	135

INTRODUÇÃO



Figura 1 – *Quando o mar tocou o sertão meu rosto era seu lar*. Grafiteira Mag Magrela, São Paulo, 2013.

A luta das mulheres pelo reconhecimento enquanto sujeitas da história data de vários séculos, mas foi sobretudo com o movimento feminista, articulado principalmente no mundo ocidental, que se desencadearam uma série de manifestações levando ao público o questionamento de uma sociedade baseada em valores patriarcais, estes entendidos aqui não como uma forma de organização política associada ao absolutismo e sim, como diferentes facetas da dominação masculina. No Brasil, em um curto período, as mulheres conquistaram novos espaços de atuação no trabalho assalariado, no cenário político e no interior das relações domésticas e familiares, caminhando na busca da conquista pela cidadania plena. Ao mesmo tempo, houve um acentuado processo de urbanização no país, sendo as cidades o espaço de convívio social vislumbrado pelas próximas décadas.

Neste sentido, a urbanização tem sido associada historicamente com uma expansão de oportunidades socioeconômicas e políticas para as mulheres, razão pela qual a questão do gênero e da prosperidade urbana vem à tona no contexto da celebração da cidade como geradora de riqueza e bem-estar, tema da ONU-Habitat em Cidades 2012/13. Pois, desde que as cidades passaram a abrigar a maior parte da população mundial, houve um crescente interesse pela compreensão da complexidade e das relações que estão envolvidas na vida urbana. Trata-se, na verdade, da vida cotidiana de seus habitantes, pois as cidades são formadas por diferentes grupos de pessoas, ruas, vielas, calçadas, casas, edifícios, vizinhanças, parques, feiras e uma série de rede de serviços e equipamentos, que mostram o modo de viver em um determinado tempo, sendo também, uma representação material e simbólica de territórios diversificados (Figura 1).

Existem, assim, dois principais pontos de vista que propagam os benefícios da urbanização. Um deles é que as cidades estão associadas a oportunidades de geração de riqueza, concomitantemente à ideia de que as mulheres urbanas supostamente desfrutam de maiores oportunidades sociais, econômicas, políticas e liberdades do que, por exemplo, as mulheres do meio rural. No entanto, são visíveis as disparidades do gênero no trabalho e no emprego, remuneração, direito de posse, o acesso e acumulação de ativos, segurança pessoal e segurança em geral, mostrando que as mulheres são muitas vezes as últimas a serem beneficiadas dessa prosperidade das cidades (CHANT, 2013).

Alguns estudos urbanos já evidenciam a experiência e utilização das cidades, percebidas de maneiras distintas por mulheres e homens e que, apesar das conquistas femininas, as mulheres ainda são marginalizadas. Isto representa a intercessão das relações do gênero no espaço urbano com a coexistência de desigualdades socioespaciais (MASSOLO, 1999; JARVIS et al, 2009). Dessa forma, algumas autoras (KERGOAT, 1996; GODINHO, 2004) defendem que estas diferenças são afirmadas com maior frequência na divisão sexual do trabalho, pois para muitas mulheres ocorre a chamada dupla jornada de trabalho, a qual significa o acúmulo de responsabilidades do espaço público e privado.

É nessa perspectiva que surge a necessidade de condições adequadas para que a participação das mulheres no espaço urbano se efetive. Isto é visível quando há demandas por equipamentos e serviços; entretanto, também é possível verificar uma transformação no discurso das mulheres com a amplificação para o reconhecimento das desigualdades de gênero entre homens e mulheres, colocando em pauta uma luta por direitos¹ (ALFONSIN, 2006; SANTORO, 2007). Esta luta não é composta apenas por mulheres, mas também por grupos excluídos, tais como étnicos-raciais, LGBTTTs, faixas etárias, culturais, entre outros, enquanto reflexão conjunta das desigualdades socioespaciais na luta por direitos que complementam o direito à cidade.

Contudo, parece recorrente que os estudos em gênero se concentram nos temas das desigualdades em relação ao trabalho, à renda, à estrutura familiar, à violência e uma extensa produção acadêmica que visa abordar a noção de equidade. Observa-se, então, que há um caminho a ser trilhado pelas questões que envolvem gênero e o espaço urbano, apesar das mesmas já se mostrarem introdutórias por alguns grupos de pesquisa ou pesquisas individuais na área da arquitetura e urbanismo no país². Por outro lado, trabalhos mais conservadores (MCDOWELL,

¹ Em especial no ano de 2017 aconteceu o *13º Congresso Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11* na cidade Florianópolis-SC, sendo a primeira vez na América do Sul. Sob realização do Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, o tema *Transformações, Conexões, Deslocamentos*, abordou em alguns eixos temáticos a intercessão do direito à cidade, espaço urbano e gênero. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/>>. Acessado em: 20/09/2017.

² É o caso de algumas pesquisas em programas de pós-graduação na área de arquitetura e urbanismo, como, por exemplo, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Universidade de São Paulo

1999; CEVEDIO, 2003) tratam as cidades como um lugar androcêntrico³, mesmo quando enfocam na mulher (RISÉRIO, 2015) e esta perspectiva possui um caráter excludente, pois as relações espaciais não são neutras e muito menos devem ser analisadas por vias restritas. Neste trabalho, mulheres são entendidas aqui como todas aquelas que se reconhecem como tal, como as mulheres cis (reconhecem-se do mesmo sexo de nascimento) e as mulheres trans (reconhecem-se diferente do sexo de nascimento).

Por isso, o **objetivo principal** desta pesquisa é **identificar a inclusão das questões do gênero nas políticas públicas urbanas na cidade de São Paulo, na perspectiva das mulheres.**

Os **objetivos específicos** da pesquisa são os seguintes:

- I. Revisar a intercessão entre teoria, cidade e gênero pertinentes à pesquisa;
- II. Identificar as políticas públicas urbanas que tratam das questões do gênero na cidade de São Paulo ocorridas e implantadas no período 1990-2015, na perspectiva das mulheres;
- III. Analisar os materiais e documentos selecionados diante das variáveis da realidade urbana e seus contextos;
- IV. Discutir como as políticas públicas urbanas abordam as questões do gênero em relação aos problemas enfrentados nas cidades, de acordo com a identificação.

A identificação das políticas públicas realiza-se por meio dos parâmetros das variáveis da realidade urbana relacionadas ao espaço público, participação, mobilidade, segurança, habitação, equipamentos e serviços (MUXÍ et al, 2011) que estão apresentados detalhadamente no capítulo 2.

(USP), entre outras.

³ As cidades sob a representação do androcentrismo, dentro das relações do gênero, estariam relacionadas à compreensão do espaço urbano em virtude das experiências masculinas como um padrão universal, tanto para homens como para mulheres, invisibilizando e colocando à margem, principalmente, as mulheres e outros grupos sociais historicamente excluídos, conceito abordado no capítulo 2. Entretanto, o termo não deve ser entendido como misoginia, que se refere ao ódio, desprezo, violência contra as mulheres e objetificação sexual, definição disponível em: <<http://www.aulete.com.br/misoginia>>. Acessado em: 23/03/2015.

Para tanto, foi realizado um **levantamento de delineamento documental e bibliográfico** dentro do período de 1990 a 2015, intervalo este identificado pelo crescimento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, a formação de novos núcleos familiares, o processo de democratização do país, a efervescência do feminismo e das discussões do gênero (BÓGUS, PASTERNAK, RIBEIRO, 2015; SANT'ANNA, 2006; GOHN, 2007).

No **primeiro capítulo** foi desenvolvido o entendimento do uso do termo intercessão para as discussões abordadas e o que se compreende pelo termo gênero enquanto categoria de análise, no caso, uma perspectiva de análise das relações espaciais na cidade. Dessa forma, há o fenômeno que a maioria da literatura coloca como causa problematizadora da diferenciação do uso cotidiano da cidade entre mulheres e homens e ela se encontra na divisão sexual do trabalho, momento em que as mulheres avançam no mercado de trabalho e passam a exercer atividades no espaço público (das cidades). E, por vezes, as relações do gênero, também relações que remetem ao poder, podem determinar ou limitar as pessoas a direitos e oportunidades que são expressos no território urbano, no significado de acessos, usos e pertencimento. Neste sentido, a história conta a (in) visibilidade das mulheres enquanto sujeitas, lembrada na pesquisa pela necessidade do domínio público.

Colocado tal aspecto, no **segundo capítulo** são indicados os procedimentos metodológicos para identificação das políticas públicas urbanas, os parâmetros utilizados, tais como, as variáveis da realidade urbana e o recorte territorial.

Já no **terceiro capítulo** a pesquisa converge diretamente para a trajetória da teoria que aborda as intercessões entre gênero e cidade, com os marcos e acontecimentos literários dados, principalmente, a partir dos anos 1970. Nisto, há também a discussão da inclusão das questões do gênero nas agendas do planejamento urbano, bem como a crítica feminista da produção de cidades androcêntricas.

O **quarto capítulo**, apresenta o que a pesquisa entende por política pública, com alguns exemplos de países que já trabalham com as questões do gênero nas suas políticas urbanas e trajetórias da reforma urbana no Brasil, enquanto bandeira para uma era da ruptura de privilégios que se estende para o âmbito da

justiça social e da igualdade e a simultaneidade da atuação do movimento feminista no país, frente a importância de outros movimentos sociais urbanos compostos majoritariamente por mulheres.

Por fim, o **quinto capítulo** aproxima-se da cidade objeto de estudo. São expressas algumas transformações demográficas e indicadores sociais mostrando o quadro das mulheres da capital paulista, que, em seguida, são apresentados os resultados e discussão da identificação de cada uma das políticas identificadas.

Em suma, espera-se que esta pesquisa possa colaborar tanto lançando luz aos problemas enfrentados pelas mulheres nas cidades, através daquilo que os resultados na identificação levaram à tona, tanto como metodologia para aplicação desta busca em outros recortes territoriais, por exemplo. Isto é, fornecer parâmetros de análises que possibilitem que as políticas públicas podem servir como ferramentas de ações afirmativas que distribuam, sistematizem os conflitos e repartam os benefícios sociais, dando voz e poder à grupos que antes eram invisibilizados, neles incluso as mulheres. Espera-se também que os procedimentos metodológicos utilizados proporcionem e incentivem outras pesquisas para ampliar a discussão do tema e que seus resultados apontem indicadores dinamizadores da construção de cidades mais igualitárias.

1. INTERCESSÕES ENTRE TEORIA, CIDADE E GÊNERO

“Gendered representations do not only tell of the ways in which sexual difference operates but also how class and race difference are organised.” Jane Rendell In Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction, 2000.

1.1. Gênero, uma categoria de intercessões

No sentido atribuído por Gilles Deleuze⁴ (1992), intercessões são entendidas como uma relação de interferência entre objetos distintos, que não dependem entre si ou da reflexão mútua e não são trocas, apenas acontecem pelo dom ou captura. Se um objeto, por exemplo, faz-se em movimento o outro também fará, se mantiver estático o mesmo acontecerá com o outro. Dessa forma, há necessidade de intercessores, que são essenciais para criação e provocação de perturbação no meio.

Nesta lógica, o campo do gênero também pode ser entendido como uma categoria que atua como intercessora no meio e acarreta uma série de relações; estas, podem ser vistas na apresentação de Jane Rendell⁵ na introdução do livro *Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction* (2000). Cuja reflexão sobre a tríade gênero, raça e classe, até mesma usual para os estudos feministas, remete a afirmação de que as representações do gênero não estão somente relacionadas com questões identitárias e outras, mas também como uma representação da forma de atuação de outras categorias sociais.

Por outro lado, esta atuação conjunta também mostra sobreposições que permeiam o social e traz conceitos discutidos por diferentes correntes de pensamento no final dos anos 1990 (PISCITELLI, 2008). Entretanto, estes conceitos estão ligados a ideia de interseccionalidade, ou seja, sua simultaneidade, não somente de gênero, raça e classe, mas também de outras modalidades sociais, que discutidas em um certo quadro, expressam os sistemas que oprimem às pessoas. No caso desta dissertação, é importante colocar estas relações no sentido da concentração e/ou dispersão das formas do poder frente ao gênero e ao território.

⁴ Gilles Deleuze, filósofo francês, vinculado aos denominados movimentos pós-estruturalistas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gilles_Deleuze>. Acessado em: 01/09/2017.

⁵ Jane Rendell é escritora, crítica de arte e historiadora, teórica e designer, cujo trabalho explora as interdisciplinares entre arquitetura, arte, feminismo e psicanálise. Seus livros de autoria incluem *Site-Writing* (2010), *Art and Architecture* (2006) e *The Pursuit of Pleasure* (2002). Disponível em: <<http://www.janerendell.co.uk/biography>>. Acessado em: 01/09/2017.

Assim, a explicitação e visibilidade pública destas atuações revelam as cidades como o principal cenário. Por isso, o uso do termo intercessão, aquilo que intervém no meio. Enquanto uma forma de análise do espaço urbano, as relações do gênero, podem explicar as desigualdades e revelar diferentes formas de usos e acessos do espaço. Dessa forma, neste capítulo há intenção de propor uma conversa entre o que se compreende pela categoria de gênero e como suas relações podem ser lidas nas cidades.

Relações sociais e de poder

Mesmo decorridos mais de cinquenta anos, a célebre frase *On ne naît pas femme, on le devient*, isto é, *ninguém nasce mulher, torna-se mulher*, de Simone de Beauvoir⁶, antecipa ao feminismo contemporâneo sobre as primeiras manifestações conceituais do termo gênero (SAFFIOTI, 1999). Tal termo se refere à construção social do ser feminino e masculino e não apenas de um atributo biológico ou natural. Partindo deste pensamento, é possível elencar características sociais destinadas ao longo da história ao ser feminino como delicadeza, fragilidade, cuidado, etc., e ao ser masculino, por exemplo, virilidade, bravura, hombridade, etc. No entanto, estes caracteres, geralmente, são estereotipados de maneira pejorativa e reduzidos a papéis sociais, erroneamente ligados com o fator fisiológico de alguém ter nascido homem ou ter nascido mulher. Nesse sentido,

Quando empregamos o termo gênero, ou relações de gênero, estamos tratando das relações de poder entre homens e mulheres. O termo gênero se refere à construção social da identidade sexual, construção que designa às pessoas diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo; enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um maior status que a construção social do ser mulher. O gênero é

⁶ BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Trad.: Sérgio Millet, 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009;

um termo relacional, que nomeia a interação entre o masculino e o feminino; portanto, o estudo de um é coadjuvante do estudo do outro. O conceito de gênero é uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas. Não obstante, é apenas parte de uma construção social complexa de identidade, hierarquia e diferença. A raça, a etnia, a classe são outras categorias socialmente construídas que se intersectam com o gênero para determinar a localização social dos indivíduos. (SOARES, 2004, p.113-114)

Esta construção social, por vezes pode determinar ou limitar às pessoas direitos e oportunidades, que também são expressos no território urbano, no sentido de acessos, usos e pertencimento (FENSTER, 2005). Por outro lado, para a filósofa Judith Butler⁷ (2008) há uma complexidade e um leque de variações em gênero que não pode restringir apenas às relações binárias (mulheres e homens), já que a mesma defende que o gênero é formado pela convergência de modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais. Ainda sobre o pensamento de Butler (2008), o tornar-se mulher também significa um campo ampliado de ato político, isto é, ser mulher, incluindo nisto mulheres e homens, transforma-se em sujeito, o qual se mostra capaz de romper com o modelo social imposto pelo patriarcado, neste caso, dogmatizado pelo homem branco heterossexual.

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembléia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor. (Ibid., 2008, p.37)

⁷ Judith Butler é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense e uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria queer, filosofia política e ética. É também professora do departamento de retórica e literatura comparada da Universidade da Califórnia em Berkeley. Disponível em: <<http://egs.edu/faculty/judith-butler>>. Acessado em: 01/09/2017.

O caráter fluído, não dogmatizado e não obediente, talvez seja uma das formas de impulso para que sujeitos e sujeitas rompam com ao que se faz normativo e definidor, todavia, a própria palavra gênero possui uma história importante, principalmente, para o feminismo e o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitas. Joan Scott⁸ (1986) observa que muitas feministas a utilizavam para expor a organização social da relação entre os sexos e, de certa forma, sua utilização enquanto categoria social, serviu e serve para análise histórica. Neste caso, proporciona a inscrição das mulheres na história, a inclusão de suas experiências pessoais e subjetivas, bem como as atividades públicas e políticas por elas exercidas. Enquanto categoria social, a partir dos anos 1980, pela busca de uma legitimidade acadêmica para os estudos feministas, o termo gênero passou a ser sinônimo de mulheres, o que significou também a ideia de desvinculação biológica aos sexos e, por consequência, seu estudo que é das mulheres também é o estudo dos homens, isto é, seu uso designa as relações sociais entre os sexos, conceito também exposto por Vera Soares⁹ (2004).

Scott (1986) também coloca que há três grandes posições teóricas utilizada por historiadores e historiadoras feministas para toda uma série de abordagens nas análises do gênero: a primeira tenta explicar as origens do patriarcado; a segunda segue a tradição marxista para alinhar-se com as críticas feministas; já a terceira é dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. Nesta dissertação, o termo gênero é entendido como uma construção sócio histórica, mutável e não normativa, que atua como categoria intercessora no meio (as cidades) e parte da perspectiva de análise de todas as mulheres.

⁸ Joan Wallach Scott é uma historiadora, cujo trabalho inicialmente é dedicado à história francesa, que a partir da década de 1980 foi direcionado para a história das mulheres, com perspectiva do gênero. Atualmente ocupa cadeira no Instituto para Estudos Avançados de Princeton. Disponível em: <<https://www.ias.edu/scholars/scott>>. Acessado em: 01/09/2017.

⁹ Vera Soares é Coordenadora do Programa Igualdade de Gênero e Raça do UNIFEM/Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres, com apoio do DFID - órgão de Cooperação do governo britânico. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). *Políticas Públicas e Igualdade De Gênero*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo - Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

1.2. (in) Visibilidade e domínio público

Muitas autoras e autores, acreditam que os conflitos de desigualdade e subordinação sofridos pelas mulheres se externam principalmente na divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 1996; GODINHO, 2004). Nitidamente, há uma hierarquia de produção e reprodução no espaço, uma vez que a história tradicional ocidental por muito tempo representou o trabalho fora de casa como majoritariamente de responsabilidade masculina, sendo executado na cidade (espaço público ou urbano) e o trabalho doméstico atribuído predominantemente às mulheres dentro da instituição do lar (espaço privado).

O fato é que, na história, as mulheres sempre trabalharam, como, por exemplo, no campo, na indústria bélica, etc., porém o marco da divisão sexual do trabalho está relacionado com a disputa e conquista dentre as profissões tidas como masculinas e urbanas do final do século XIX e início do XX (PINSKY, PEDRO, 2012), processos que foram paulatinos e estão ligados com a urbanização. Assim, há uma coerência e correspondência com a intensificação desta, observando-se uma expressão maior daqueles. Heleieth Saffioti¹⁰ (1979) também coloca que, no caso da mulher brasileira,

Com a urbanização e a industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões não porque a mulher tivesse passado a desempenhar funções econômicas, mas em virtude de se terem alterado profundamente os seus papéis, no mundo econômico. O trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios rompeu o isolamento em que vivia grande parte das mulheres, alterando, pois, sua postura diante do mundo exterior. (Ibid., 1979, p.179).

¹⁰ Heleieth Iara Bongiovani Saffioti foi uma socióloga, estudiosa dos temas da violência de gênero e militante feminista brasileira. Foi professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professora visitante na Faculdade Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Criou um Núcleo de Estudos de Gênero, Classe e Etnia na UFRJ, orientou teses na PUC-SP e se aposentou pela Unesp (campus de Araraquara), da qual era professora emérita. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Heleieth_Saffioti>. Acessado em: 27/11/2017.

Vale lembrar que nesta passagem, a autora se refere às mulheres brancas, pois a condição das mulheres negras era de liberdade formal, confirmada com o advento da Abolição; dessa forma, diante de uma sociedade patriarcal e racista, muitas permaneceram nas casas dos senhorios e outras em atividades ligadas à prostituição como sobrevivência. Contudo o ex-escravo seria então considerado cidadão brasileiro, e tanto as mulheres brancas como negras estavam ainda à margem dos processos de participação política, daí o hiato que a Abolição representou: uma emancipação precária para a mulher negra e, para a mulher branca, uma descensão em relação ao homem negro.

Entretanto, esta estrutura sofreu alterações com o tempo, junto das transformações econômicas e políticas, mas ainda é evidente a permanência de certos paradigmas sociais e culturais, dentre eles o próprio racismo e as relações patriarcais. Em 2009, no Brasil, na faixa de idade entre 5 e 9 anos, 14,6% dos meninos cuidavam do trabalho doméstico, enquanto 24,3% das meninas tinham esta atribuição. Os meninos dedicavam em média 5,2 horas por semana a esta atividade, enquanto as meninas, 6,1. Na faixa etária entre 10 e 15 anos, no mesmo ano, os meninos dedicavam em média 10,2 horas por semana a este trabalho, enquanto as meninas, 25,1 horas. A mesma equivalência ocorre na vida adulta, pois, nos domicílios, conforme aumentava o número de filhos, menor era a proporção de homens que cuidavam dos afazeres domésticos. Nas famílias com nenhum filho, 54,6% dos homens e 94% das mulheres se dedicavam as atividades da casa. Já nos domicílios com cinco filhos ou mais, eram apenas 38,8% dos homens, para 95,7% das mulheres cuidando destes afazeres (IPEA, 2011). Estes dados mostram uma sociedade ainda presa à valores que colocam, muitas vezes, as mulheres em situações opressoras.

Contudo, nas últimas décadas do século XX, no Brasil, pode se observar que as mudanças ocorridas nas relações do gênero e trabalho com a entrada massiva das mulheres no mercado assalariado, fora de casa, ou seja, no âmbito do espaço público, simbolizou, para muitas mulheres a origem da dupla jornada de trabalho, a qual as mesmas enfrentam ao acumular responsabilidades em ambos os espaços.

Em seu excerto, Tatau Godinho¹¹, revela a dificuldade do exercício de trabalho remunerado para as mulheres, pois,

A incorporação das mulheres ao sistema é extremamente frágil, uma vez que as possibilidades do pleno emprego para elas, quando o pressuposto era a jornada integral para os homens, é limitada pela manutenção da divisão social do trabalho que atribui à família uma parte essencial da manutenção cotidiana dos indivíduos, em particular a socialização das crianças, que exige um largo tempo de dedicação das mulheres e se contrapõe à sua entrada integral nas relações de trabalho remunerado. (GODINHO, 2004, p.61)

Mesmo com as dificuldades da divisão de tempo (filhos e casa versus expediente), a introdução das mulheres ao mercado de trabalho alterou profundamente a estrutura familiar antes baseada no lar burguês¹² do final do século XIX e início do XX. Constituindo uma ruptura fundamental com esse tipo de família, da qual a regra básica era a mulher como dona de casa, confinada ao espaço doméstico e o homem o provedor do lar. Além disso, o morar dessa população também modificou intensamente a tipologia habitacional, em termos projetuais, atribuindo novas formas de habitar: unidades menores, verticalizadas, com espaços mais individualizados, localizadas próximas às redes de serviços, ou seja, associada

¹¹ Tatau Godinho é especialista nas áreas de participação política e políticas públicas de gênero. Dirigiu a Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo (2001-2004); foi subsecretária de Programas e Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do governo federal em 2005. Servidora pública efetiva, também atuou como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa de São Paulo; e é autora de trabalhos sobre distintos aspectos do feminismo e políticas públicas para as mulheres. Em 2011, assumiu inicialmente a assessoria especial da Ministra e, posteriormente, a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). *Políticas Públicas e Igualdade De Gênero*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo - Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

¹² A família burguesa que Maria Josefina Sant'Anna se refere é aquela que nasce da composição das relações da produção capitalista, da qual "engendra a separação entre casa e trabalho, com a consequente diferenciação entre unidade de produção e unidade doméstica, a qual, por sua vez, inaugura uma partilha entre um setor público e outro privado, qual seja, a família." (SANT'ANNA, 2006, p.120)

intrinsecamente com o processo de urbanização das cidades brasileiras (SANT'ANNA, 2006).

No entanto, o rompimento dessa lógica, ligada a independência financeira, total ou parcial, não afetou de maneira homogênea todas as mulheres, especialmente as negras e pobres¹³. Em particular na década de 1990, ocorreu a principal mudança na formação das famílias brasileiras: houve uma diminuição no tamanho e na diversificação dos arranjos familiares, com a tendência de pessoas vivendo sozinhas e famílias monoparentais (GOLDANI, 1994; PASTERNAK, 1997; IPEA, 2011).

A pesquisa realizada pelo IPEA (2011) também revelou que entre os anos de 1995 a 2009, a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais. Esta proporção passou de 22,9% em 1995, para 35,2% no ano de 2009. Tais mulheres estavam nas seguintes composições familiares: no ano de 1995, 68,8% delas eram famílias monoparentais (mulher com filhos/as) e apenas 2,8% eram famílias formadas por casais (com ou sem filhos/as); já no ano de 2009, eram respectivamente 49,4% e 26,1%. Ou seja, houve um aumento considerável – mais de nove vezes – no número de mulheres identificadas como chefes nas famílias formadas por casais. Isto significa que são mais 21,7 milhões de famílias brasileiras chefiadas por mulheres atualmente.

O aumento de famílias sob a responsabilidade financeira das mulheres não ocorre somente no Brasil. Em seu artigo, Sylvia Chant¹⁴ (2013) aponta que nos países latino-americanos no período dos anos 1987-2009 em regiões urbanas, há uma tendência deste crescimento, seja pelo trabalho formal ou informal. Argentina, Brasil, Chile e o Paraguai lideram a tabela, com crescimento positivo de 14%, 16%, 14% e 17%, respectivamente. Assim, a autora destaca que estes dados são importantes para esclarecer a correlação entre de núcleos de pobreza urbana e desigualdades de gênero, uma vez que, em relação à propriedade urbana, ao acesso aos bens e

¹³ Aqui se coloca outra questão, pois não é possível generalizar todas as mulheres, já que há uma enorme diversidade neste grupo, como visto anteriormente quando se trata da categoria de análise em gênero, porém a história mostra que é possível mudar a condição das mulheres (PINSKY, PEDRO, 2012).

¹⁴ Sylvia Chant é professora de Geografia do Desenvolvimento na *London School of Economics and Political Science* e é diretora do Programa de Urbanização e Desenvolvimento do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da LSE. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/researchandexpertise/experts/profile.aspx?KeyValue=s.chant%40lse.ac.uk>>. Acessado em: 01/09/2017.

serviços públicos e sobre as condições de trabalho, as mulheres ocupam uma posição subalterna.

É nesse cenário em que as mulheres passaram a disputar um lugar no espaço público, que as desigualdades, não apenas de gênero, mas também de etnia e classe se clareiam, formando um triângulo perverso (JARVIS et al, 2009), cujos problemas são sentidos pela população mais vulnerável, na maioria das vezes, as moradoras das periferias brasileiras. Ademais, a visibilidade das mulheres nas cidades, também está relacionada com outros aspectos além da divisão sexual do trabalho, como, por exemplo, a autonomia no espaço público. No Brasil, 3 a cada 5 mulheres, entre 16 a 24 anos, sofreram algum tipo de violência ou constrangimento no espaço público, assim como, 1 em cada 6, nesta mesma faixa de idade, foram assediadas fisicamente no transporte público, dados¹⁵ que não alteram significativamente conforme outras faixas etárias, isto é, estes valores representam a existência de uma falha quando se trata do domínio público e gênero, seja pela questão política, seja pela apropriação espacial.

Dessa forma, possivelmente, a principal luta pelo direito a esse espaço, isto é, a cidade, está associada ao uso do espaço urbano com autonomia e segurança, à moradia adequada junto ao seu entorno, pois a qualidade do habitar, a sua localização, a relação da distância de serviços e equipamentos de saúde, educação, emprego e meios de transporte coletivo, assim como, a existência de infraestrutura urbana, influenciam no grau de dificuldade que uma mulher tem em conciliar a vida pública e privada (ALFONSIN, 2006).

¹⁵ DATAFOLHA Instituto de Pesquisas. Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Março de 2017.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA



Figura 2 - ActionAid + 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo. Seminário *Cidades Seguras para as Mulheres: Experiências e Práticas*. São Paulo, 2017.

2.1. Desenvolvimento da pesquisa

O contexto bibliográfico que esta pesquisa se insere tem como predomínio a literatura internacional, visto a importância que o tema adquiriu nas últimas décadas. No Brasil, é possível identificar a introdução de práticas investigativas que pretendem ampliar esse campo complexo que são as relações do gênero em interface às cidades e suas problemáticas. Por isso, de encontro a esta corrente e para visibilizar questões antes não comuns à pesquisa de arquitetura e urbanismo no país, esta pesquisa realiza-se pela metodologia bibliográfica e documental devido seu caráter exploratório e a necessidade de fomentar essa discussão.

É possível verificar que os textos trabalhados apontam diferentes correntes do pensamento sobre gênero e cidade, entretanto, convergem para ideia da cidade justa. Também, é importante lembrar que aqui entende-se por feminismo como uma corrente intelectual que, “em suas várias vertentes, combina a militância pela igualdade de gênero com investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina” (MIGUEL, 2014, p.17). Quanto as mulheres, nesta pesquisa, são entendidas como aquelas que se reconhecem como mulheres, como as mulheres cis (reconhecem-se do mesmo sexo de nascimento) e as mulheres trans (reconhecem-se diferente do sexo de nascimento), além disso, o próprio grupo de mulheres é em si complexo e diverso, portanto, a análise visa as mulheres urbanas da metrópole paulista.

Isto posto, espera-se a identificação de políticas que apontem rupturas com estereótipos naturalizados pelo patriarcado. Para esta busca foi utilizado a técnica semelhante à descrita por Cellard (2008), na pesquisa por bases consistentes, autênticas e verossímeis das fontes, através de palavras-chave, ao mesmo tempo em que há a análise do contexto social global no qual foram produzidas, o posicionamento e a motivação dos envolvidos nas políticas públicas.

Como se segue, os próximos dois capítulos desta dissertação abrangem uma revisão bibliográfica para construir a fundamentação teórica e apresentar as discussões ocorridas nas últimas décadas sobre o tema. Como mencionado, há o

trabalho com um grupo de autoras e autores heterogêneos, porém, que constituem uma linha cronológica do ponto de vista ocidental. Dessa forma, foram encontradas nas literaturas, principalmente na espanhola, da América do Norte, inglesa e de alguns países latino-americanos, palavras-chave que se centram em gênero, políticas públicas urbanas, direito à cidade, cidadania, participação, mulheres, cotidiano das mulheres, espaço urbano, espaço público e planejamento urbano. Entretanto, para a aplicação da pesquisa documental, isto é, o levantamento de documentos primários referentes às políticas públicas urbanas da cidade de São Paulo no período de 1990-2015, foi realizado uma averiguação com base nestas palavras e o acréscimo de outras, tais como, igualdade de gênero, inclusão do gênero e processos participativos.

É importante salientar, que é recorrente, dentro da identificação, encontrar o tratamento para estas questões associadas com palavras como: vulnerabilidade social, violência doméstica, abuso sexual, grupos vulneráveis, discriminação por sexo, tarefas de reprodução, famílias chefiadas por mulheres, entre outras, que podem colocar, muitas vezes, as mulheres sob um olhar e posicionamento de fragilidade no campo das políticas públicas. Os principais materiais consultados estão destacados no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias e fonte do material bibliográfico e documental

Material bibliográfico		Material documental
Tipo de material	Livros, periódicos científicos, teses e dissertações, relatórios de pesquisa, dados estatísticos e anais de encontros científicos.	Legislações, planos urbanos, diretrizes e agenda urbana, documentos de fotografias, mapas, panfletos e propagandas públicas, infográficos, mídia digital e virtual.
Fonte do material	Bibliotecas, base de dados, publicações de encontros científicos, relatórios de pesquisa, da ANTP e das empresas metropolitanas.	Grupos de trabalho de gênero, coletivos e movimentos sociais, Secretarias federais e secretarias municipais da cidade de São Paulo.

2.2. Variáveis da realidade urbana

O material consultado teve como parâmetro as variáveis da realidade urbana, tais como espaço público, participação, mobilidade, segurança, habitação, equipamentos e serviços propostas pelas autoras Zaida Muxí Martínez¹⁶, Roser Casanovas¹⁷, Adriana Ciocoletto¹⁸, Marta Fonseca¹⁹ e Blanca Gutiérrez Valdivia²⁰ no artigo *¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?* (2011). Estas variáveis servem para explicar como a cidade pode ser analisada na perspectiva do gênero, descrevendo quais aspectos poderiam contribuir construtivamente para uma cidade mais igualitária, determinando o grau de equidade de gênero. A seguir a descrição de cada parâmetro:

a. Espaços públicos: são destinados a promover a igualdade de gênero, autonomia e socialização entre pessoas, por isso devem ser desenhados para mulheres e homens e não de forma hegemônica. Para atingir estes ideais, é essencial a existência do desenho de calçadas largas com diferentes atividades; diferenciação

¹⁶ Zaida Muxí Martínez atualmente trabalha na Escola de Arquitetura de Barcelona (ETSAB) da Universitat Politècnica de Catalunya. Suas pesquisas são voltadas para política comparada, processos de conflito e política urbana. É co-autora do livro *Arquitectura Y Política, ensayos para mundos alternativos* (2011) juntamente com Josep Maria Montaner. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Zaida_Martinez3>. Acessado em: 01/09/2017.

¹⁷ Roser Casanovas é arquiteta e mestre em Habitação do século XXI e mestre em Urbanismo e Planejamento Territorial pela Escola de Arquitetura de Barcelona (ETSAB) da Universitat Politècnica de Catalunya. Faz parte da equipe do Collectiu Punt 6. Disponível em: <<http://www.punt6.org/equipo-de-trabajo-de-col%C2%B7lectiu-punt-6/>>. Acessado em: 01/09/2017.

¹⁸ Adriana Ciocoletto é arquiteta e autora da tese de doutorado *Urbanismo para la vida cotidiana: Herramientas de análisis y evaluación urbana desde la perspectiva de género* (2014). Faz parte da equipe do Collectiu Punt 6. Disponível em: <<http://www.punt6.org/equipo-de-trabajo-de-col%C2%B7lectiu-punt-6/>>. Acessado em: 01/09/2017.

¹⁹ Marta Fonseca é arquiteta pela Universidad Nacional de Medellín e faz parte da equipe do Collectiu Punt 6. Disponível em: <<http://www.punt6.org/equipo-de-trabajo-de-col%C2%B7lectiu-punt-6/>>. Acessado em: 01/09/2017.

²⁰ Blanca Gutiérrez Valdivia é socióloga formada pela *Universidad Complutense* de Madrid. Fez mestrado (2007) em *Gestión y Valoración Urbana* pela ETSAB de Barcelona e desenvolve a tese de doutorado no mesmo programa com título *El género del espacio: Calidad de vida urbana desde una perspectiva feminista*. Desde 2009 faz parte do Collectiu Punt 6. Disponível em: <<http://www.punt6.org/equipo-de-trabajo-de-col%C2%B7lectiu-punt-6/>>. Acessado em: 01/09/2017.

de materiais, cores e texturas; mudanças de nível com acessibilidade; semáforos que levem em conta os diferentes ritmos de caminhadas, ou seja, mais lentos ao fluxo de pedestres; criação de áreas de estar e descanso nos passeios; espaços intermediários entre interior e exterior; sinalização para facilitar a orientação e identificação, entre outros muitos elementos urbanos. É preciso reconhecer grupos específicos, faixas etárias, etc., introduzir nomes femininos em praças, parques, ruas, avenidas, para dar maior visibilidade ao papel das mulheres na sociedade.

b. Participação: é essencial para entender o que está acontecendo e visibilizar um determinado território, especificamente em relação às experiências das mulheres em seus cotidianos. A participação é como um processo interdisciplinar e transversal, o que é necessário estar presente e ser vinculado ao diagnóstico do desenho ou planejamento, assim como nas políticas urbanas, para empoderar as pessoas.

c. Mobilidade: quanto maior a variedade de redes de mobilidade, melhor será a qualidade do tecido urbano, sendo esta categoria a facilitadora da ação cotidiana das mulheres e da vivacidade das cidades, ou seja, o transporte público deve responder à variedade de horários, as distâncias uniformes e não lineares. A mobilidade também deve ser pensada para responder à diversidade e segurança em todos os seus aspectos, a fim de facilitar o planejamento de todas as atividades diárias, permitindo oportunidades iguais de acesso à cidade.

d. Segurança: a percepção de segurança está ligada à capacidade de autonomia e apropriação das mulheres no espaço. No âmbito dos fatores espaciais, os que mais colaboram para esta percepção são: a visibilidade, a iluminação noturna, rotas alternativas, variedade de usos e atividades e a presença de pessoas distintas.

e. Habitação: o espaço do habitar representa valores sociais que criam modos de viver e usar a cidade. É necessário o uso de edifícios residenciais para gerar relações de vizinhança, promoção da presença de pessoas, fazer partilha entre serviços, equipamentos e habitação, de modo que o mercado imobiliário seja acessível e regulado, promover o acesso a propriedade ou à segurança no exercício do direito de morar, uma das principais lutas das mulheres.

f. Equipamentos e serviços: requerem implantação com maior permeabilidade e flexibilidade para maximizar o uso do espaço urbano. A adequada

distribuição no território em relação às aplicações e redes de mobilidade garante uma melhor qualidade de vida, pois são espaços utilizados intensamente no cotidiano.

É importante salientar a existência de algumas críticas, como, por exemplo, a descrita por Caren Levy²¹ (2003) que diz pertencer a ótica comum a análise da cidade em formas de categorias: casa, serviços, transporte, ocupação, etc, mas esta visão pode implicar na fragmentação da realidade das mulheres e homens, por isso, sendo necessária uma abordagem integrada. No caso desta pesquisa, foram utilizadas as variáveis da realidade urbana para melhor identificação específica das políticas, mas elas são intercessões que traduzem a realidade cotidiana, já que é comum relacionar habitação com serviços e mobilidade, segurança com espaço público e mobilidade, espaço público com participação e assim por diante. Por isso, para identificação das políticas públicas urbanas, nesta dissertação, optou-se pela busca dentro destas variáveis urbanas, utilizando-se das palavras-chave mencionadas, explicitado no diagrama da Figura 3 e também através da relação destas palavras na Figura 4.

²¹ Caren Levy é professora de planejamento urbano da Faculdade de Ambiente Construído da University College London (UCL). Disponível em: <<http://www.ucl.ac.uk/multidisciplinary-and-intercultural-inquiry/people/caren-levy>>. Acessado em: 01/09/2017.

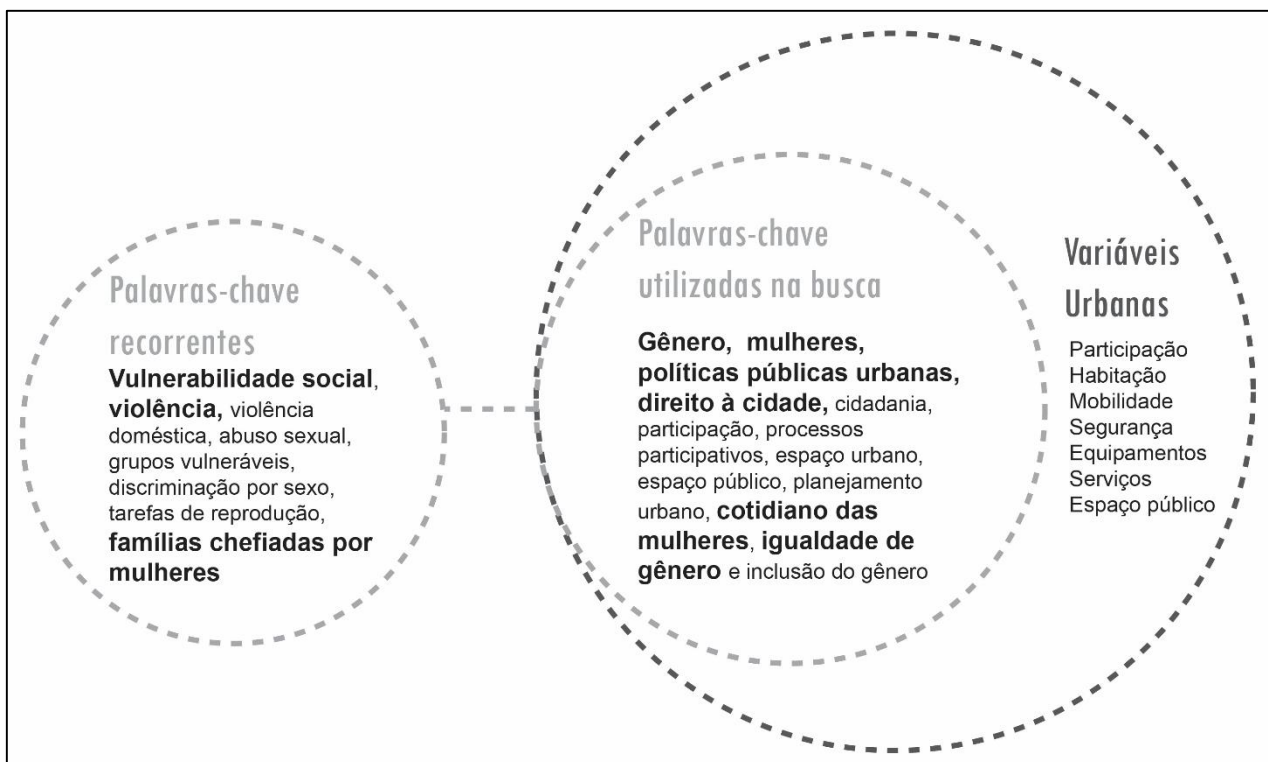


Figura 3 - Diagrama síntese da busca dentro das variáveis urbanas. Fonte: da autora, 2017.

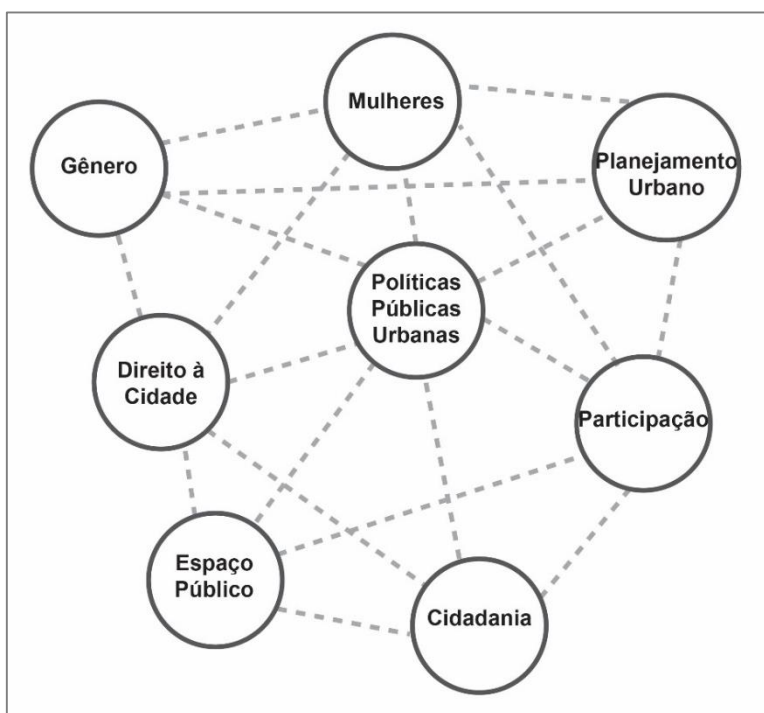


Figura 4 - Relação das principais palavras-chave utilizadas na busca. Fonte: da autora, 2017.

2.3. Recorte territorial da identificação

Como apontado na introdução, esta pesquisa teve como foco o recorte territorial na cidade de São Paulo. Este recorte é decorrente de um processo onde se experimentou um levantamento preliminar de políticas públicas voltadas notadamente para a variável urbana de habitação²² na região denominada Macrometrópole Paulista²³ do Estado de São Paulo. Disto, verificou-se que a busca das outras variáveis seria dispendiosa e sem resultados significativos perante as diferentes formas escalares e administrativas existentes nesta região.

Também, ficou evidente a distinção de maturidade no trato com as questões do gênero em alguns destes locais investigados - cidades sedes ou de maior impacto em suas áreas metropolitanas, como por exemplo, São Paulo, Campinas, Sorocaba, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte, além das aglomerações urbanas de Jundiaí e de Piracicaba - ao passo que outros apresentam orientações e leis, as quais buscam o direito das mulheres à cidade de forma mais evidente.

Todavia, alguns dados são significativos, pois em todas as grandes cidades da Macrometrópole Paulista, a população feminina compunha cerca da metade ou mais da população total, diferentemente de outros territórios do país. Além disso, a região demonstra, segundo o quadro temático de *Estatísticas de Gênero*²⁴ do IBGE (2000-2010), um aumento de domicílios particulares permanentes sob a responsabilidade financeira das mulheres, ao mesmo tempo em que há também o crescimento positivo da população urbana feminina em todas estas cidades

²² Sobre este levantamento: SUMI, Camilla M.; PINA, Silvia A. Mikami G.. Políticas Públicas Urbanas para quem? Uma perspectiva de gênero. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, [S.l.], v. 4, n. 24, dez. 2016. ISSN 2318-8472. Disponível em: <https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1327>. Acessado em: 30/05/2017.

²³ Nesta região vivem 74,6% da população do Estado de São Paulo, abrigando cerca de 50% da área urbanizada do mesmo. Tal território concentra alguns dos principais centros de riqueza e produção de conhecimento do país, ao mesmo tempo em que abriga contradições sociais, urbanas e ambientais. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/MMP>>. Acessado em: 20/05/2016.

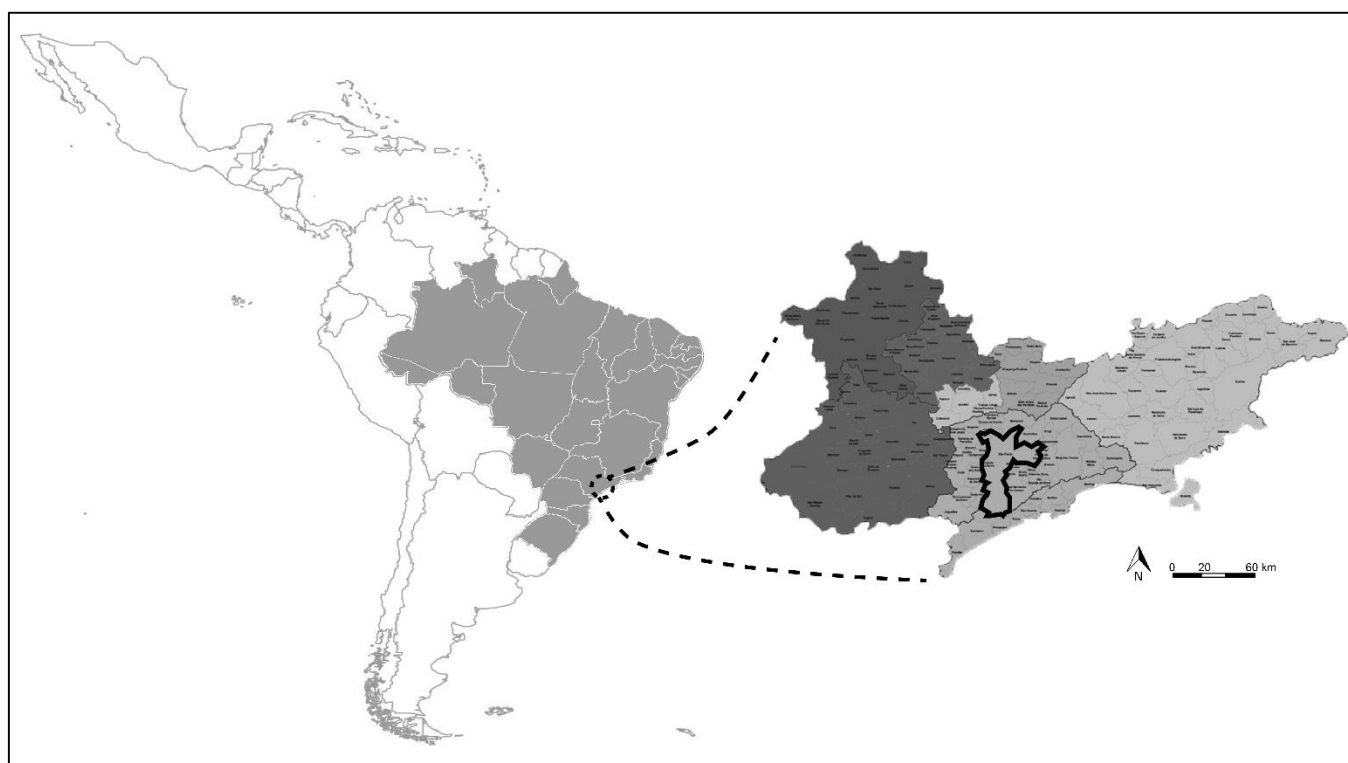
²⁴ Nesta coleta do IBGE, o termo gênero é entendido como sexo biológico, ter nascido mulher ou homem.

destacadas, conforme informações presentes no Quadro 2:

Quadro 2 - População urbana feminina e responsáveis por domicílios particulares permanentes nas grandes cidades da Macrometrópoles Paulista (2000-2010). Fonte: IBGE, Estatísticas de Gênero (2000 - 2010).

Cidade	Período	População Urbana Feminina (%)	Mudança de ponto percentual (Período) - Mulheres na área urbana	Domicílios particulares permanentes sob responsabilidade de mulheres (%)	Mudança de ponto percentual (Período) - Mulheres responsáveis pelos domicílios
Brasil	2000	51.52	0.19	24.87	13.86
	2010	51.71		38.73	
São Paulo	2000	52.45	0.22	28.98	15.08
	2010	52.67		44.07	
Campinas	2000	51.35	0.46	25.06	14.80
	2010	51.82		39.86	
Sorocaba	2000	50.85	0.27	23.17	14.07
	2010	51.11		37.24	
Santos	2000	53.81	0.44	32.66	14.41
	2010	54.24		47.07	
São José dos Campos	2000	50.64	0.44	21.62	13.07
	2010	51.08		34.69	
Jundiaí	2000	51.14	0.32	21.54	14.77
	2010	51.46		36.32	
Piracicaba	2000	50.80	0.38	21.78	14.51
	2010	51.17		36.29	

Por tais diferenças que se apresentaram tanto na governabilidade como nas ações e atores sociais, o destaque ficou com a Região Metropolitana de São Paulo, em especial para a cidade de São Paulo (Mapa 1), a qual se tornou objeto de estudo dentro da metodologia para busca de identificação de políticas públicas urbanas que contenham um olhar em gênero. Além disso, há três fatores que incidem a este recorte territorial, o primeiro está relacionado com a rápida urbanização e explosão demográfica ocorrida na cidade de São Paulo nas últimas décadas do século XX, inserindo a capital paulista no âmbito internacional como uma das mais populosas do hemisfério Sul. A segunda, que por consequência da primeira, destaca a formação de um território com concentração de pobreza, desigualdades e problemas sociais. Já a terceira, vem da ideia de que a descentralização das políticas públicas, que será discutida no capítulo 4, ocorrida no final da década de 1980, proporcionaria maior facilidade na formulação de políticas sociais para cidades com alto poder econômico, como, por exemplo, São Paulo.



Mapa 1 - Localização da Macrometrópole Paulista e destaque para cidade de São Paulo. Fonte: da autora adaptado da Emplasa, 2016.

3. A CIDADE NA PERSPECTIVA DO GÊNERO

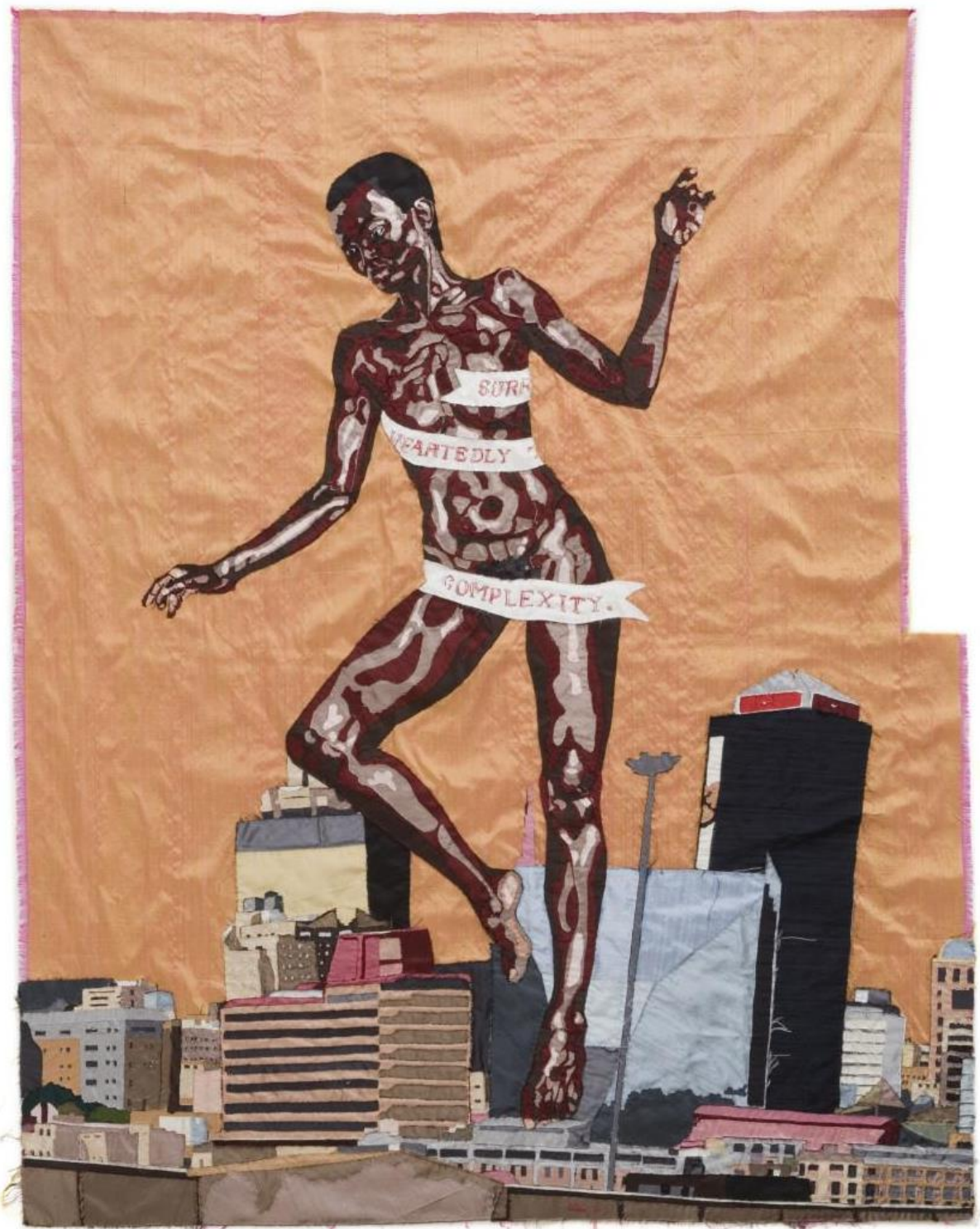


Figura 5 - *The Rebirth of the Black Venus*. Billie Zangewa, 2010.

3.1. Trajetórias da literatura feminista e urbana

A análise da cidade na perspectiva do gênero, principalmente no mundo ocidental, não é algo novo. Algumas estudiosas e estudiosos consideram que as primeiras manifestações em relação a teoria, cidade e gênero se deram na Inglaterra e nos Estados Unidos a partir da década de 1970. Susan Fainstein²⁵ e Lisa J. Servon²⁶ (2005) destacam como marco destas intercessões, dentro da literatura, a publicação precursora do periódico *International Journal of Urban and Regional Research* com a edição chamada *Women and the City* (1978), a qual abordou questões da habitação coletiva, transporte e creches, a partir de um cenário transnacional.

Dois anos depois, em 1980, a renomada revista internacional em estudos de gênero, *Signs (Journal of Women in Culture and Society)*, publicou uma edição especial chamada *Women and the American City*, a qual trazia uma série de textos importantes sobre a vida das mulheres nas cidades da América do Norte, tanto em relação aos subúrbios, como as áreas centrais, a mobilidade, as políticas urbanas, a questão da imigração, ao acesso à habitação e estudos de bairros específicos, entre outros. Porém, há destaque para o artigo *What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work* da professora Dolores Hayden²⁷, cujo breve panorama do início do século XX até sua segunda metade,

²⁵ Susan S. Fainstein é pesquisadora sênior da Escola de Design de Harvard, a qual ingressou em 2006 como professora de planejamento urbano e se retirou do ensino em 2012. É autora do livro *The Just City* (2010) publicado pela Cornell University Press. Também lecionou planejamento na Escola de Pós-Graduação em Arquitetura, Planejamento e Preservação na Universidade de Columbia e de Planejamento na Universidade Rutgers. Os seus interesses de pesquisa incluem teoria de planejamento, teoria urbana, redesenvolvimento urbano e política urbana comparativa, focada nos Estados Unidos, Europa e Ásia Oriental. Disponível em: <<http://www.gsd.harvard.edu/person/susan-fainstein/>>. Acessado em: 01/09/2017.

²⁶ Lisa J. Servon é professora e ex-decana na Escola de Milano em Gestão de Assuntos Internacionais e Política Urbana na The New School. Ensina e realiza pesquisas nas áreas da pobreza urbana e desenvolvimento econômico. Seus livros incluem o *Bootstrap Capital: Microenterprises and the American Poor* (1999) e *Bridging the Digital Divide: Technology, Community and Public Policy* (2002). Disponível em: <<https://www.citylab.com/authors/lisa-j-servon/>>. Acessado em: 01/09/2017.

²⁷ Dolores Hayden atualmente leciona arquitetura, urbanismo e estudos americanos na Universidade

retrata a situação das mulheres norte-americanas, especialmente das moradoras dos subúrbios e as que se inseriram no mercado de trabalho.

Hayden critica o comportamento e as concepções seculares que a arquitetura e o planejamento urbano, nos Estados Unidos, tinham em relação ao que era o lugar da mulher, neste caso, os mesmos levavam como *slogan* “*A woman’s place is in the home*”, literalmente: “O lugar de uma mulher é em casa”. Tal espaço era considerado lugar secundário das atividades humanas, sem valor ao trabalho nele exercido, mas ao mesmo tempo tinha o papel de fortalecer e fomentar as necessidades de consumo de uma sociedade eminentemente capitalista.

De um modo geral, trata-se de um excerto que mostra todo um trabalho anterior realizado pela autora, com a apresentação das mudanças demográficas, históricas e tipológicas, especialmente da unidade doméstica e seu contexto urbano. Hayden concentra a questão da divisão sexual do trabalho, o aparecimento da formação de novos núcleos familiares e distribuição da renda familiar, como uma revolução²⁸ no lar norte-americano, revelando a necessidade de transformar tanto as unidades habitacionais quanto os bairros em que estavam inseridas.

Para tal revolução, a autora propõe a organização de grupos de donas de casa, união de grupos feministas, mulheres e homens dedicados a transformarem as maneiras como os americanos lidavam com a vida privada e as responsabilidades públicas e denomina a união destes grupos como *HOMES (Homemakers Organization for a More Egalitarian Society)*. Abaixo, segue a descrição da base do programa para este projeto:

de Yale. Sua pesquisa é voltada para a história da paisagem urbana americana e políticas locais. Ela é autora de dezenas de artigos e muitos livros premiados, incluindo *Building Suburbia: Green Fields and Urban Growth, 1820-2000* (Pantheon, 2003), *A Field Guide to Sprawl* (W.W. Norton, 2004), e *Redesigning the American Dream: Gender, Housing, and Family Life* (W.W. Norton, 1984, rev. ed., 2002), além dos títulos apresentados ao *The New York Times*, *The Wall Street Journal*, *The Boston Globe*, *CNN* e *The Diane Rehm Show*. Disponível em: <<http://www.doloreshayden.com/>>. Acessado em: 01/09/2017.

²⁸ Tal revolução também está presente na obra *The Grand Domestic Revolution: A History of Feminist Designs for American Homes, Neighborhoods, and Cities*, publicada pela primeira vez em 1981. Nela, Dolores Hayden revela os planos inovadores e as estratégias visionárias de um grupo de feministas americanas, composto nada menos por Melusina Fay Peirce, Mary Livermore e Charlotte Perkins Gilman, que desenvolveram a teoria e a prática do que Hayden chamaria de “feminismo material” em busca da independência econômica e da igualdade social. Os objetivos ambiciosos destas feministas significaram revolucionar o lar americano e criar serviços comunitários, além de levantarem as questões fundamentais sobre a relação entre homens, mulheres e crianças na sociedade industrial.

A program broad enough to transform housework, housing, and residential neighborhoods must: (1) involve both men and women in the unpaid labor associated with housekeeping and child care on an equal basis; (2) involve both men and women in the paid labor force on an equal basis; (3) eliminate residential segregation by class, race, and age; (4) eliminate all federal, state, and local programs and laws which offer implicit or explicit reinforcement of the unpaid role of the female homemaker; (5) minimize unpaid domestic labor and wasteful energy consumption; (6) maximize real choices for households concerning recreation and sociability. (HAYDEN, 1980, p.181)

Este projeto, que se daria através de centros residenciais experimentais, tanto com a concepção de novos espaços, como através da renovação de bairros existentes, tinha o objetivo que transcende as definições de trabalho doméstico, trabalho remunerado e senso de comunidade, pois envolvia homens e mulheres com participação equilibrada e em mesmo nível de igualdade. O *HOMES* se destinaria ao atendimento das necessidades, principalmente, das mulheres trabalhadoras na área urbana, mas também serviria de suporte aos bairros, oferecendo creches, serviços de alimentação, serviços para idosos e empregos aos moradores locais (Figuras 6 e 7). De certa forma, esta proposta converge como uma cooperativa de habitação, que segundo Hayden (1980) deveria prover de capital limitado, pois poderia oferecer uma melhor base para organização econômica e controle do projeto físico, assim como, uma política social eficiente para as moradoras e os moradores.

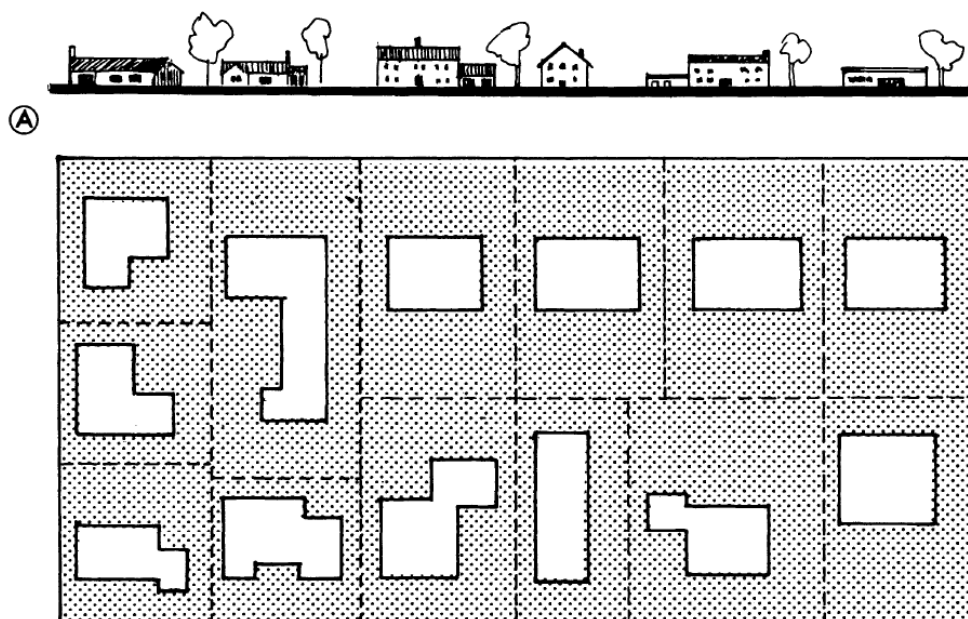


Figura 6 - Proposta do projeto HOMES: representação uma quadra tradicional dos subúrbios. HAYDEN, 1980, p.184.

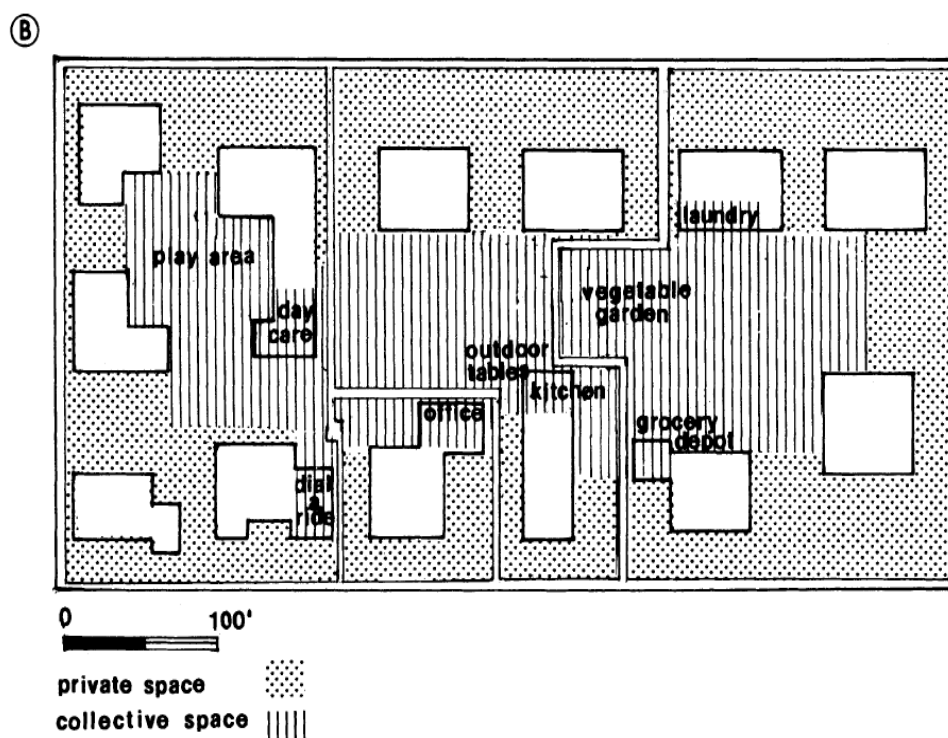


Figura 7 - Proposta do projeto HOMES: a proposta HOMES para a mesma quadra com áreas para crianças, cuidado médico básico, cozinha e lavanderia coletivas, horta no jardim, escritório, mesas externas, depósito de mercado. HAYDEN, 1980, p.184.

Nesse período e até mesmo anterior à discussão da autora, porém, sem o viés específico da perspectiva do gênero, já era possível verificar projetos arquitetônicos com conformação espacial semelhante ao da proposta do *HOMES*, citados pela própria Hayden. Eram desenhos pensados para uma sociedade que

estava a transformar seus modos de produção²⁹, em que os novos espaços, principalmente habitacionais, provessessem um ambiente com mais facilidades ao cotidiano, uma vez que as mulheres foram introduzidas ao mercado de trabalho remunerado.

Por exemplo, a abordagem experimental do construtor Otto Fick em Copenhague no ano de 1903, ou a postura tomada pela política de Alva Myrdal e os arquitetos Sven Ivar Lind e Sven Markelius na Suécia e outros exemplos da antiga União Soviética na década de 1920. Estes projetos eram chamados de “*service houses*” ou “*collective houses*”, respectivamente “casas de serviços” e “habitação coletiva”, cujos programas ofereciam áreas para cuidados de crianças, refeitórios coletivos e moradias para as mulheres inseridas no mercado de trabalho e suas famílias (HAYDEN, 1980). Porém, estes projetos, apesar de estabelecerem suporte ambiental, não estavam necessariamente preocupados com políticas de igualdade.

Além da publicação na revista *Signs*, o artigo de Dolores Hayden também foi publicado novamente em dois livros importantes para a intercessão da teoria, cidade e gênero. O *Gender Space Architecture: An interdisciplinary introduction* (2000), editado por Jane Rendell, Barbara Penner³⁰ e Iain Borden³¹ e *Gender and Planning: a reader* (2005), editado por Susan Fainstein e Lisa J. Servon. Este foi dividido em cinco partes de maneira setorial voltadas para os temas do espaço público e privado, teoria do planejamento, habitação, desenvolvimento econômico e transporte. Em cada uma delas é possível encontrar a voz, a participação na tomada de decisões e estudos de casos mais localizados, em especial nos Estados Unidos e

²⁹ A fase inicial da industrialização brasileira, no final do século XIX e começo do século XX, também é marcada por certas transformações. As vilas operárias ou núcleos fabris, como eram chamadas, implantados pelos grandes industriais, principalmente do segmento têxtil, viram no emprego da mão de obra de mulheres e crianças, uma força de trabalho altamente lucrativa. Desta forma, era comum estar próximo às moradias os equipamentos sociais e os serviços coletivos para facilitar a vida desses operários, entretanto, esta configuração territorial, muitas vezes tida como uma alternativa socialista, como é o caso da Vila Maria Zélia e seu idealizador, na realidade, fazia parte de um sistema de controle patronal e facilitador da expansão do capitalismo industrial concorrencial (BLAY, 1985).

³⁰ Barbara Penner é historiadora da arquitetura e professora na *Bartlett School of Architecture, University College London*. Disponível em: <<https://iris.ucl.ac.uk/iris/browse/profile?upi=BJPEN61>>. Acessado em: 01/09/2017.

³¹ Iain Borden é um historiador da arquitetura e comentarista urbano. Atualmente é vice-decano educacional na *Bartlett School of Architecture, University College London* e professor de arquitetura e cultura urbana. Disponível em: <<https://www.ucl.ac.uk/bartlett/architecture/prof-iain-borden>> Acessado em: 01/09/2017.

nos países do Reino Unido, pensados para as relações de poder e história dentro do feminismo.

Aquele, uma compilação que reúne célebres textos desde o início do século XX, os quais já apontavam novas direções e discussões futuras com a presença de outros campos, como da história da arte, da antropologia, dos estudos culturais e da geografia urbana. Em síntese, *Gender Space Architecture: An interdisciplinary introduction* (2000) é composto por três partes, a primeira traz leituras específicas dos estudos de gênero, como passagens do capítulo 1 de *A Room of One's Own* (1929) de Virginia Woolf, parte da introdução do *The Second Sex* (1949) de Simone de Beauvoir e o excerto do texto *Gender: A Useful Category of Historical Analysis* (1986) de Joan Wallach Scott, abordado no capítulo 1; A segunda parte, uma transição desta interdisciplinaridade, une gênero e espaço e conta com textos como *Space, Place and Gender* (1994) da Doreen Massey e *Choosing the Margin as a Space of Radical Openness* (1989) da bell hooks. Já a terceira, faz uma conexão entre gênero, espaço e arquitetura, onde encontram-se o texto da Dolores Hayden (1980) e outros clássicos como *Room at the Top? Sexism and the Star System in Architecture* (1989) da arquiteta Denise Scott Brown³².

Entretanto, há outras produções literárias relevantes e antecessores, que não discutiriam diretamente as intercessões das questões do gênero e cidades, como ocorreu em 1961 com o lançamento da obra *Death and Life of Great American Cities* de Jane Jacobs, traduzido para o português como *Morte e Vida das Grandes Cidades*, cuja pesquisadora Marguerite van den Berg³³ (2016), analisa que a obra de Jane

³² A arquiteta Denise Scott Brown, dentre outras várias colegas de profissão, durante muito tempo estiveram sob a sombra da figura de renomados arquitetos, cuja a questão remete novamente às desigualdades presentes nas relações de gênero, tanto no ensino, como na carreira e nas cidades. Em 1991, seu marido e parceiro de trabalho Robert Venturi foi nomeado vencedor do Prêmio *Pritzker* de Arquitetura, na época a organização do evento dizia que o mesmo era válido apenas para arquitetos individuais, em protesto pela igualdade, Denise não compareceu à cerimônia. Vinte e dois anos mais tarde, sua luta por reconhecimento retornaria à tona, agora com apoio da organização estudantil *Women in Design*, da Escola de Design de Harvard. Finalmente, em 2017, a arquiteta ganhou o *Jane Drew Prize*, uma resposta que originou do movimento da campanha das mulheres na arquitetura em 2013. Disponível em: <<https://undiaunaarquitecta.wordpress.com/2015/06/24/denise-scott-brown-1931/>>. Acessado em: 01/09/2017.

³³ Marguerite van den Berg é professora de Sociologia da Universidade de Amsterdã. Tem interesse nos estudos urbanos, de gênero e do trabalho. Atualmente trabalha em um projeto de pesquisa multi-método sobre o trabalho dos bastidores de vestir o corpo para os mercados urbanos precários pós-fordistas. Disponível em: <<http://www.uva.nl/en/profile/b/e/m.a.vandenberg/m.a.vandenberg.html>>.

Jacobs (1961) serve como um instrumento do processo de “*genderfication*”, termo utilizado por outras autoras e autores para designar a produção de espaço para diferentes relações do gênero, notadamente noções pós-Fordismo³⁴.

Mas, onde se encaixaria as relações do gênero em uma das obras mais importantes para o planejamento urbano do último século? Segundo Marguerite (2016), a própria Jane Jacobs é uma representação da voz feminina na história do planejamento, apesar da ativista não se declarar feminista e ser uma tendência da inclusão de outras mulheres por parte de historiadores e sociólogos, Jacobs é uma voz popular em seu meio. Outro ponto importante é que a defesa de Jacobs para o fim do planejamento Moderno, lido pelo traçado monofuncional, marcado por institucionalismo patriarcal e quase nula de participação feminina, é em si um discurso anti-produção de cidades androcêntricas. Os argumentos e expressões do livro *Morte e Vida das Grandes Cidades* (1961), como diversidade, uso misto, estudos dos usos de pavimentação, socialização de crianças e mulheres, os olhos da rua, entre outros, são sem dúvida muito utilizados pelas abordagens de perspectiva feminista no planejamento urbano contemporâneo.

The contemporary post-Fordist city is a genderfying one. For urban planners today, Jacobs’s views offer an attractive alternative to the patriarchal modernist city and an opening for genderfication: for producing space for changed gender relations, for including femininity, women and children in daily city life. (van den BERG, 2016, p.12)

Dentro disto, há também, o destaque para introdução dos conceitos de pluralidade e o de diversidade no planejamento urbano das décadas de 1960 e 1970, cujo significado criou uma atmosfera para o ataque feminista (FAINSTEIN, 2005). Segundo a própria Susan Fainstein (2005), entre as principais críticas do movimento

Acessado em: 01/09/2017.

³⁴ O conceito de Pós-fordismo, fundamentado na ideia de flexibilidade acompanhada com as transformações do capitalismo e da sociedade, também pode ser utilizado para se diferenciar do modo de produção Fordista. In: HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

feminista há destaque para algumas questões pertinentes às cidades como, por exemplo: as tomadas de decisões pois estariam relacionadas com a falta de representação feminina nas áreas do planejamento urbano e no setor imobiliário; as normas culturais, que impunham determinações espaciais para o que seria lugar de mulher e suas atividades; os serviços de suporte, referente a ausência de serviços médicos, falência do transporte público e um processo de urbanização fragmentada; e, a feminização da pobreza, de modo geral, pois o combate à pobreza tende a ignorar que mulheres com filhos compõem, na maioria das vezes, núcleos de pobreza urbana e está vinculado a guetização ou segregação socioespacial. No resumo da crítica, há uma transversalidade dos campos da medicina, das leis, do trabalho social e do planejamento urbano, áreas em que as mulheres têm sido muitas vezes invisibilizadas.

A inclusão do gênero no planejamento: uma nova agenda?

Ainda sobre o livro *Gender and Planning* (2005), cujo algumas passagens são abordadas nesta dissertação, há destaque para o texto *A Gender Agenda: New Directions for Planning Theory* das autoras Leonie Sandercock e Ann Forsyth, publicado pela primeira vez em 1992 pelo *Journal of the American Planning Association*, também parte da monografia *Gender: A New Agenda for Planning Theory* (1990), Leonie Sandercock. Neste artigo, é colocado um ponto importante sobre a literatura e metodologias feministas, que para as autoras (2005), seria mais significativo examinar seus aspectos e quais deles parecem ter a oferecer à teoria do planejamento urbano.

O primeiro aspecto discutido, trata das relações espaciais, econômicas e sociais, questões que são aprofundadas pelo feminismo ocidental a partir da segunda metade do século XX. Ligado diretamente com a produção das cidades capitalistas, as autoras colocam, através do trabalho de Ann Markusen (1980)³⁵ e outras, que o trabalho doméstico das mulheres foi ignorado pelos economistas marxistas e neoclássicos, embora este trabalho tenha um grande impacto sobre o uso das

³⁵ MARKUSEN, Ann. City Spatial Structure, Women's Household Work, and National Urban Policy. In: Signs, Vol. 5, No. 3, Supplement. Women and the American City, (Spring, 1980), p.22-44;

idades. É retomado também o artigo da Dolores Hayden (1980), cujo conceito de diversidade estaria atrelado aos núcleos específicos e as diferentes necessidades das famílias monoparentais, das mulheres pobres, do problema da violência doméstica, etc.

Este sentimento da divisão das mulheres em extratos populacionais, baseado no termo das minorias e, ao mesmo tempo, a união desses extratos como um todo, cresceu na década de 1980. Surge, de certa forma, a preocupação de como a teoria do planejamento deve tratar a questão da diversidade, ora é apropriado distinguir categorias específicas quanto às interfaces étnicas-raciais, de classe e outras, e ora é realmente congruente rever esta separação.

Outro aspecto diz respeito à linguagem e comunicação que podem alienar, confundir ou calar as mulheres, dada as evidências de desigualdade de comunicação em processos participativos no planejamento urbano. Estariam vinculados também ao estilo argumentativo e fala de certas áreas profissionais que, segundo as autoras, embora os profissionais da área do planejamento tendem a serem mais “*multilingual*”, a teoria deve endereçar esta necessidade para estilos apropriados da comunicação, fato não comum nos processos participativos de planejamento. Como descrevem:

Theory needs to consider the assumption, implicit in pluralist political theory, that, if given the chance, all interest groups will articulate their demands in a roughly equivalent manner. Given the current socialization of women, particularly women who suffer multiple disadvantages because of class, race, education, health, and self-esteem, this simply may not be the case.
(SANDERCOCK; FORSYTH, 2005, p.71)

Estas linguagens aplicadas ao cotidiano da teoria do planejamento, também estariam relacionadas com a metodologia e epistemologia feminista, aspecto que segundo as autoras, contribuiriam para outras formas de conhecimento ao planejamento. Como conhecimento adquirido através da fala e escuta, especialmente entre íntimos, falar sobre sentimentos, sobre o pessoal, o particular, o mesquinho, mas não necessariamente o trivial. Também há contribuição sobre o conhecimento tácito ou intuitivo, assim como as formas simbólicas da pintura, grafite, música ou

poesia, entre outras (Figura 8).



Figura 8 - Expressões pelo grafite, simbologias e empoderamento feminino. Grafiteira Nenê Surreal, s.d.

Sobre a própria metodologia feminista, as autoras utilizam-se das sociólogas Judith Cook e Mary Fonow (1986)³⁶ para explicar os princípios básicos contributivos, principalmente para a área da pesquisa em planejamento, como a importância da assimetria do gênero e gênero como característica básica de toda a vida social, inclusive na condução da pesquisa; a aceitação da consciência como uma ferramenta metodológica específica e como uma orientação geral ou modo de ver; o desafio à norma da objetividade de que as experiências pessoais não são científicas; a preocupação com as implicações éticas da pesquisa feminista e o reconhecimento da exploração das mulheres como objetos de conhecimento; a concentração no empoderamento das mulheres e na transformação das instituições sociais através da investigação, uma vez que, o conhecimento é inerentemente dialético e a pesquisa feminista tem poder emancipatório e crítico (SANDERCOCK; FORSYTH, 2005).

³⁶ COOK, Judith; FONOW, Mary. Knowledge and Women's Interests: Issues of Epistemology and Methodology in Feminist Sociological Research. Sociological Inquiry, 1986.

Dessa maneira, a emancipação das mulheres, relacionada com o domínio público, outro ponto abordado neste excerto, que segundo as autoras a luta feminista traz três componentes para o planejamento: primeiro, a reivindicação das mulheres como atrizes do meio público tanto para trabalhar como para participar plenamente na vida das cidades; segundo, a criação e proteção do espaço público para as mulheres; e terceiro componente seria a luta pela resignificação da natureza e extensão do domínio público. Além disso, temas entendidos, por muito tempo, como questões da vida privada, por exemplo, o aborto, a sexualidade, a violência doméstica, entre outros, devem ser considerados como questões do domínio público, para construção de políticas públicas.

Enfim, a intercessão entre a teoria feminista e a teoria do planejamento, para Leonie Sandercock e Ann Forsyth (2005), convergem na proposta de uma agenda de pesquisa em gênero para a teoria do planejamento, concentrando-se nas áreas onde a teoria feminista ainda há muito que desenvolver, como estudos de caso de práticas do planejamento, práticas e estratégias de interesses do gênero, aumento de profissionais mulheres na área do planejamento e uma reforma no ensino com introdução das questões relativas à gênero nas escolas de arquitetura e urbanismo.

3.2. Crítica à cidade androcêntrica

Tanto a concepção de uma agenda urbana com perspectiva do gênero ou uma agenda para a pesquisa neste campo, remete às críticas apoiadas sob os conceitos de diversidade e pluralidade, uma vez que suas ausências estão relacionadas com a produção de cidades sob a experiência e ótica androcêntrica, termo já citado nesta dissertação. Mas, ao retomá-lo, é possível perceber que algumas autoras e autores (HAYDEN, 1995; MCDOWELL, 1999; CEVEDIO, 2003; FAINSTEIN, SERVON, 2005; MUXÍ, et al, 2011; VILLAGRÁN, 2011), entre outros e outras abordam que esta concepção de cidade, em boa parte, é desenhada pelos valores do capitalismo e do patriarcado. A pesquisadora Paula Soto Villagrán³⁷ (2011) coloca que:

Hay acuerdo entre las teóricas feministas de la ciudad que la lógica con que opera el género utiliza como uno de sus principales mecanismos de control la organización del espacio y el tiempo, la cual actúa en la vida de las mujeres imponiendo unos límites y fronteras, rutinizando y naturalizando con ello prácticas legitimadas para el orden social genérico.
(VILLAGRÁN, 2011, p.11)

Esta concepção de cidade apresenta três críticas recorrentes na literatura. A primeira crítica corresponde à organização do espaço urbano baseada em um planejamento que não contempla a situação social e as necessidades específicas das mulheres derivadas da sua localização na divisão sexual do trabalho e nos papéis de gênero, identificando o desenho urbano como machista. Assim, as cidades seriam resultados de uma sociedade sem diferenciações entre homens e mulheres, sob o

³⁷ Paula Soto Villagrán é professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia da Divisão de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Pública na Cidade do México (UAM-Iztapalapa), pesquisa espaço e sociedade, o sentido de lugar e representações espaciais, o imaginário do medo urbano e geografia de gênero. Também leciona no curso de Bacharelado em Geografia Humana. Disponível em: <<http://antares.iztacala.unam.mx/renisce/?p=2283>>. Acessado em: 01/09/2017.

ponto de vista masculino, cuja interpretação e normas seriam aplicadas ao espaço urbano. Logo, as estruturas espaciais apresentariam as expressões dos processos sociais e do comportamento humano.

Já a segunda abordagem, mostra como a invisibilidade das mulheres na vida urbana é reforçada pelos papéis de gênero, construídos pelos estereótipos associados às mulheres. Esses são expressos por relações binárias do tipo público e privado, cidade e casa, trabalho reprodutivo e produtivo, no sentido de afirmar o que seria o “lugar de mulher” e o “lugar de homem”, ambas, construções ideológicas que afetariam diretamente a estrutura espacial urbana, afirmadas pelos modelos de zoneamento urbano, também associado à última crítica (VILLAGRÁN, 2007).

Por fim, esta crítica está relacionada ao urbanismo Moderno, pois o zoneamento monofuncional das cidades em áreas para morar, trabalhar e lazer, proporcionaram a falta de vivacidade no espaço urbano (JACOBS, 2000) e, conseqüentemente, dificultou a vida das mulheres, principalmente daquelas que têm uma dupla jornada de trabalho. Ou seja, também está relacionado com o desprezo da presença das mulheres no espaço público como trabalhadoras assalariadas e a desconsideração do trabalho doméstico como um trabalho, ou até mesmo a questão do trabalho informal.

O professor José Cortés³⁸ não utiliza o termo androcêntrico em seu trabalho *Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social* (2008), mas também coloca que as relações do gênero, as quais implicam em poder, no caso, a dominação para quem o detém, isto é, por vezes, a minoria masculina branca heteronormativa proprietária de bens materiais infere na construção simbólica e física da cidade disfarçada de neutralidade, a qual defende um “espaço que reproduz a subordinação dos discursos feministas e nega as diferenças sociais e sexuais, reforçando as linguagens universalistas que contribuem para a perpetuação das discriminações que vão contra a diversidade e a pluralidade.” (Ibid., 2008, p.141).

Além disso, a própria representação gráfica, muito utilizada por arquitetos e urbanistas nos anos 1950, pode ser testemunha desta concepção de cidade

³⁸ José Miguel García Cortés, nasceu em Valência na Espanha em 1955, atualmente é professor de teoria da arte na Faculdade de Belas Artes da Universidade Politécnica de Valência. Também é historiador de arte, curador e crítico da arte espanhola. Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/José_Miguel_García_Cortés>. Acessado em: 21/11/2017.

androcêntrica, manifestada principalmente pelas dimensões antropométricas (Figura 9). Também há outro impasse, que é própria falta de representação e reconhecimento profissional de muitas mulheres arquitetas e urbanistas, as quais colocaram-se em sua maioria, principalmente ao final do século XIX e início do XX, a projetar casas, isto pode estar relacionado com a vinculação da casa ao feminino, os baixos investimentos neste tipo de produção e até mesmo ao menor prestígio em relação a escala arquitetônica (LIMA, 2014).

Ainda, Cortés (2008) lembra a questão da verticalidade na imagem do arranha-céu, símbolo da globalização da economia, do poder corporativo, do avanço tecnológico e da construção da modernidade, isto é, a imagem arquitetônica mais paradigmática do século XX, e provavelmente do século XXI nas grandes cidades norte-americanas ou do Sudoeste Asiático e a na América Latina. O arranha-céu pode ser entendido como uma metáfora do olhar no sentido do controle social, das relações hierárquicas e patriarcais, como na análise feita pelo autor de um programa arquitetônico comum as edificações corporativas: o térreo destinado a uma multidão confusa e a serviços ligados ao cotidiano (feminilidade), enquanto nas alturas os serviços com acesso ao poder tecnológico, econômico e político (masculinidade).

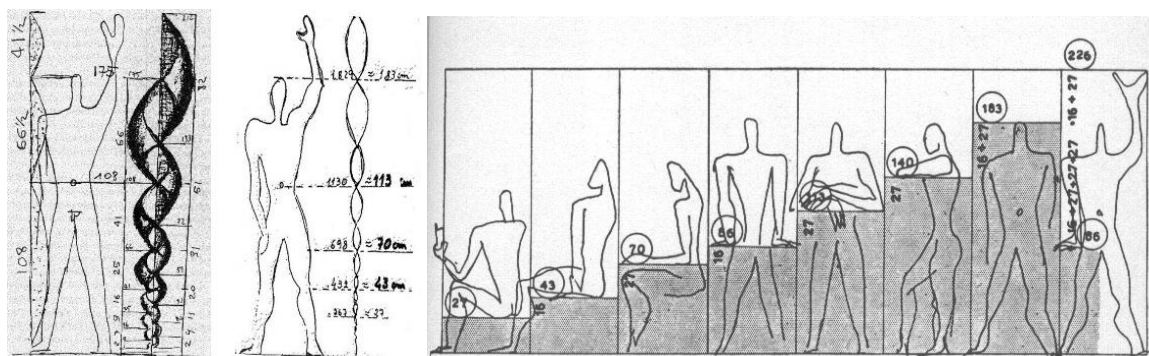


Figura 9 - Representações gráficas Modernistas e androcêntricas: Modulor, um indivíduo imaginário com medidas de 1,75m a 1,83 m de altura. Le Corbusier, 1950.

Isto posto, há outras obras importantes, produzidas no final da década de 1990, que fazem o diálogo entre essas intercessões e contribuem para a análise da cidade na perspectiva do gênero, mas com um viés geográfico, que permeia a questão do território e da identidade, como é o caso do livro *Gender, Identity and Place: Understanding Feminist Geographies* (1999), escrito por Linda McDowell³⁹, cujo

³⁹ Linda McDowell atualmente leciona Geografia na Universidade de Oxford e também é vice-presidente do St. John's College. Seu trabalho concentra-se na descrição etnográfica do trabalho e emprego. Suas

objetivo, segundo a própria autora, seria delinear algumas das principais ligações entre as perspectivas geográficas e as abordagens feministas e ilustrá-las com o trabalho empírico, realizado pela mesma nos últimos anos. Sua fonte envolve o trabalho com questões do gênero na Grã-Bretanha e em menor medida em outras sociedades, mas com ênfase nas cidades globais.

McDowell (1999) opta nesta obra por desenvolver um texto que trabalhe primeiro com as questões do corpo e seu entorno, seguido da leitura do espaço privado do lar, depois para a comunidade, a cidade e a localidade, onde outros elementos, como classe e etnia são adicionados à fronteira entre mulheres e homens. Há também o lugar dentro do ambiente de trabalho e o fora, no caso as ruas e calçadas, vistas como espaço de prazer e dor. Gênero, em seu texto, pode ser entendido como algo de contestação, fluidez e incerteza, onde as questões materiais do cotidiano não podem se separar do significado simbólico.

These two aspects - gender as a set of material social relations and as symbolic meaning - cannot really be separated. In defining gender, and in the preceding discussion of the changing definition and understanding of place, it is clear that social practice, including the wide range of social interactions at a variety of sites and places - at work, for example, at home, in the pub or the gym - and ways of thinking about and representing place/gender are interconnected and mutually constituted. We all act in relation to our intentions and beliefs, which are always culturally shaped and historically and spatially positioned.
(McDOWELL, 1999, p.7)

Neste sentido, os lugares não seriam apenas configurações espaciais e físicas, mas também estruturas sociológicas que determinam o “lugar apropriado” para homens e mulheres, sendo a sexualidade, etnia, nacionalidade ou classe, elementos que poderiam limitar homens ou mulheres de um determinado lugar, isto é, torná-los “fora do lugar”. Ainda, a autora faz uma interlocução entre os principais pensadores e

pensadoras que contribuíram para compreensão do gênero e a geografia, como Chandra Talpade Mohanty, Gayatri Spivak, Judith Butler, Michel Foucault, Neil Smith, Pierre Bourdieu, Doreen Massey e Gillian Rose.

O período dos anos 1990, também foi importante para as manifestações da teoria *Queer* - a qual propõe um questionamento ao normativo e definidor (BUTLER, 2008) - e, apesar dessa literatura não ser abordada nesta dissertação, vale lembrar algumas produções que fazem intercessão à arquitetura e ao urbanismo, como o livro *Queers in Space: Communities, Public Places, Sites of Resistance* (1997) dos autores Gordon Brent Ingram, Anne-Marie Bouthillette e Yolanda Retter, cujo trabalho com territorialidades da comunidade LGBTTTTS, como, por exemplo, em bares, igrejas, parques, praias, praças, bairros e cidades, apontam questões referentes à marginalidade e visibilidade, para explorar as formas de ocupação desses espaços, suas identidades, experiências e ativismos. Com narrativa análoga, o livro *Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History* (1998) editado por Leonie Sandercock, aborda práticas e agendas de planejamento pouco conhecidas, através do olhar crítico do movimento feminista, o pós-moderno e pós-coloniais e revela ensaios da tradição de planejamento indígena da América do Norte, das tradições afro-americanas e os novos temas espaciais ligados às questões do gênero e étnicas-raciais, para propor um planejamento urbano alternativo voltado à cidades multiculturais.

Por fim, a produção da literatura na última década, perante esta abordagem intensa e multidisciplinar já mencionadas, aposta no repensar das cidades sob a perspectiva feminista, a qual prioriza todas as pessoas ao invés da lógica produtivista e mercantilista, ou seja, a cidade é vista como cuidadora. Em uma entrevista, Blanca Gutiérrez Valdivia (2016) disserta que:

Poner a las personas en el centro, visibilizando la diversidad de experiencias y necesidades, sin tratar de homogeneizar los usos y actividades en el espacio urbano. Por eso, frente a la ciudad funcionalista, las Smart Cities u otros paradigmas alejados de la realidad de las personas, nosotras proponemos la ciudad cuidadora. Según Joan Tronto, los cuidados son "una actividad de la especie que incluye todo aquello que nosotros hacemos

para mantener, continuar y reparar nuestro “mundo” de tal modo que podamos vivir en este en el mejor modo posible lo cual nuestros cuerpos, nuestra identidad, nuestro medio, todo lo cual buscamos para conectarnos en una red compleja de sostenimiento de nuestras vidas.” Pero ¿cómo se materializan los cuidados en la forma urbana? Pensando ciudades que nos cuiden, nos dejen cuidarnos y nos permitan cuidar a otras personas. (GUTIÉRREZ VALDIVIA, 2016)

A homogeneização dos usos e atividades do espaço urbano que a autora escreve está relacionada à falta de pluralidade das demandas sociais e à representação das cidades sob a égide androcêntrica, já discutida. Acredita-se na possibilidade de fazer cidades para todas as pessoas, sem exclusões por gênero, idade, raça, classe social, entre outros aspectos categorizantes, entretanto, este discurso aponta para a necessidade da existência de políticas públicas para dar início a garantia de direitos.

Dessa forma, uma cidade com posicionamento feminista, segundo Laura Pérez Prieto⁴⁰ (2016) pode ser importante pelo: I) Reconhecimento da exclusão das minorias ao direito à cidade; II) Concepção da prática urbana como uma ferramenta de redistribuição dos recursos; III) Identificação explicitamente das pessoas afetadas; IV) Formação de novos canais de negociação; E V) maior aproximação de toda a população incluindo-a nas metodologias participativas.

Em síntese, a intercessão entre teoria, gênero e cidade, desde seu marco nos anos 1970 até o final da década de 2000, sugere duas correntes na literatura, que possuem afinidades e podem se convergir em alguns momentos: a primeira relacionada à própria cidade, com aspectos do planejamento urbano e das políticas urbanas; e a segunda, ligada ao campo da visibilidade da produção e história das mulheres na arquitetura e no urbanismo, como pode ser visualizado na figura 10, destaque para a localização da literatura abordada nesta dissertação.

⁴⁰ Laura Perez Prieto é doutora em Desenvolvimento e Cidadania e atua na universidade *Pablo Olavide University*, na Servilha, Espanha. Disponível em: <https://www.arabalears.cat/balears/Laura-Perez-Prieto-Leconomia-transformar_0_1833416779.html>. Acessado em: 01/09/2017.

Legenda

- 1970 - 1991
- 1992 - 2001
- 2002 - 2010
- Documentos internacionais

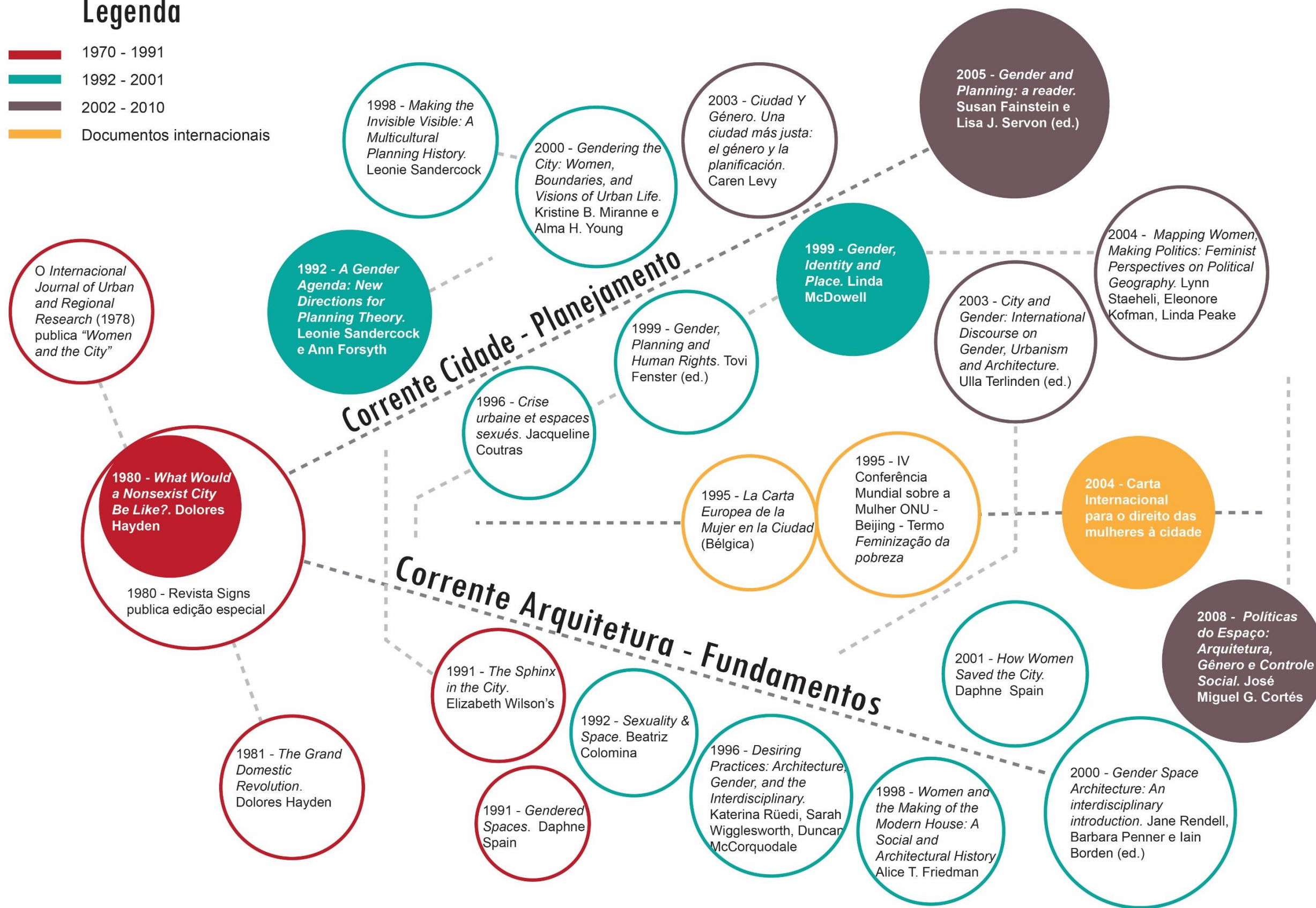


Figura 10 - Literatura produzida 1970-2010.
 Fonte: da autora adaptado de FAINSTEIN, Susan S.; SERVON, Lisa J.. *Gender and Planning: a reader*, 2005.

4. CIDADE, TORNAR-SE-Á FEMINISTA?

"Social justice entails democracy." Iris Marion Young In *Justice and the Politics of Difference*, 2005.

4.1. Caminhos nas políticas públicas e gênero no Brasil

A Secretaria de Políticas para as Mulheres criada no âmbito do governo federal brasileiro no ano de 2003, promoveu em seu período mais ativo, através do governo e a sociedade civil por meio das conferências nacionais, Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM) que iniciaram e definiram um conjunto de temas, princípios, objetivos e parcerias para a formulação e a implementação de políticas para as mulheres, cuja apresentação idealiza uma iniciativa de fortalecer a Secretaria com outros organismos governamentais, como estaduais e municipais, para promover políticas mais transversais.

Mas qual seria o papel das políticas públicas na atual conjuntura Estado de direito democrático e a sociedade? Segundo a própria Secretaria de Políticas para as Mulheres, elas se constituem:

em uma das formas de interação e de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações, regras e procedimentos que (re)constroem a realidade.(...) As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação – mas, sobretudo, em seus resultados – formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder e de recursos. Sistematizam o papel das tensões e do conflito social nos processos de decisão e na partição e repartição de custos e benefícios sociais. (BRASIL, ca. 2000, p.2)

Neste sentido, políticas públicas visam responder às demandas de grupos sociais excluídos historicamente, neles incluído a mulheres. E, é importante lembrar que documentos internacionais possuem alto grau de influência na formulação de políticas de um modo geral, pois a incorporação das questões do gênero nas políticas públicas brasileiras, em particular a partir da década de 1980, foram decorrentes das

conferências internacionais (BANDEIRA; VASCONCELOS, 2002), bem como a somatória dos resultados das lutas dos movimentos sociais e feministas que estavam ocorrendo dentro e fora do país. Há destaque para a *IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing* (1995), a qual constatou que 70% da população mundial pobre era composta por mulheres, popularizando o conceito da feminização da pobreza, uma correlação entre pobreza e desigualdade de gênero.

Desta conferência, tem-se também a adoção pelas Nações Unidas na Plataforma de Ação, o conceito chamado “*gender mainstreaming*”⁴¹, muito presente no planejamento urbano de alguns países, cuja definição passou ao longo dos anos por transformações. No Brasil, o termo é utilizado para garantir uma abordagem integrada do gênero, em que as mulheres sejam incluídas em todas as dimensões da sociedade, como, por exemplo, a econômica, a política, a cultural e a social, para efeitos nas esferas jurídicas e administrativas, incidindo em mudanças relativas à remuneração, acesso à segurança social, à educação e saúde, a partilha de responsabilidades profissionais e familiares e a busca de paridade nos processos de decisão (BRASIL, 2000). A seguir, o diagrama, adaptado do texto de Caroline O. N. Moser⁴² (2014), mostra a igualdade como objetivo do uso da integração de gênero em políticas e gestão territorial, partindo de duas estratégias: a primeira com participação de mulheres e homens e a segunda com atividades específicas destinadas à mulheres (Figura 11).

⁴¹ Este conceito sintetiza alguns aspectos das propostas do Women in Development (WID), do Women and Development (WAD) e do Gender and Development (GAD) da *IV Conferência*, cuja o objetivo era deslocar as perspectivas do gênero de um cenário marginal para um lugar de destaque como uma corrente dominante, e não somente aumentar o número de mulheres participantes de ações políticas. As instituições da ONU passaram a adotar o *gender mainstreaming* como uma estratégia, para uma política pública global. Disponível em: <<https://voxmagister.wordpress.com/2016/10/14/o-gender-mainstreaming-promove-empoderamento-feminino/>>. Acessado em: 24/05/2017.

⁴² Caroline O. N. Moser é uma acadêmica especializada em política social e antropologia social urbana, com interesse de estudos das Américas, incluindo os países da Colômbia, Equador, Guatemala e Jamaica. Disponível em: <<http://www.carolinemoser.co.uk/>>. Acessado em: 01/09/2017.

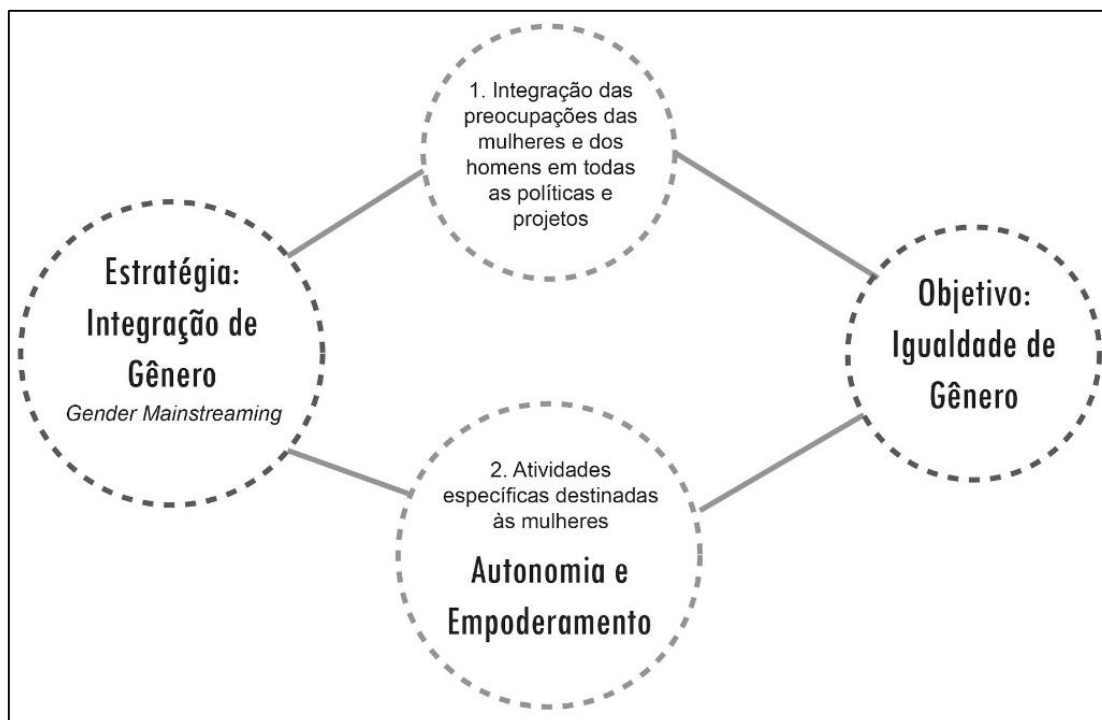


Figura 11 - Estratégia de integração de gênero ou *gender mainstreaming*. Adaptado do diagrama: MOSER, Caroline O. N. Gender planning and development: Revisiting, deconstructing and reflecting. Development Planning Unit, University College London: 2014, p.16.

A exemplo do uso da integração de gênero ou *gender mainstreaming* na administração pública e no planejamento urbano, têm-se as cidades de Viena e Berlim que já o adotam como parte da gestão pública. A pioneira capital Austríaca, que já nos anos 1990, através da coordenação da urbanista Eva Kail⁴³, a qual realizou uma exposição fotográfica que chamaria a atenção para as relações do gênero, intitulada *Who does public space belong to – women's everyday life in the city* (1991), isto é, *A quem pertence o espaço público - a vida cotidiana das mulheres na cidade*. A mesma apresentava a rotina de um grupo de mulheres vienenses. Tal evento gerou tamanho impacto tanto de público como na própria administração da capital Austríaca, que levou a mesma a lançar uma série de projetos com abordagem das questões do gênero. Um projeto ícone dessas políticas foi a construção do complexo habitacional

⁴³ Eva Kail é urbanista e atua na cidade de Viena desde 1991. Foi diretora do Escritório das Mulheres (1998-2009) e também diretora do Escritório de Coordenação de Planejamento e Construção visando as exigências da vida cotidiana e necessidades específicas das mulheres. Desde 2010, é a especialista em gênero no grupo executivo de construção e tecnologia. Também coordenou cerca de 60 projetos-piloto no domínio da habitação, mobilidade, espaço público, desenvolvimento urbano e infraestrutura social. Disponível em: <<https://undiaunaarquitecta.wordpress.com/2015/10/31/eva-kail-1959/>>. Acessado em: 01/09/2017.

chamado *Frauen-Werk-Stadt* (1997) que significa *Mulheres-Trabalho-Cidade* (Figuras 12 e 13); a equipe responsável foi composta pelas arquitetas e urbanistas Franziska Ullman⁴⁴, Gisela Podreka⁴⁵, Elsa Prochazka⁴⁶ e Liselotte Peretti⁴⁷.



Figura 12 - Programa arquitetônico do complexo Frauen-Werk-Stadt: 359 unidades habitacionais de tipologias diversificadas, um jardim de infância, uma creche, clínicas médicas, um centro de comunicação favorecendo a troca de serviços entre a vizinhança, um posto da polícia e 600 m² para comércio. Franziska Ullman, 1997.

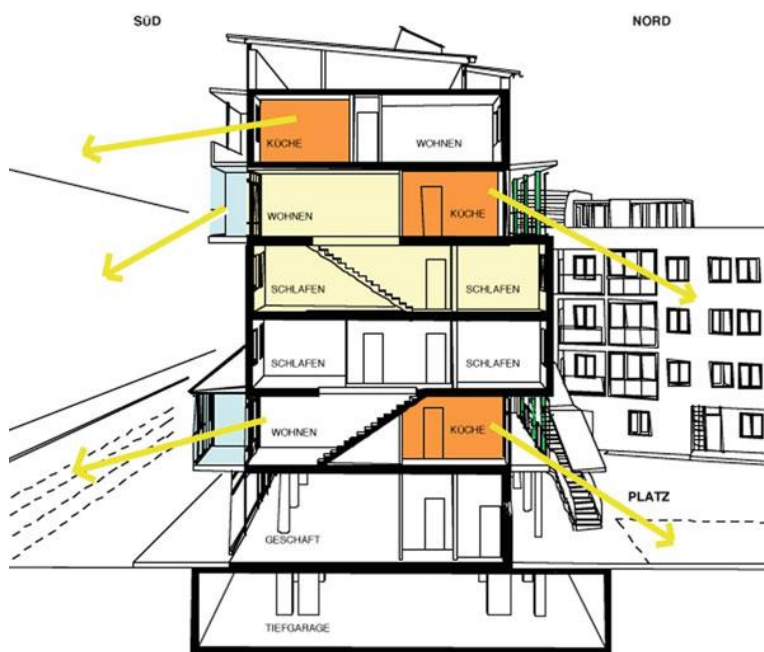


Figura 13 - "Olhos da rua" - elemento importante na obra de Jane Jacobs (2000) - o edifício como controle social de quem vive fora e dentro. Franziska Ullman, 1997.

⁴⁴ Franziska Ullmann é uma arquiteta austríaca formada pela Universidade de Tecnologia de Viena em 1975. Sua carreira e interesses variam desde o ensino em planejamento urbano para defender os direitos das mulheres, a arqueologia e a teoria sobre o espaço arquitetônico. Disponível em: <<http://www.ullmannf.at/>>. Acessado em: 01/09/2017.

⁴⁵ Gisela Podreka é uma arquiteta alemã. Disponível em <<http://www.gisela-podreka.com/>>. Acessado em: 01/09/2017.

⁴⁶ Elsa Prochazka é uma arquiteta austríaca formada pela Universidade de Tecnologia de Viena em 1970, também atuou como docente e seus trabalhos estão relacionados com desenvolvimento urbano, edifícios públicos, escritórios e edifícios industriais, design, exposição e arquitetura corporativa. Disponível em: <<http://www.prochazka.at/>>. Acessado em: 01/09/2017.

⁴⁷ Liselotte Peretti é fundadora do escritório *Peretti + Peretti* (1994) na cidade de Viena. Disponível em: <<http://www.peretti.at/>>. Acessado em: 01/09/2017.

Ademais da questão habitacional, em 1999, o município de Viena também realizou uma pesquisa sobre a mobilidade na cidade e constatou que as mulheres utilizavam mais o transporte público do que os homens, além de terem uma circulação mais variada nas atividades do dia-a-dia, incluindo uso de áreas comerciais, escolas, hospitais, trabalho, etc. Dessa forma, o grupo de planejamento criou um plano de mobilidade sob a visão desses usos, tal que as calçadas ganharam mais rampas e foram alargadas para melhor passagem de carrinhos de bebês e compras, pessoas com dificuldade de locomoção ou idosos. A iluminação pública também foi ampliada para tornar as ruas mais seguras ao escurecer. Nos parques foram incorporados equipamentos com atividades mais diversas para não excluïrem meninos e meninas das brincadeiras e das práticas esportivas, como, por exemplo, o parque *Bruno-Kreisky-Park* (1999-2000) redesenhado pelas paisagistas Ursula Kose⁴⁸ e Lilli Licka⁴⁹ (Figura 14).



Figura 14 - Equipamentos do parque vienense *Bruno-Kreisky-Park*. Fonte: www.wien.info

⁴⁸ Ursula Kose é uma arquiteta paisagista. Disponível em: <<https://www.nextroom.at/actor.php?inc=bauwerk&id=3609>>. Acessado em: 01/09/2017.

⁴⁹ Lilli Licka é uma arquiteta paisagista, professora e líder do *Institute of Landscape Architecture*, na *University of Natural Resources and Life Sciences* de Viena. Disponível em: <<http://www.rali.boku.ac.at/ila/personen/lilli-licka/>>. Acessado em: 01/09/2017.

Dessa maneira, o plano *Gender Mainstreaming in Urban Planning and Urban Development* (2013) apresenta estratégias complementares às ações e fixação política daquilo que a cidade de Viena aplica há quase três décadas. Com processo de abordagem integrada e interdisciplinar em todas as etapas do planejamento, incluído o: I) planejamento para todas as fases da vida; II) Planejamento do solo sensível ao gênero, no sentido de novas ou modificações na infraestrutura social (equipamentos como jardim de infância, escolas, parques, etc.) combinação de usos especiais no térreo dos edifícios; III) Habitação sensível ao gênero pelo tamanho e disposição das moradias, rotas de comunicação interna com tamanho gerenciável da comunidade residencial, espaço compartilhado (área para bicicletas e carrinhos, lavanderia, etc.), espaços abertos (Figura 15a).

Já o *Gender Mainstreaming in Urban Development* (2011) da cidade de Berlim (Figura 15b) inicia-se com alguns critérios em gênero para o planejamento urbano, entre eles, diversidade e flexibilidade dos espaços, opções de uso social, espaços para comunicação e interação, reconciliação de profissionais com trabalho-família, segurança, sustentabilidade e proteção dos recursos naturais e participação, para apontar processos de planejamento orientados para o gênero, com diferentes critérios na forma do levantamento urbano, estabelecimento de objetivos, participação, conscientização do gênero em concursos e jurados públicos e nas áreas de planejamento (habitação, mobilidade, equipamentos e serviços, mercado de trabalho, meio ambiente, espaço público).



Figura 15 - Planos de duas cidades com diretrizes de planejamento urbano de acordo com o conceito *gender mainstreaming*. *Gender Mainstreaming in Urban Planning and Urban Development*. (a) Viena, 2013 e (b) Berlim, 2011.

De volta ao contexto brasileiro, a Secretaria de Políticas para as Mulheres propõe que a incorporação de políticas para igualdade das mulheres seja via a transversalidade com atuação de múltiplos ministérios ou secretarias para interagir em todas as políticas públicas propostas pelo Estado, considerando as especificidades e demandas das mulheres. Por isso, em 2013, a mesma redigiu alguns princípios da Política Nacional para as Mulheres norteadores para Planos de caráter mais perenes e sujeitos a alterações frequentes, os quais estão relacionados com: I) autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; II) busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; III) respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; IV) caráter laico do Estado; V) universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; VI) participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; VII) transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

Aqui, pode-se retomar a intercessão entre gênero e cidade, principalmente em relação ao primeiro princípio, que diz a respeito da autonomia das mulheres, uma vez que, reflete bastante na desigualdade de acesso e oportunidades que as mesmas

enfrentam no cotidiano das relações estabelecidas no espaço urbano e, por vezes, a falta de autonomia, é traduzida nas formas do sentimento de insegurança e até mesmo em violência. Outro ponto relevante é a questão da participação ativa em todas as fases das políticas públicas e não apenas igualar o número de mulheres e homens participantes destes processos, pois “posições formais na estrutura de poder não significa que esteja, automaticamente, em posição de igualdade em relação a outros agentes que lá se encontram” (MIGUEL, 2014, p.105), é preciso dissolver o poder presente nas mãos de grupos dominantes, estes, normalmente, representados pela figura masculina, heteronormativa e com acesso aos bens materiais.

Entretanto, para a finalidade da formulação e aplicação de políticas mais transversais com interlocução entre secretarias específicas, como a das mulheres e outras, neste caso, relacionadas às cidades, é preciso entender os processos e as lutas que levaram a reforma urbana no Brasil, cuja atual conjuntura ainda perpassa por crises e desafios, bem como as demandas contemporâneas pertinentes às questões do gênero e ao papel do movimento feminista no âmbito do espaço urbano. Este fazer, demonstra a possibilidade de novos caminhos intercessionais e outras alternativas para o encontro do direito à cidade para todas e todos.

4.2. Entre alternativas: a reforma urbana no Brasil e o movimento feminista

Para a atual conformação de um cenário mais democrático na formulação de políticas públicas, houve uma trajetória de lutas políticas e processos que o Brasil precisou atravessar. Durante a década de 1960, no âmbito urbano, havia uma forte disputa para reformas estruturais referentes à questão fundiária. Prontamente no ano de 1963, no contexto do Plano das Reformas de Base do governo do presidente João Goulart, era formulada a Reforma Urbana pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, cuja suspensão foi dada pelo golpe militar de 1964. Já na década de 1970 e 1980, os principais movimentos sociais, setores técnicos, associações de bairros e entidades de assistência social, mesmo que de forma disseminada, preocupados com os

conflitos iminentes na sociedade, como a precariedade habitacional e a degradação ambiental, retomam, nesse momento, dentro de uma esfera jurídica a Reforma Urbana. Além disso, o país passava pela explosão do êxodo rural, que entre os anos de 1940 a 1991, a população urbana passou de 31.2% para 75% da população nacional, em cidades com carência de infraestrutura mínima.

Nesse caminho, em 1985, foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que tinha um caráter mais localizado, pautado nas mobilizações por moradia. Com a união das diferentes entidades e pós 1964, o movimento ganhou maior força e articulou uma participação popular heterogênea, que nitidamente questionava o caráter excludente das cidades brasileiras, vendo a casa como constituinte do corpo da cidade. É nesse cenário que ocorrem as lutas políticas pelo direito à cidade, culminando na Constituição de 1988 sob o olhar de que a terra urbana exerce uma função social, a cidade é para todos e também é um espaço para o exercício da cidadania. Como destaca Nelson Saule Júnior⁵⁰ e Karina Uzzo⁵¹, que:

A bandeira da reforma urbana se consolida não somente na perspectiva da articulação e unificação dos movimentos sociais por meio de uma plataforma urbana que ultrapassa as questões locais e abrange as questões nacionais, mas também na crítica da desigualdade espacial, da cidade dual. Com isso, inaugura no país um projeto que reivindicava uma nova cidade e propunha a quebra dos privilégios de acesso aos espaços das cidades. Configura-se uma politização que vai além da questão urbana porque se estende para o âmbito da justiça social e da igualdade. (SAULE JR.; UZZO, 2010, p.261)

⁵⁰ Nelson Saule Júnior é professor de direito do curso de graduação e pós-graduação, e coordenador do escritório modelo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É também diretor do Instituto Pólis e coordenador da Área Direito à Cidade do Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), e Coordenador da Revista Magister Direito Ambiental e Urbano. Tem experiência profissional nas seguintes áreas do direito: direito do estado, direito urbanístico e direitos humanos. É autor de várias publicações e estudos sobre direito urbanístico. Disponível em: <<http://polis.org.br/autor/nelson-saule-junior/>>. Acessado em: 01/09/2017.

⁵¹ Karina Uzzo é advogada e pesquisadora colaboradora do departamento de Direito à Cidade do Instituto Pólis. Disponível em: <<http://polis.org.br/autor/karina-uzzo/>>. Acessado em: 01/09/2017.

Esta crítica à cidade dual, aqui entendida não somente como a repreensão à especulação do capital sob a terra urbana e suas consequências segregativas, mas também como articulações que afetam a outras questões, como as do gênero, propõe-se uma nova era para a reforma urbana, uma era da ruptura de privilégios, que, como mencionado pelo próprio Saule Júnior e Karina Uzzo (2010), ela se estende para o âmbito da justiça social e da igualdade. Nesse sentido, a principal bandeira da reforma urbana se consolida pelo direito à cidade, que também é caracterizado pelas oportunidades, acessos e usos do espaço urbano por todas e todos, de forma a garantir a justiça social e de condições dignas a todos os habitantes das cidades.

Simultaneamente a este período das reformas de base no Brasil, o movimento feminista ocidental acabava por embarcar na chamada segunda onda, tal qual foi caracterizada pela abordagem da estrutura social e a construção do termo gênero, além de dar início a introdução das questões étnicas-raciais dentro do próprio movimento. No Brasil, a atuação dessa segunda onda se deu, especialmente após 1975, mostrando reivindicações ligadas, principalmente, às mães da periferia que lutavam por mais creches, a diferenciação salarial, o direito à maternidade e assuntos relacionados com a ditadura militar.

Terezinha Gonzaga⁵² (2004), conta em sua tese, que o *I Congresso da Mulher Paulista* no bairro da Bela Vista no Teatro Ruth Escobar, realizado em 1979, além de expor para o mundo a ampliação do movimento feminista no Brasil, marcou a criação do *Movimento de Luta por Creches*. E, dentre todas as suas conquistas, o movimento mostrou que uma reivindicação específica vinda das mulheres transformou bairros periféricos, pois na maioria das vezes, a creche passou a ser o primeiro equipamento implantado. Assim, a população exigia outros aparatos básicos para a melhoria destes bairros, ademais, as feministas, juntamente com as sindicalistas, garantiram na Constituição de 1988 que o ensino nas creches é um direito educacional das crianças.

⁵² Terezinha de Oliveira Gonzaga é arquiteta estatutária da Prefeitura Municipal de Votuporanga e docente no Centro Universitário de Votuporanga, coordenadora de projeto da União de Mulheres de São Paulo, pesquisas - TEMA - Projetos e Planejamento Urbano, Arquitetônicos e Sociais. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História da Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, direitos das mulheres, gênero, direitos, advocacy, raça, constituição federal e acesso à justiça. Disponível em: <<http://www.temafavela.com.br/site/equipe/historicos-profissionais/>>. Acessado em: 01/09/2017.

Atualmente, a respeito das questões urbanas brasileiras, há três grandes eixos de lutas pelo direito à cidade e eles estão relacionados com os movimentos sociais pela questão da moradia, os movimentos contra a violência urbana e os movimentos sociais em relação a serviços públicos (GOHN, 2007). As mulheres estão presentes nesses espaços, em redes associativas, nas organizações não governamentais, nas associações de bairro e nas associações comunitárias, em entidades assistenciais, em organizações populares, nos movimentos sociais, entre outros diversos setores sociais. Maria da Glória Gohn⁵³ fala sobre essa participação:

As mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres se destacam por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas (certamente estamos considerando nos movimentos de gênero a presença feminina e a masculina) (...). Portanto, quer como grupos de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas. O conjunto dessas ações une categorias sociais, que criam sujeitos, que produzem movimentos sociais. Apesar dessa presença toda, existe uma invisibilidade da atuação das mulheres. (GOHN, 2007, p.44-45)

⁵³ Maria da Glória Gohn é professora titular aposentada da Faculdade de Educação da UNICAMP e referência no estudo dos movimentos sociais. É membra do Nominations Committee da LASA-Latin America Studies Association (2015-2017) e do board de coordenação do Comitê "Social Movements and Social Classes" da Associação Internacional de Sociologia (ISA). Publicou 18 livros de autoria individual e inúmeros capítulos em coletâneas. Dentre seus livros destacam-se *Teorias dos Movimentos Sociais* (Loyola, 2014, 11a ed); *História dos Movimentos e Lutas Sociais* (Loyola, 2013, 8a ed.), *Novas Teorias dos Movimentos Sociais* (Loyola, 2014, 5a ed), *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo* (Vozes, 2013, 7a ed) ; *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica* (Cortez, 2016, 8a ed); *Movimentos Sociais e Educação* (Cortez, 2012, 8a ed); e *Sociologia dos Movimentos Sociais* (Cortez, 2014, 2a ed); *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no mundo* (Vozes, 2014). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8315862641929394>>. Acessado em: 01/09/2017.

Nesse sentido, a invisibilidade do papel feminino nestas lutas reforça diretamente os laços de desigualdade de gênero. Há uma via dupla dentro desse movimento que tangencia a questão do gênero: de um lado o movimento feminista, envolvido nos debates políticos do campo feminista e com sua atuação as mulheres ganharam voz; do outro o movimento de mulheres, que é maior e onde reside uma certa invisibilidade das mulheres, uma vez que as demandas exigidas atingem um grupo maior de pessoas, são reivindicações por mais vagas ou melhorias nas escolas, postos de saúde, nos transportes coletivos e nas questões habitacionais. Dentro do movimento de mulheres, ou composto majoritariamente por mulheres, Paula Santoro⁵⁴ faz uma relação que:

A mulher sofre uma influência da vida doméstica que se traduz muito fortemente na vida pública. Essa tradução se dá também através da reivindicação de equipamentos e serviços em termos quantitativos e qualitativos. Para que possam trabalhar, participar, querem ter sua vida doméstica resolvida, através de serviços públicos ou através das relações de comunidade. No entanto, o discurso das mulheres frente ao desenvolvimento territorial nos últimos anos têm mudado significativamente para um forte discurso pela implementação de direitos. Primeiro o direito à igualdade perante os homens, reconhecendo as desigualdades de gênero. (SANTORO, 2007, p.8)

Dessa maneira, é notório que as mulheres de baixa renda, moradoras das periferias nas cidades brasileiras, sintam de forma mais intensa a exclusão socioespacial. Por isso, é importante reforçar que as desigualdades de gênero estão presentes no desenho das cidades, o que acaba por evidenciar privilégios e a

⁵⁴ Paula Freire Santoro é arquiteta urbanista, professora nas disciplinas de Planejamento Urbano do Departamento de Projeto da FAUUSP, atualmente coordena projeto observaSP junto ao LabCidade FAUUSP e coordena grupo de pesquisa CNPq. Foi Assistente Técnica do Ministério Público do Estado de São Paulo nos temas Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (2011-2013), e, também pesquisadora do Instituto Pólis (2001-2011), do Instituto Socioambiental - ISA (2007-2008) e do Laboratório de Urbanismo da Metrópole - LUME FAUUSP (2001). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7611486702526557>>. Acessado: 01/09/2017.

estrutura de uma sociedade baseada na hegemonia masculina. Entretanto, é preciso tomar cuidado com associações simbólicas, que podem fortalecer estereótipos de gênero, como, por exemplo, as binariedades: produção/reprodução, subúrbio/cidade, público/privado, feminino/masculino, etc. Paula Soto Villagrán comenta sobre essas associações:

Esta asociación simbólica, ha contribuido a fortalecer la creencia de que la naturaleza de las mujeres es tal que lo correcto es que estén sometidas a los hombres y que el lugar que les corresponde es la esfera privada y familiar, aún más, que el estudio de la vida de las mujeres pudiese ser delimitado sin mayores dificultades a las ideas de hogar, unidad doméstica, familia. Por su parte, la vida pública incorporaría lo político, el trabajo remunerado, el mercado. Las mujeres son excluidas del ámbito público de la ciudadanía, por ser guardianas de las necesidades y de la afectividad del grupo familiar. (VILLAGRÁN, 2007, p.32)

O fortalecimento dessas crenças naturalizadas por sociedades patriarcais, muitas vezes, pode aparecer no âmbito das esferas jurídicas de políticas públicas, por exemplo, através de semânticas em contextos inapropriados, linguagens e estéticas pejorativas, colocando, principalmente as mulheres e outros grupos sociais invisibilizados, em posição subalterna. Por isso os mesmos não querem apenas resolver as questões do campo privado, pois as demandas urbanas sofreram intensas transformações nas últimas décadas: ora cometidas pela força de trabalho, ora pelas próprias formas de apropriação da cidade e estão mais diversificadas e plurais (Figura 16). O discurso voltasse ao reconhecimento por direitos, tanto no espaço público como no privado.

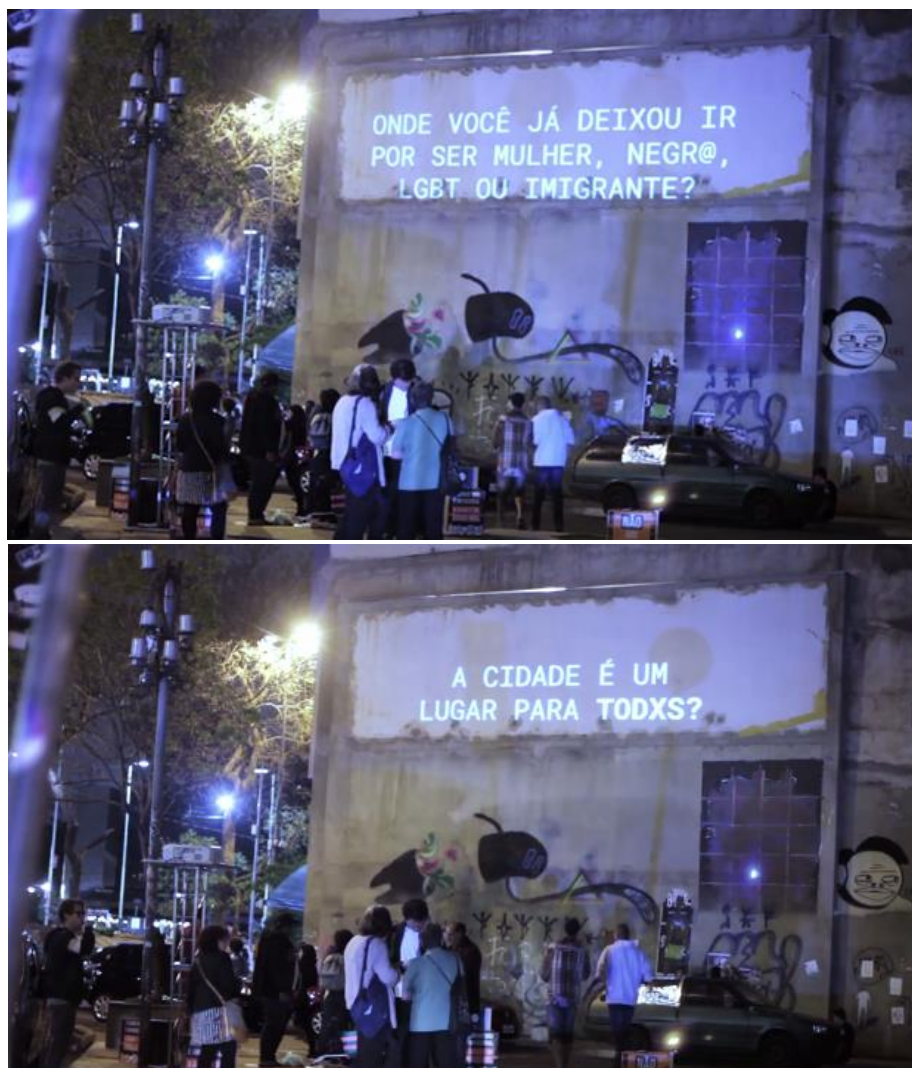


Figura 16 - Reconhecimento por direitos: intervenções no centro de São Paulo #cidadeparaquem #olhonoseuvoto (2016). Disponível em: <www.facebook.com/odireito.cidade/>. Acesso: 30/09/2016.

De volta a reforma urbana, que caminha concomitantemente ao movimento feminista, deve-se destacar alguns eventos ocorridos no Fórum Nacional de Reforma Urbana, como o debate, do ano de 2003, que introduziu algumas questões do gênero na primeira *Conferência Nacional das Cidades* através do boletim *O Fórum Nacional de Reforma Urbana na Conferência Nacional das Cidades: um enfoque de gênero*, e, a segunda conferência, de 2005, com a oficina chamada *Construindo uma agenda feminista para a 2ª Conferência Nacional das Cidades*. E, os resultados destes eventos estão relacionados com a igualdade entre homens e mulheres na representativa política do Conselho Nacional das Cidades, a maior visibilidade aos problemas enfrentados pelas mulheres nas cidades e fortalecimento da atuação das mulheres na reforma urbana. Ainda, por meio do FNRU, recentemente, construiu-se

a plataforma feminista da reforma urbana e dessas discussões surgiram algumas propostas para formulação de políticas públicas urbanas com a perspectiva do gênero, Regina Ferreira⁵⁵ (2008) faz a seguinte síntese das mesmas em seu artigo:

- Política de Habitação de Interesse Social: (i) o estabelecimento de um percentual mínimo de unidades dos programas de habitação de interesse social para as famílias uniparentais constituídas por mulheres, chefes de família, afrodescendentes, vítimas de violência, soropositivas, vivendo com AIDS, desempregadas ou em situação de vulnerabilidade; (ii) o estabelecimento de uma linha de financiamento específica voltada para a aquisição da habitação, para o mesmo público citado no item anterior; (iii) o estabelecimento de uma política de implementação de equipamentos públicos comunitários nas áreas de assentamentos precários e dos programas de habitação de interesse social: creches, restaurantes comunitários, centros comunitários, bem como uma política de integração destas áreas na rede escolar e de saúde pública local;
- Política de Regularização Fundiária: a definição de que a titulação deverá ser feita em nome da mulher ou em nome de ambos, homem e mulher; o reconhecimento da situação das mulheres separadas de fato, mas não judicial ou civilmente; a prestação da devida assistência jurídica gratuita às mulheres;
- Política de Transporte: a definição de áreas específicas para as mulheres nos transportes coletivos públicos;
- Política de Saneamento Ambiental: o desenvolvimento de programas de geração de trabalho e renda com grupos de mulheres em projetos de Coleta e Reciclagem de Resíduos Sólidos;
- Política de Geração de Trabalho e Renda: o estabelecimento de uma linha de financiamento específica voltada para associações e cooperativas de mulheres

⁵⁵ Regina Fátima C. F. Ferreira possui doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014). Atualmente é arquiteta e urbanista da Caixa Econômica Federal (RJ) e pesquisadora do Observatório das Metrópoles/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: habitação, autogestão, saneamento, participação e controle social, gênero, movimentos sociais, reforma urbana e direito à cidade. Disponível em: <<http://polis.org.br/biblioteca/busca/?key=Regina+F%C3%A1tima&tipo=&area=reforma-urbana>>. Acessado em: 01/09/2017.

autogestionárias, para a construção de habitação de interesse social e/ou geração de renda.

Ademais, a reforma urbana trouxe marcos importantes como resultados, por exemplo, a formulação do Estatuto da Cidade⁵⁶ no ano de 2001 e a criação do Ministério das Cidades em 2003, este, fruto de um amplo movimento social progressista que parecia confirmar avanços e novos tempos para as cidades brasileiras (MARICATO, 2012), com suas ações voltadas às questões da moradia, do saneamento ambiental e da mobilidade urbana. Aquele, como coloca Edésio Fernandes⁵⁷, compõe uma nova ordem jurídico-urbanística, que “é fundamentalmente uma conquista social, resultado de um processo histórico de mobilização social renovada envolvendo milhares de atores (...)” (FERNANDES, 2013, p.221) atores e atrizes, que atuaram ativamente em todos os tipos de movimentos sociais, bem como outras associações coletivas, almejando cidades mais justas. Porém, diante dos problemas sociais e estruturais que as cidades brasileiras têm enfrentado, a professora Raquel Rolnik⁵⁸ expõe a hipótese de dois projetos distintos formulados no processo da reforma urbana:

Se por um lado, ao longo dos anos 80 e 90 os movimentos sociais e populares conseguiram pautar o processo de redemocratização com questões pertinentes à construção de um Estado de direitos - onde o acesso à terra e sua função social

⁵⁶ O texto do Estatuto da Cidade advém, no sentido constitucional, do Capítulo II da Política Urbana da Constituição Federal de 1988, a qual tinha como principais temas: as funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes.

⁵⁷ Edésio Fernandes é professor e consultor internacional. Membro da DPU Associates (Inglaterra) e da Teaching Faculty of the Lincoln Institute of Land Policy (Estados Unidos da América). Disponível em: <<https://www.lincolninst.edu/pt-br/about-lincoln-institute/people/edesio-fernandes>>. Acessado em: 01/09/2017.

⁵⁸ Raquel Rolnik é arquiteta e urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Foi relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU (2008-2011, 2011-2014) para o Direito à Moradia Adequada, também foi diretora de Planejamento da Cidade de São Paulo (1989-1992), coordenadora de Urbanismo do Instituto Pólis (1997-2002) e secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (2003-2007), entre outras atividades profissionais e didáticas relacionadas à política urbana e habitacional. É autora dos livros “A Cidade e a Lei”, “O que é Cidade” e “Folha Explica: São Paulo”. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4877046230472486>>. Acessado em: 01/09/2017.

tem um papel central -, por outro lado o projeto neoliberal de política urbana e a integração do país aos circuitos globalizados do capital e das finanças, assim como a forma através da qual o jogo político eleitoral no país foi sendo estruturado no período, pautaram igualmente os rumos da política urbana no país, marcando este processo de forma ambígua e contraditória. (ROLNIK, 2012, p. 88)

A ambiguidade, aqui, retoma novamente a cidade dual, que acaba por se formar a partir de projetos distintos, cujo impasse está, de certa forma, relacionado com o rápido processo de urbanização pelo qual o país passou, destacando-se as grandes cidades, caracterizado pela inércia política em absorção das novas demandas urbanas. Em uma primeira etapa desta urbanização, através de uma leitura geográfica, têm-se a migração da população pobre vinda de áreas rurais e de cidades menores, já em uma segunda etapa, assim dizer, a urbanização espoliativa (ROLNIK, 2012), é acompanhada pelas transformações dos perfis demográficos, relativos também ao gênero e outros aspectos sociais que a fazem interface, como as étnicas-raciais e de classe.

Todavia, o período posterior das reformas de base e marco da Constituição Federal de 1988 também aponta um importante acontecimento para o Brasil. Próximo à mudança do século XX para o XXI, progressivamente, percebe-se a descentralização de políticas sociais, aquelas ligadas a educação fundamental, a assistência social, a saúde, ao saneamento e a habitação popular, que significou a transferência da gestão da esfera federal para os estados e municípios. Até meados dos anos 1960, o Estado brasileiro era caracterizado pela unidade, as políticas sociais de habitação e saneamento, por exemplo, eram formuladas, financiadas e regidas por uma agência federal que as delegava as agências locais, formas compatíveis com um Estado altamente centralizado sob a ditadura militar.

Dessa forma, como discutido previamente, com o processo de democratização dos anos 1980 e a descentralização fiscal da Constituição de 1988, pode se ver o surgimento de novas formas das relações intergovernamentais. Esta transferência de responsabilidades (orçamentárias, gestores, etc.) deve-se ao fato dos municípios alegarem que não possuíam recursos suficientes para implantação de

políticas sociais, apesar disso, Marta Arretche⁵⁹ (1999) conta que esse fator é superestimado, já que a maioria dos municípios brasileiros são fracos, no sentido de pequeno porte populacional, economias poucas expressivas e com altas dependências fiscais, levando ao destaque e de certa maneira desigual, as administrações de municípios maiores, com economias e número populacional mais expressivos, por consequência a maior independência e um tratamento diferenciado na formulação e implantação de políticas sociais, como é o caso da cidade de São Paulo.

4.3. O direito da cidade às mulheres

Como mencionado anteriormente, o direito à cidade, conceito que passou por um ressurgimento⁶⁰ nas últimas décadas devido, principalmente, às manifestações que ocorrem nas ruas com a atuação dos movimentos sociais urbanos, tanto no Brasil como no cenário internacional e serviu de respaldo para alguns dos avanços conquistados pela reforma urbana no Brasil. Entretanto, há muito que se conquistar e é preciso atentar à ambiguidade de projetos distintos (ROLNIK, 2008).

Isto posto, o livro *O Direito à Cidade* de Henri Lefebvre⁶¹ escrito em 1968, inaugurou os conceitos do direito de apropriação do espaço urbano no sentido do

⁵⁹ Marta Teresa da Silva Arretche é pró-reitora adjunta da pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), professora titular do Departamento de Ciência Política da USP, diretora do Centro de Estudos da Metrópole e editora da *Brazilian Political Science Review*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3509643250919547>>. Acessado em: 13/09/2017.

⁶⁰ Este ressurgimento também está relacionado com os Fóruns Internacionais Urbanos realizados a partir dos anos 2000. A carta mundial pelo direito à cidade o define como: “o usufruto eqüitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado.” (Fórum Social Mundial Policêntrico, 2006).

⁶¹ Henri Lefebvre foi um filósofo marxista e sociólogo francês. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Henri_Lefebvre>. Acessado em: 01/09/2017.

direito de uso para as atividades da vida cotidiana e também o direito à participação dos habitantes como gestores do processo da produção de cidades. Anos mais tarde, surgiu a obra *A produção do espaço* (1974) do mesmo autor, que definia a dicotomia entre espaço de reprodução (lugar privado, espaço ao redor do corpo, o espaço da habitação e das relações sociais reproduzidas nas cidades) e espaço produtivo (associado ao espaço público, a paisagem na forma da indústria, mineração, comércio ou especulação imobiliária).

Todavia, a perspectiva de Lefebvre em relação ao espaço produtivo, reprodutivo e ao direito à cidade possui algumas críticas, como relata a professora Tovi Fenster⁶² (2005), uma vez que o direito de Lefebvre para a cidade refere-se claramente para a utilização de espaços públicos na perspectiva daqueles que criaram a obra, o que na maioria das vezes significa pertencer a uma classe social que detém os bens materiais: ser branco e masculino heterossexual. Neste sentido, o direito à cidade apresenta uma visão homogênea do espaço urbano e produtivo e, por consequência, restrito a padrões e normativas. Portanto, a ausência da diversidade e pluralidade social no texto de Lefebvre, como, por exemplo, as questões do gênero, acaba por limitar o direito de usar a cidade e o direito de participar da vida urbana, levando Fenster (2005) a concluir que este conceito inicial se mostra bastante utópico, em suas palavras: *“Such a discussion is missing from Lefebvre’s current conceptualization of the right to the city, an omission which makes this concept rather utopian”* (FENSTER, 2005, p.229).

Já para o professor David Harvey⁶³ (2014), “o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado (...) A própria

⁶² Tovi Fenster é professora de Geografia no Departamento de Geografia e Meio Ambiente, na Universidade de Tel Aviv. Publicou artigos e capítulos de livros sobre etnia, cidadania e gênero no planejamento e desenvolvimento. É editora do livro *Gender, Planning and Human Rights* (1999, Routledge) e a autora do *The Global City and the Holy City: Narratives on Knowledge, Planning and Diversity* (2004, Pearson). Também foi fundadora da primeira cadeira (2000-2003) da Bimkom - Planejadores para os Direitos do Planejamento em Israel, e esteve no conselho de administração da Associação dos Direitos Cívicos em Israel (1994-1999). Disponível em: <<http://www.tau.ac.il/~tobiws/>>. Acessado em: 01/09/2017.

⁶³ David Harvey é professor de Antropologia e Geografia no Centro de Pós-Graduação da Universidade da Cidade de Nova York (CUNY), Diretor de Pesquisa, Centro de Lugar, Cultura e Política e autor de inúmeros livros, dentre eles: *Social Justice and the City* (1973), *The Limits to Capital* (1982), *The Condition of Postmodernity* (1989), *Spaces of Hope* (2000), *A Brief History of Neoliberalism* (2005), *Cosmopolitanism and the Geographies of Freedom* (2009). Disponível em: <<http://davidharvey.org/>>. Acessado em: 01/09/2017.

definição de ‘direito’ é objeto de uma luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo.” (HARVEY, 2014, p.20). Dessa maneira, o direito à cidade passa a ter um sentido multidimensional e decorre das atrizes e atores que irão questioná-lo, relacionado com o princípio da justiça social (Figura 17). A leitura dessas narrativas eclodidas em virtude de manifestações urbanas, demandas sociais, segregações espaciais, entre outros, não expressam, necessariamente, o direito enquanto um âmbito legal, mas em uma percepção sociopolítica. Ainda, Harvey (2014) acredita que os movimentos sociais urbanos deveriam se unir com o objetivo único de controlar os excedentes do capital e a urbanização espoliativa, dois aspectos que contribuem para os problemas estruturais da sociedade e na vida cotidiana, a fim de alcançar o direito à cidade.



Figura 17 - Seminário “Mulheres e direito à cidade: narrativas de resistência” realizado em 09 de Junho de 2016 no Rio de Janeiro. Foto: Mídia Ninja, 2016.

Desse modo, no ano de 2004, as organizações internacionais dos movimentos sociais e feministas escreveram uma carta aberta chamada *Carta Internacional para o direito das mulheres à cidade*, enfatizando os desafios pendentes para alcançar cidades justas e democráticas, com a retomada de alguns tópicos da *Agenda 21* (1992), *Carta Européia das Mulheres na Cidade* (1995), *IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing* (1995), *Conferência Mundial Sobre os Assentamentos Humanos* (HABITAT II, 1996), *Declaração Mundial de IULA sobre a Mulher em Governo Local* (1998) e a *Declaração do Milênio* (2000). O principal objetivo desta carta era que seus levantamentos fossem considerados na *Carta*

Mundial pelo Direito à Cidade (2006). Dessa forma, a carta fundamentou-se em duas questões centrais: a primeira refere-se à Gestão democrática do território e abrange:

- a. Criação de leis afirmativas ou de cotas para garantir a participação das mulheres no governo local e nos mais altos níveis de decisão;
- b. Reconhecimento formal das organizações de mulheres e feministas como parceiras do governo local das cidades para a tomada de decisões sobre políticas públicas e especificamente o planejamento urbano;
- c. Desenvolvimento de ações para garantir maior participação das mulheres;
- d. Implantação de políticas públicas que contribuam para transformar a divisão do trabalho e a dicotomia entre atividades públicas e privadas;
- e. Desenvolvimento de orçamentos participativos sensíveis ao gênero;
- f. Incorporação de dados estatísticos que ilustram a contribuição econômica das mulheres para melhorar as condições de salários e benefícios sociais e
- g. Desenvolvimento de indicadores urbanos de gênero para revelar a qualidade de vida na cidade, permitindo a transparência do governo local.

Já a segunda questão refere-se às Cidades sustentáveis como um direito humano e inclui:

- a. Acesso e segurança na posse da habitação e serviços urbanos;
- b. Transporte público seguro e adequado aos requisitos de mobilidade das mulheres;
- c. Cidades seguras para as mulheres, cidade segura para todos e
- d. Transformações culturais que revertam as situações de desigualdade social e de subordinação de gênero em todos os âmbitos da vida.

Já na *Carta Mundial pelo Direito à Cidade* (2006) estas duas questões foram trabalhadas sem especificações de grupos sociais, apenas que seus entendimentos são para todas as pessoas e desenvolvidos em nível de igualdade e sem discriminação social. Entretanto, há cinco artigos específicos que abordam com maior clareza as questões do gênero, são eles:

Artigo II. “Princípios e Fundamentos Estratégicos Do Direito À Cidade”, que

diz a respeito da “Igualdade, Não Discriminação” pois,

3.2. As cidades devem assumir os compromissos adquiridos com respeito à implementação de políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades para as mulheres nas cidades, expressas na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e nas Conferências de Meio Ambiente (1992), Beijing (1995) e Habitat II (1996), dentre outras. Para isso, se deve fixar os recursos necessários nos orçamentos governamentais para a efetivação destas políticas e para estabelecer mecanismos e indicadores qualitativos e quantitativos para o monitoramento de seu cumprimento no tempo. (CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE, 2006)

E também sobre “Proteção Especial de Grupos e Pessoas Em Situação de Vulnerabilidade”:

4.1. Os grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade têm direito a medidas especiais de proteção e integração, de distribuição de recursos, de acesso aos serviços essenciais e de não-discriminação. Para os efeitos dessa Carta se consideram vulneráveis as pessoas e grupos em situação de pobreza, em risco ambiental (ameaçados por desastres naturais), vítimas de violência, com incapacidades, migrantes forçados, refugiados e todo grupo que, segundo a realidade de cada cidade, esteja em situação de desvantagem em relação aos demais habitantes. Nestes grupos, por sua vez, serão objeto prioritário de atenção os idosos, as mulheres, em especial as chefes de família e as crianças. (CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE, 2006)

Artigo VIII. Participação Política:

3. As cidades devem implementar políticas afirmativas de cotas para representação e participação política das mulheres e minorias em todas as instâncias locais eletivas e de definição de suas políticas públicas, orçamentos e programas. (CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE, 2006)

Artigo XIV. Direito à Moradia:

4. As cidades devem incluir as mulheres nos documentos de posse ou propriedade expedidos e registrados, independentemente de seu estado civil, em todas as políticas públicas de distribuição e titulação de que terras e de habitação que se desenvolvam.

5. As cidades devem promover a instalação de albergues e moradias de aluguel social para as mulheres vítimas de violência familiar. (CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE, 2006)

Artigo XV. Direito ao Trabalho:

4. As cidades devem promover igual acesso das mulheres ao trabalho mediante a criação de creches e outras medidas e para as pessoas portadoras de necessidades especiais mediante a implementação de equipamentos apropriados. Para melhorar as condições de emprego, as cidades devem estabelecer programas de melhoria de moradias urbanas utilizadas por mulheres chefes de família e grupos vulneráveis como espaços de trabalho. (CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE, 2006)

Artigo XIX. Lesão Ao Direito à Cidade

1. Constituem lesão ao Direito à Cidade as ações e omissões, medidas legislativas, administrativas e judiciais e práticas sociais que resultem no impedimento, em recusa, em dificuldade ou impossibilidade de: participação política coletiva de habitantes, mulheres e grupo sociais na gestão da cidade (...). (CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE, 2006)

Percebe-se que há uma relação entre ambas as Cartas e há influência da *Carta Mundial do Direito à Cidade* (2006) em algumas das políticas urbanas identificadas nesta dissertação, discutidas adiante. Já os pontos abordados na *Carta Internacional para o direito das mulheres à cidade* (2004), não somente contribuiria para melhoria da vida das mulheres, mas também com toda a comunidade local e seu raio de influência. Por isso, o direito das mulheres à cidade está intimamente ligado ao direito a práxis cotidiana, ao uso e pertencimento territorial (FENSTER, 2005).

Ademais, muito possivelmente por influência desta onda acerca do tema do direito à cidade, recentemente, no Brasil, foi publicado pelo IBDU dois cadernos com a chamada de *Direito à Cidade – Novos Olhares* (2017), ambos compostos por produções coletivas sob os recortes do gênero, raça, diversidade sexual e identidade de gênero. No primeiro volume, nota-se a urgência da apresentação e proposições do que seria o olhar a cidade por gênero, através das temáticas da mobilidade urbana, questões fundiárias e de moradia, direitos à saúde, direitos sexuais e reprodutivos, formulação de políticas públicas, entre outros. O segundo volume, tem como proposta uma extensão do primeiro, com abordagem de histórias e vivências de diferentes mulheres, em boa parte de ativistas e militantes, as quais expressam suas vozes através de pequenos textos, ensaios, imagens e declarações (Figura 18).



Figura 18 - Capas da série *Direito à Cidade – Novos Olhares*. Da esquerda para direita: primeiro e segundo volumes. Fonte: IBDU, 2017.

Diferentes perspectivas

Ao partir das discussões anteriores, desde a literatura que aborda as intercessões entre teoria, cidade e gênero, até o efeito e o sentido da produção de políticas públicas, têm se na imagem do Estado, no Brasil e no exterior, vide as políticas urbanas de Viena e Berlim, como o principal balizador, seja com uma sistematização dos conflitos de forma distributiva ou não. Entretanto, coloca-se aqui uma outra questão, que são as perspectivas dos diferentes grupos sociais. Luis Felipe Miguel⁶⁴ fala que há um vínculo entre estas múltiplas visões sociais e os interesses políticos:

Uns não derivam automaticamente das outras, mas, se a perspectiva é a visão de mundo vinculada a uma posição social, os interesses políticos também se ligam a essa posição. E, uma sociedade marcada pelas relações de exploração, dominação e

⁶⁴ Luis Felipe Miguel é professor de ciência política da Universidade de Brasília (UnB), e, em conjunto com Flávia Biroli, escreveu *Feminismo e política: uma introdução* (2014). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0988858984939965>>. Acessado em: 01/09/2017.

opressão, não é possível pensar a política senão sob o signo do conflito. (...). Os grupos sociais dominados não possuem apenas experiências e visões de mundo diversas dos grupos em posição dominante. Eles possuem interesses conflitantes. (MIGUEL, 2014, p.101)

Esses interesses conflitantes mostram-se através das desigualdades de poder, recursos materiais e prestígio social dentro das próprias perspectivas sociais. O interessante é que o pensar delas como múltiplas retoma a aproximação com a pluralidade de uma sociedade multicultural. Nesse sentido, a professora Iris Marion Young⁶⁵ (2005) defendia a necessidade de um sistema político dual, de um lado as representações públicas heterogêneas para a formulação de políticas e direitos específicos a determinados grupos e, do outro representações que formulem políticas mais gerais para a população como um todo.

Todavia, na prática, as secretarias específicas fariam parte deste sistema dual, bem como as políticas adotadas pelo Estado em um sistema que se origina do bem-estar-social. Carolina O. N. Moser (1995), coloca que a partir dos anos 1980, por exemplo, as políticas formuladas para as mulheres nos países em desenvolvimento tinham como enfoque a eficiência, no sentido da participação econômica da mulher associada com a equidade e o empoderamento, relacionado com a autoconfiança e emancipação feminina. Estes enfoques dariam base para a formação de representações neste sistema dual.

É importante lembrar que dentro deste sistema, o grupo das mulheres é em si complexo e diverso, e, há um perigo que muitas autoras e autores correm ao colocar as mulheres como um grande grupo de interesses e práticas homogêneas. Ao olhar apenas as questões socioeconômicas já é possível listar uma série de necessidades e reivindicações muito distintas (TELLO; PÉREZ-RINCÓN, 2009).

Em termos para políticas urbanas pautadas nas diferentes perspectivas sociais é preciso retomar a questão da transversalidade dentro dessa dualidade, cuja

⁶⁵ Iris Marion Young foi uma filósofa e cientista política estadunidense. Atuou como professora de Ciência Política da Universidade de Chicago e afiliada ao *Gender Studies Center*. Sua pesquisa abrangia Teoria Política, Teoria Feminista e análise normativa de políticas públicas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Iris_Marion_Young>. Acessado em: 01/09/2017.

finalidade remete as noções de equidade e justiça social, pautas do direito à cidade. Nesse sentido, os valores multidimensionais encontrados em gênero podem dar pistas para o trabalho com as diferentes perspectivas, cuja materialidade se dá através da cidade, refletindo na práxis cotidiana, já mencionada.

5. TRANSVERSALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS E NO COTIDIANO?



Figura 19 – Motorista, até que ponto esse ônibus vai? Foto: Camilla M. Sumi, 2017.

5.1. As mulheres da capital paulista

O levantamento do material para a identificação das políticas públicas urbanas centrou-se dentro do período de 1990 a 2015, que além dos marcos citados até a Constituição de 1988 no subcapítulo 4.2. *Entre alternativas: a reforma urbana no Brasil e o movimento feminista*, como, por exemplo, a descentralização das políticas públicas, também é um intervalo que marca a queda de fecundidade e mortalidade nas regiões metropolitanas do país, incluída a cidade de São Paulo. Estas quedas iniciaram o momento de transição das transformações demográficas que passaram a ser analisadas dentro dos núcleos familiares, em termos do seu tamanho e composição, fatores importantes para a participação de seus membros no mercado de trabalho e consumo (BÓGUS, PASTERNAK, RIBEIRO, 2015).

Esta participação também está associada com o aumento de domicílios sob responsabilidade das mulheres⁶⁶ na Região Metropolitana de São Paulo, que se acentua na década de 1990 e isso se deve a crescente migração feminina vinda de outras regiões do país e a incorporação das mulheres ao trabalho assalariado vinculado ao baixo ritmo de crescimento da economia, a precarização do mesmo e a alteração nos arranjos de inserção dos integrantes familiares no mercado de trabalho devido ao aumento do desemprego. Além disso, nesse período há destaque para redução da organização familiar constituídas pelas famílias conjugais (as de casais com filhos), com o aumento de famílias monoparentais (tanto sob responsabilidade de mulheres como de homens), o crescimento de pessoas vivendo sozinhas (domicílios unipessoais) e as novas formas de estruturação e formação familiar.

É importante lembrar que a renda dessas mulheres chefes de família permanece muito menor que dos homens, pois é marcada pelas atribuições da divisão sexual do trabalho na família, levando às mulheres a aceitarem jornadas menores ou precárias em relação aos demais indivíduos ativos no mercado, na tentativa de conciliar família e trabalho (MONTALI, LIMA, 2015). O Quadro 3 mostra essa relação

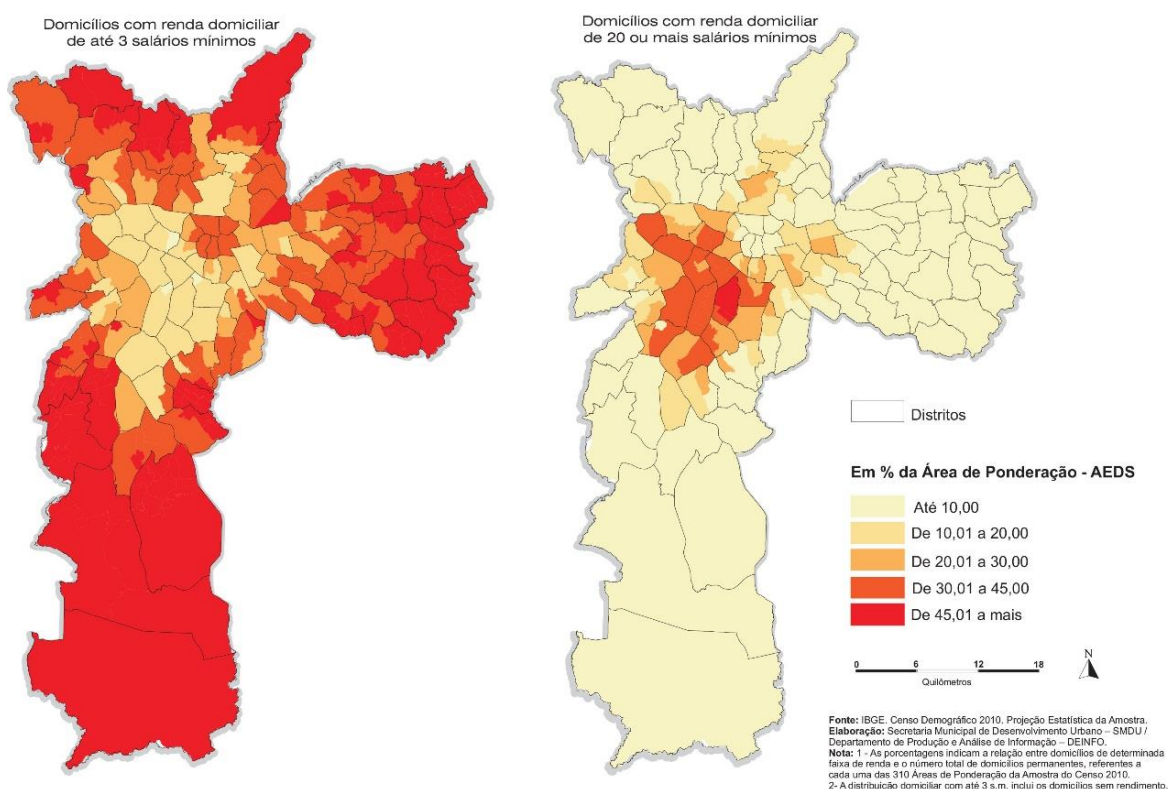
⁶⁶ Conforme levantamento do Quadro 2 sobre *Estatísticas de Gênero* do IBGE.

no período de 2000 a 2010 nas grandes cidades da Macrometrópole Paulista, em que a razão do rendimento médio das mulheres ao dos homens sempre se manteve superior à 50%, isto é, as mulheres ganham cerca de 1/3 a menos do que os homens nesta região, além de comporem a maior proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento ou com rendimento de até 1 salário mínimo (%).

Quadro 3 - Razão do rendimento médio entre mulheres e homens e proporção de pessoas sem rendimento ou com rendimento de até 1 salário mínimo nas grandes cidades da Macrometrópole Paulista (2000-2010). Fonte: IBGE, Estatísticas de Gênero (2000 - 2010).

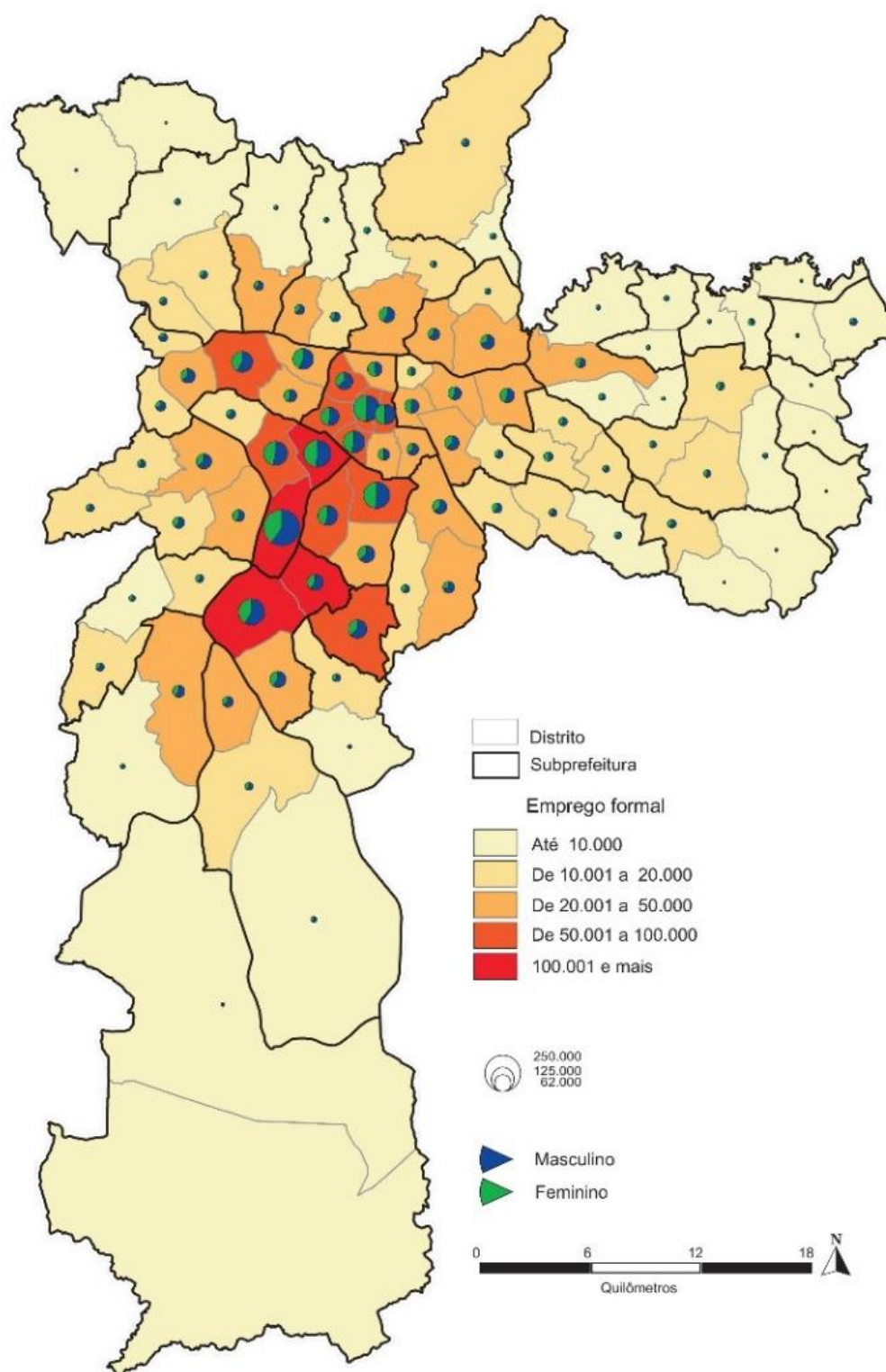
Cidade	Período	Razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens (%)	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento ou com rendimento de até 1 salário mínimo (%)	
			Mulheres	Homens
Brasil	2000	65.18	12.90	13
	2010	67.60	9.10	9.80
São Paulo	2000	61.80	5.10	3.80
	2010	69.70	3.50	2.70
Campinas	2000	62.41	5.40	3.70
	2010	67.30	3.70	2.70
Sorocaba	2000	58.35	5.50	3.30
	2010	66.70	3.50	2.70
Santos	2000	56.39	3.60	2.90
	2010	60.10	2.60	1.80
São José dos Campos	2000	56.85	5.20	3.40
	2010	61	3.40	2.40
Jundiaí	2000	58.16	5.70	3.60
	2010	67.20	3.40	2.40
Piracicaba	2000	56.13	5.60	3.80
	2010	59.80	3.20	2.40

Entretanto, há o aspecto territorial a ser considerado: na área central da cidade de São Paulo há maior concentração de renda em relação aos bairros periféricos e isso, pode influenciar também nas questões do gênero, juntamente com as de idade e expectativa de vida, etnia-raça, composição familiar (número de filhos), nível de escolaridade, entre outros. O Mapa 2 do ano de 2010, elaborado pela SMDU e DEINFO a partir do *Censo 2010*, mostra esta desigualdade de renda em relação a localização territorial.

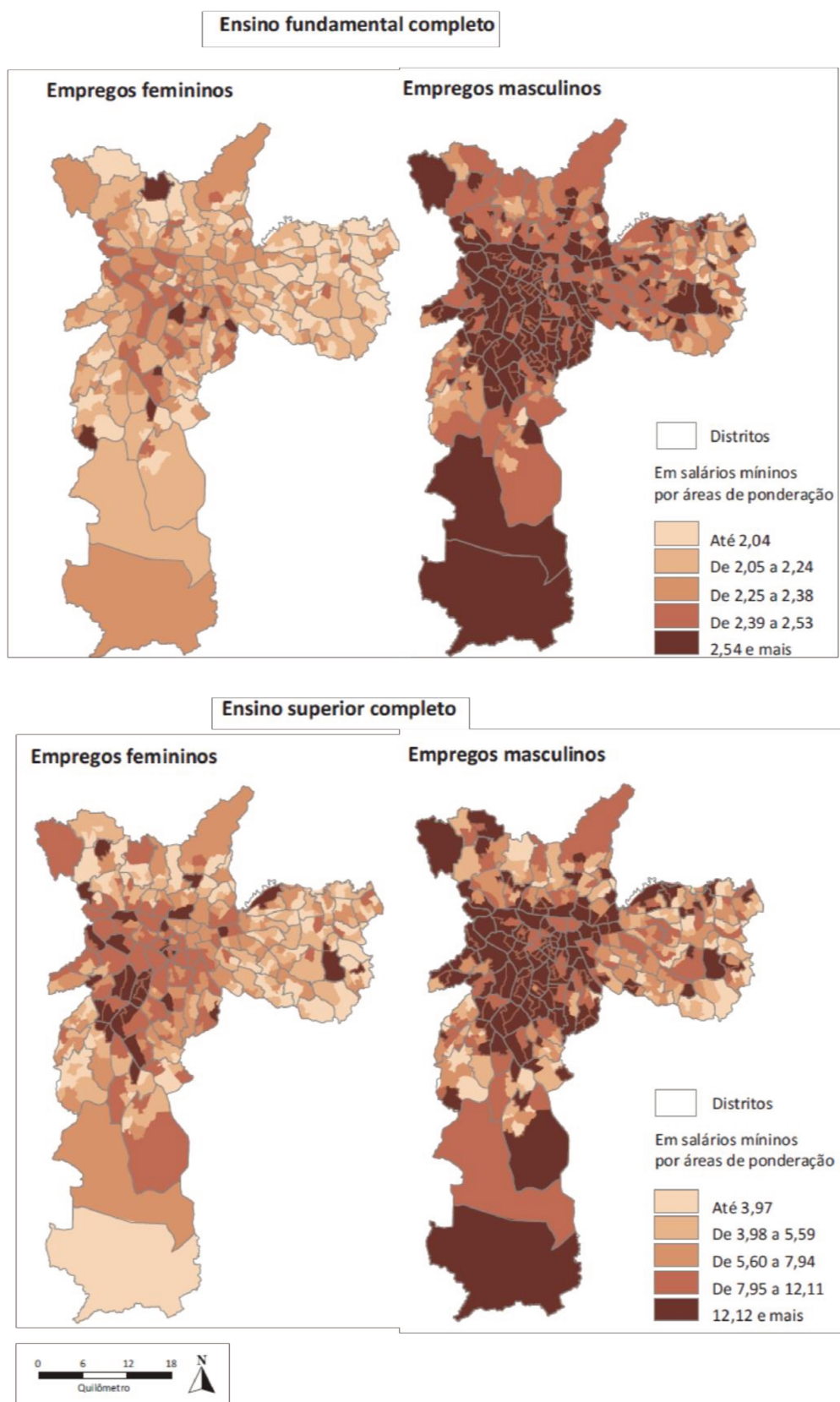


Mapa 2 - Distribuição territorial dos domicílios, segundo faixa de renda no município de São Paulo em 2010. Elaborado pela SMDU e DEINFO. Fonte: IBGE, 2010.

Essas outras questões do território, também podem ser vistas no Mapa 3 com a estatística do ano de 2010, cuja concentração do trabalho formal se dá na área central onde os há mais domicílios com renda de 20 ou mais salários mínimos e estes empregos são majoritariamente ocupados pela população masculina. Bem como, no Relatório Anual de Informações Sociais (2004) o qual mostra a distribuição de faixas de renda de acordo com nível de escolaridade (Ensino Fundamental e Superior) de homens e mulheres, vide Mapa 4.



Mapa 3 - Distribuição do emprego formal no município de São Paulo, segundo sexo em 2010.
Elaborado pela SMDU e DEINFO. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010.



Mapa 4 – Distribuição de renda e emprego de acordo com nível de escolaridade entre mulheres e homens na cidade de São Paulo. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório Anual de Informações Sociais, 2004.

Também é possível perceber que o nível de escolaridade apresenta uma composição diferente conforme passa do ensino básico para o superior, neste as mulheres dominaram o mercado de trabalho nas duas últimas décadas (Tabela 1 e 2): em 1998 as mulheres empregadas com nível superior (completo ou incompleto) eram 15,4%, em 2016 eram 23,5% e, no caso dos homens eram 12,4% para 16,7% respectivamente o ano, vide o relatório *A mulher no mercado de trabalho em 2016 – Região Metropolitana de São Paulo (2016)*⁶⁷. Porém, como mostra o Mapa 4, apesar das mulheres serem maioria com acesso ao ensino superior, isso não significa que a renda está igualmente distribuída e que as pessoas recebam salários compatíveis com sua carreira, havendo uma forte disparidade devido ao gênero.

Tabela 1 - Distribuição das mulheres ocupadas, segundo nível de instrução na RMSP (1998-2016)

Período	Total (%)	Analfabeto (%)	Ensino fundamental incompleto (1) (%)	Ensino fundamental completo (2) (%)	Ensino médio completo (3) (%)	Ensino superior completo (%)
1998	100,0	3,6	35,8	18,5	26,6	15,4
1999	100,0	3,7	33,5	18,8	28,1	15,8
2000	100,0	3,3	32,8	18,3	30,4	15,2
2001	100,0	3,2	32,5	18,1	32,3	13,8
2002	100,0	3,3	31,2	18,0	33,7	13,9
2003	100,0	3,0	29,4	16,8	35,6	15,2
2004	100,0	2,6	27,4	16,2	37,7	16,0
2005	100,0	2,1	26,1	15,8	39,2	16,7
2006	100,0	2,2	24,6	15,3	40,7	17,2
2007	100,0	1,8	23,6	15,3	42,0	17,2
2008	100,0	1,8	23,0	15,2	43,1	16,8
2009	100,0	1,6	22,3	14,8	43,1	18,2
2010	100,0	1,5	20,8	14,4	44,4	18,8
2011	100,0	1,3	19,4	14,7	44,7	20,0
2012	100,0	1,2	18,6	14,4	45,2	20,5
2013	100,0	1,3	17,9	14,0	46,1	20,7
2014	100,0	1,1	17,0	13,9	45,7	22,3
2015	100,0	1,1	15,7	13,4	46,9	22,9
2016	100,0	0,9	15,0	13,5	47,0	23,5

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclui alfabetizados sem escolarização.

(2) Inclui ensino médio incompleto.

(3) Inclui ensino superior incompleto.

⁶⁷ Apesar da RMSP abranger outras cidades, há uma relação vinculada a mobilidade e moradia destas pessoas, que também reflete na própria territorialidade e na distribuição de renda de São Paulo, por exemplo, encontrados no Mapa 4.

Tabela 2 - Distribuição dos homens ocupados, segundo nível de instrução na RMSP (1998-2016)

Período	Total (%)	Analfabeto (%)	Ensino fundamental incompleto (1) (%)	Ensino fundamental completo (2) (%)	Ensino médio completo (3) (%)	Ensino superior completo (%)
1998	100,0	3,7	41,8	20,2	21,8	12,4
1999	100,0	3,5	38,9	20,7	24,2	12,6
2000	100,0	3,4	37,9	21,0	25,5	12,1
2001	100,0	3,9	37,1	21,0	27,2	10,8
2002	100,0	3,3	35,8	20,9	29,6	10,3
2003	100,0	3,4	32,7	20,0	31,8	12,0
2004	100,0	2,9	31,0	19,3	34,2	12,5
2005	100,0	2,5	29,8	18,9	36,4	12,5
2006	100,0	2,5	28,0	18,5	37,9	13,0
2007	100,0	2,1	27,6	18,6	38,7	13,1
2008	100,0	2,3	27,1	19,1	39,1	12,4
2009	100,0	2,2	26,0	18,7	39,8	13,3
2010	100,0	1,9	24,6	18,5	41,2	13,8
2011	100,0	1,6	23,8	18,5	41,5	14,6
2012	100,0	1,7	22,8	18,7	41,8	15,0
2013	100,0	1,6	22,3	18,3	42,5	15,4
2014	100,0	1,4	20,9	18,2	43,6	15,8
2015	100,0	1,4	19,3	18,1	44,8	16,3
2016	100,0	1,3	18,3	17,7	46,1	16,7

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e Ministério do Trabalho/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclui alfabetizados sem escolarização.

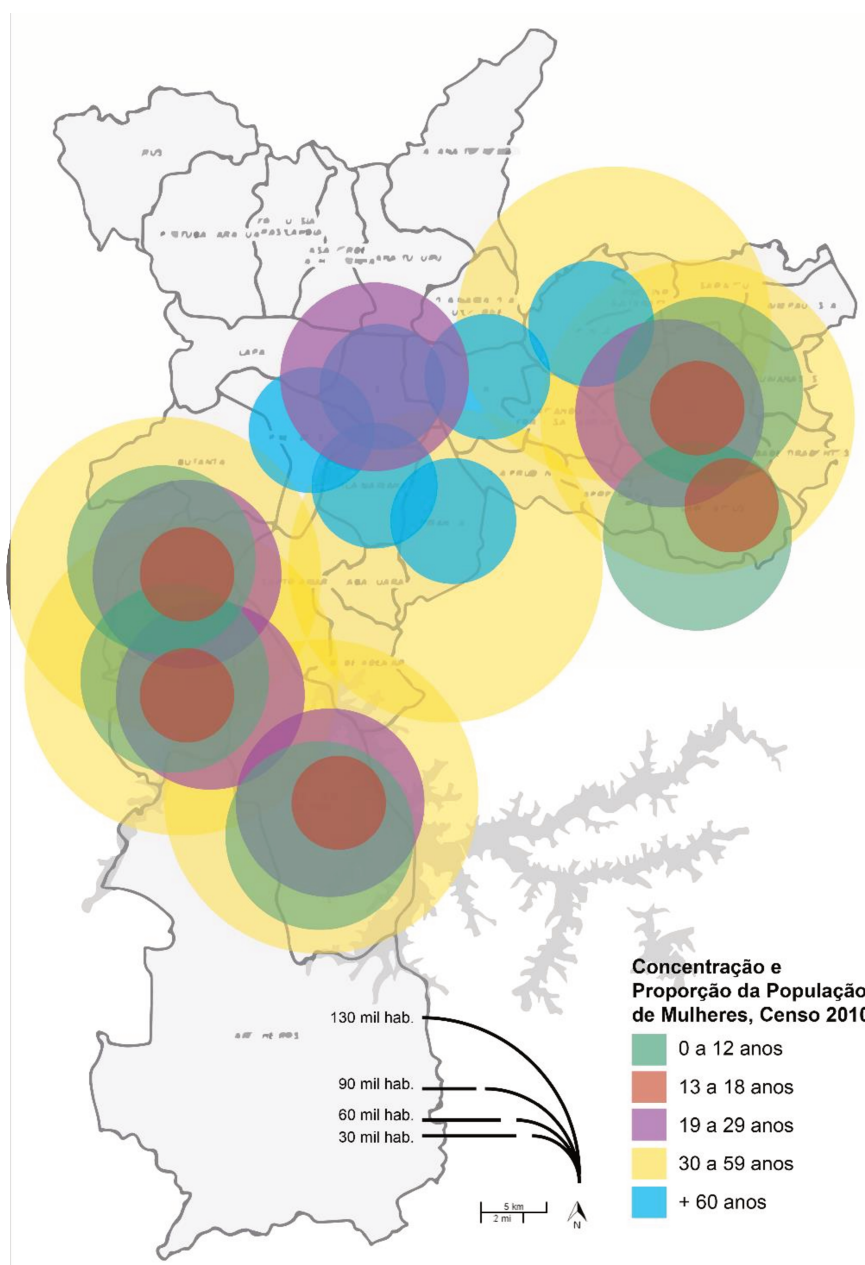
(2) Inclui ensino médio incompleto.

(3) Inclui ensino superior incompleto.

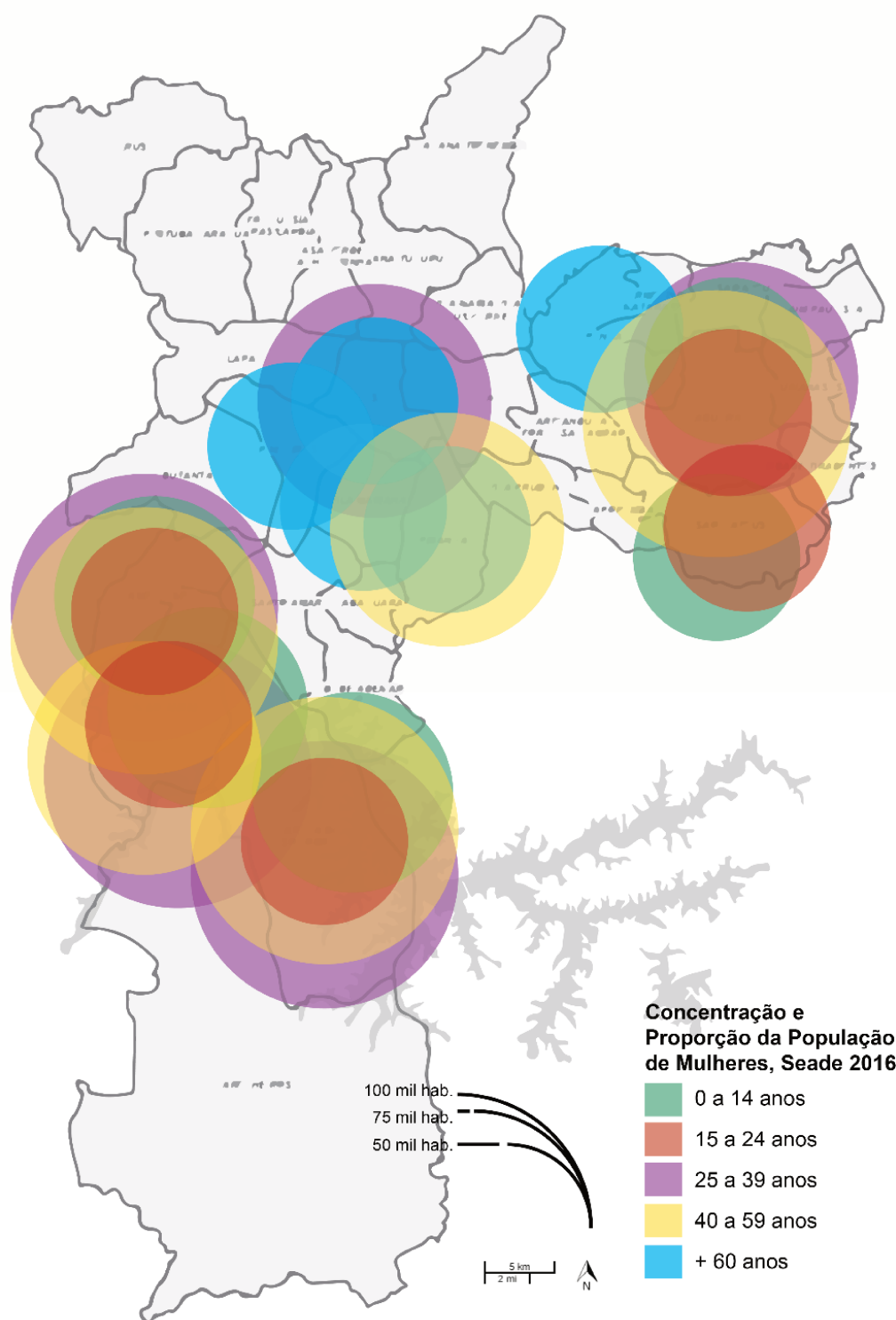
Ademais, há outros fatores importantes que indicam onde estão as mulheres na cidade de São Paulo, como os *Censo* IBGE 2010 e o Seade 2016 (Mapas 5 e 6, respectivamente), os quais revelam uma população mais idosa, com mais de 60 anos, vivendo no centro da cidade, em sua maioria na Sé, Vila Mariana, Penha, Ipiranga e Pinheiros. Em contrapartida, mulheres entre seus 35 a 59 anos, residem em boa parte no Campo Limpo, Capela do Socorro, M'Boi Mirim e Itaquera. Nota-se, que de uma amostragem populacional para outra as faixas etárias são distribuídas com algumas diferenças de idade, entretanto, é possível perceber uma população jovem, na faixa dos 25 aos 35 anos, morando além destas áreas, junto a área central da cidade e a manutenção das demais concentradas nas mesmas regiões.

Outro fator importante que se coloca é a mostra do *Censo* IBGE 2010 (Mapa 7) de mulheres indígenas morando, em sua maioria, nas áreas administrativas

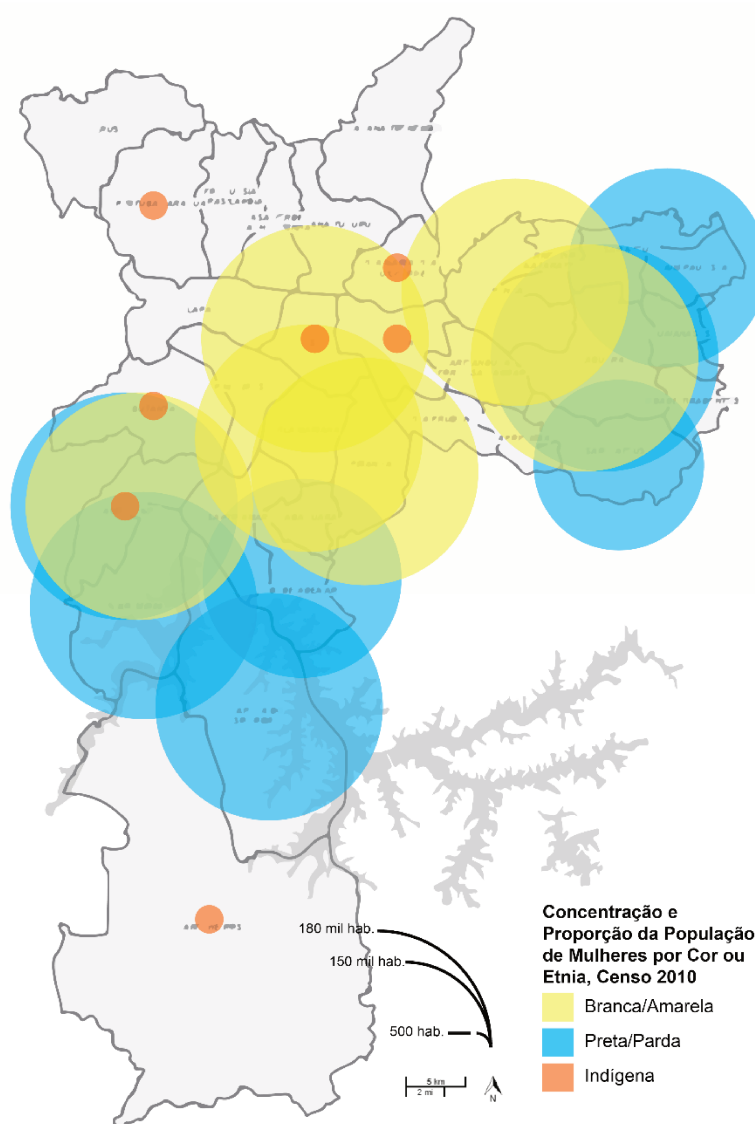
de Parelheiros, Butantã, Sé, Pirituba/Jaguara e Campo Limpo. Já as mulheres de cor branca e amarela nas regiões do Ipiranga, Sé, Penha, Vila Mariana e Campo Limpo, locais de maior concentração da população idosa. E, as mulheres pretas e pardas em M'Boi Mirim, Capela do Socorro, Campo Limpo, Itaquera e Cidade Ademar, áreas com presença massiva de mulheres na faixa etária de 30, 40 e 50 anos, em atividade laboral mais ativa.



Mapa 5 - Concentração e proporção da população de mulheres. Fonte: da autora adaptado do *Censo IBGE (2010), 2017*.

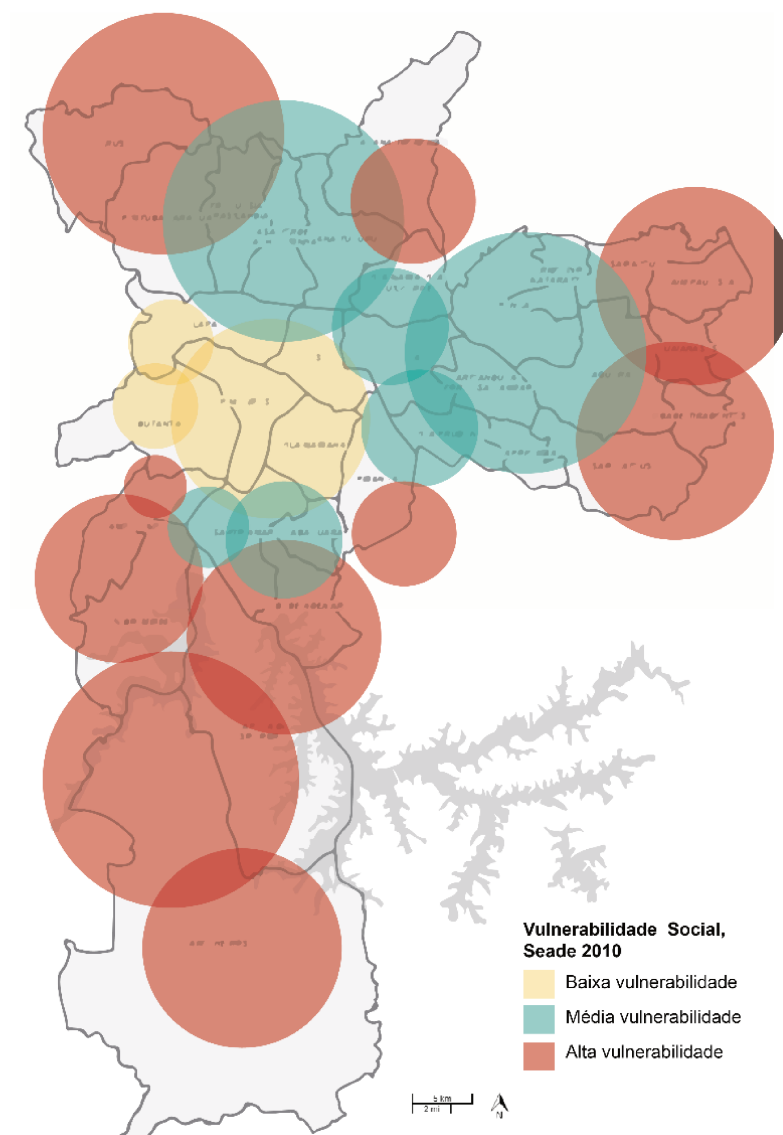


Mapa 6 - Concentração e proporção da população de mulheres. Fonte: da autora adaptado Seade (2016), 2017.



Mapa 7 - Concentração e proporção da população de mulheres por cor (branca, amarela, preta e parda) ou etnia (indígena). Fonte: da autora adaptado do *Censo IBGE (2010)*, 2017.

Estes dados em interferência, por exemplo, com o Mapa 4, revelam uma população de mulheres, majoritariamente, na faixa etária dos 35 aos 59 anos, morando nas extremidades da cidade de São Paulo com renda média de até dois salários mínimos para aquelas que frequentaram o Ensino Fundamental e de quatro a seis salários mínimos para as que possuem Ensino Superior. O que permite outro aspecto não relacionado estritamente as mulheres ou aos homens, mas à todas as pessoas, a qual volta-se para a vulnerabilidade social (Mapa 8). No caso deste território, as franjas da cidade, bem como áreas próximas aos mananciais ou áreas de preservação ambiental, são os mais fragilizados.



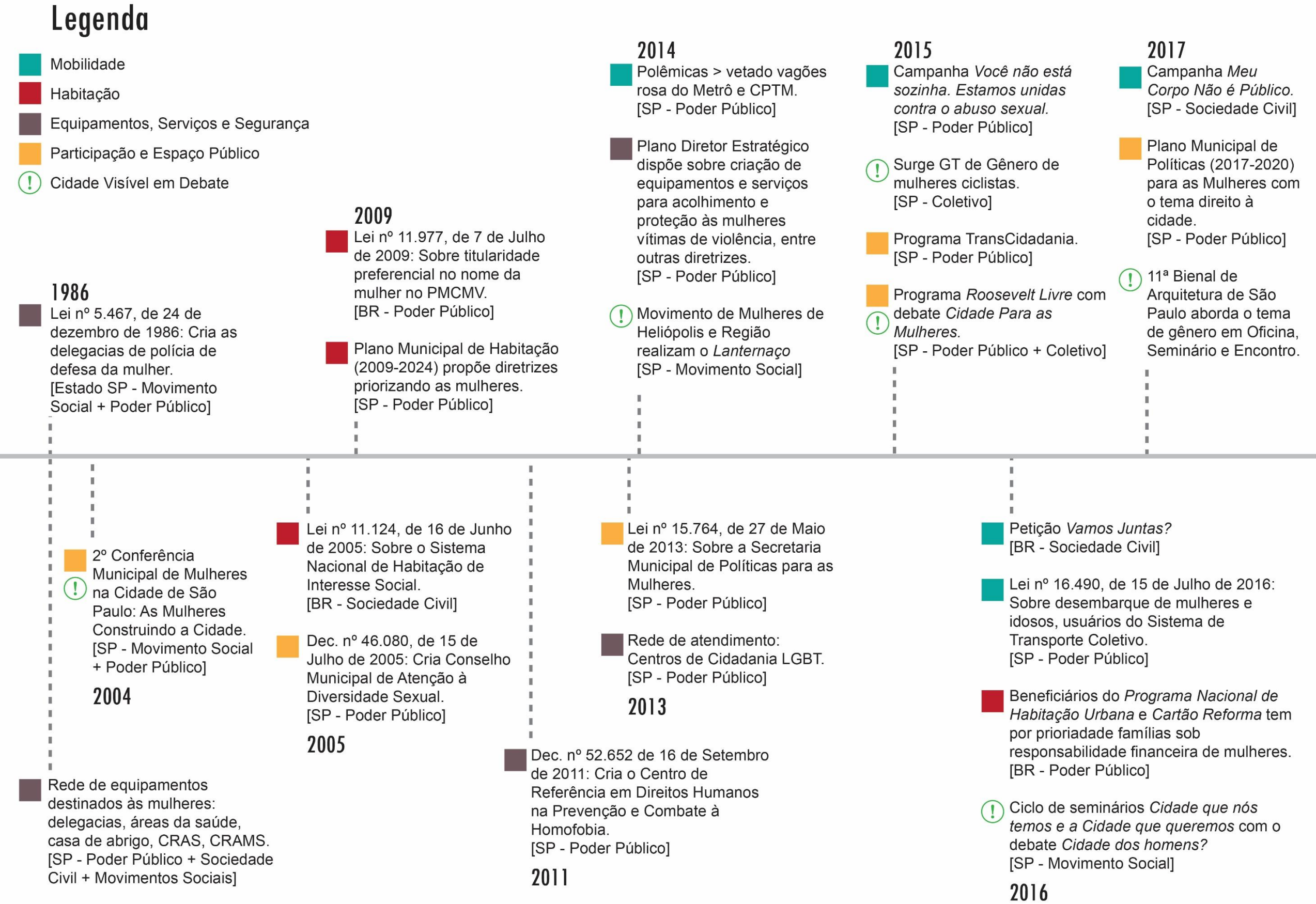
Mapa 8 - Vulnerabilidade social na cidade de São Paulo. Fonte: da autora adaptado Seade (2010), 2017.

Dessa maneira, nos anos 1990, há a conformação de uma nova demanda urbana metropolitana formada principalmente por mulheres inseridas no mercado de trabalho assalariado e também no trabalho informal, cuja ocupação territorial se dá, em boa parte, nas áreas periféricas com pouca ou nenhuma infraestrutura e com dificuldade de acesso aos serviços, teoricamente, oferecidos por um Estado proveniente do recém processo de democratização do país. Ademais, este período é remanescente da reforma urbana e das ações do movimento feminista, culminando na efervescência e discussões do gênero.

5.2. Afinal, que políticas são estas?

Neste subcapítulo, apresentam-se as políticas públicas urbanas identificadas na cidade de São Paulo de acordo com a metodologia explanada no capítulo 2. As mesmas estão dispostas no Apêndice A, organizadas em quadros com: I) Palavras-chave recorrentes encontradas nos respectivos textos; II) Variável urbana abordada; III) Escala territorial, isto é, políticas federais, estaduais e municipais; IV) Período a que se refere; V) Órgão responsável, a parceria, a iniciativa da sociedade civil e/ou no caso de assessoria técnica; VI) A referência normativa ou quando em fase de desenvolvimento o nome do projeto; VII) A descrição com semânticas utilizadas da própria política ou do projeto.

A seguir, apresenta-se uma linha do tempo (Figura 20) para melhor discussão das mesmas de acordo com as variáveis urbanas, tempo, principal agente envolvido (poder público; sociedade civil; movimentos sociais e/ou coletivos) e o marco Cidade Visível em Debate, o qual colocam-se acontecimentos que envolvem o tema do gênero na produção socioespacial da cidade de São Paulo. Além disso, as políticas públicas urbanas identificadas permitiram algumas associações, como é o caso dos Equipamentos e Serviços com a Segurança e a Participação com o Espaço Público. Contudo, salienta-se que este conjunto de variáveis deve ser lido de maneira única no sentido da promoção de igualdade. A setorização por parte do poder público, neste caso, decorre de fatores econômicos para implantação das políticas e de acordo com as diferentes secretarias, que deveriam trabalhar de forma transversal.



Mobilidade

Viajar e esperar por horas, fazer mais de três transferências e enfrentar a precariedade nos transportes coletivos, somam-se a um dos principais problemas enfrentados pelas mulheres, a violência presente nos diversos modais: ônibus, metrô, trens e até mesmo nas ciclovias. Nos últimos anos houve um aumento de denúncias de abusos sexuais nos transportes coletivos, no ano de 2016 foram cerca de 4 casos por semana⁶⁸.

As principais medidas públicas sobre a questão da mobilidade das mulheres, nas últimas décadas, pautam-se em campanhas incentivando denúncias, como a de 2015 para o Metrô, intitulada *Você não está sozinha. Estamos unidas contra o abuso sexual*, a qual teve repercussões negativas quanto à composição dos cartazes, pois um deles (Figura 21, cartaz à esquerda) naturaliza a situação de machismo e opressão que ocorrem nos metrô ao trazer três homens mostrando-se justiceiros das mulheres que sofrem abuso no transporte, colocando em cheque se uma situação de violência deveria ser tratada como vingança e estereotipada pela força masculina ou enfrentada pela justiça com tratamento social, dando autonomia e segurança para as mulheres.

Apesar desta infelicidade gráfica, que também é um sintoma de uma sociedade ainda arraigada em conceitos patriarcais, é importante que situações de violência nos transportes públicos, bem como em outros espaços, sejam denunciadas e compunham uma esfera judicial. Similarmente acontece com a criação de espaços destinados às mulheres nos transportes públicos, como os vagões rosa do Metrô e CPTM, vetados em 2014 pelo governo estadual. Entretanto, ambas ações apontam por decisões públicas mais paliativas, para rápidas soluções vinda dessas demandas e problemas, realizadas sem expectativas da formulação de outras medidas que não reafirmem as binaridades em gênero, colocando as mulheres em condições opressoras e segregativas.

⁶⁸ Dado levantado pelo Jornal Estadão. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-tem-4-registros-de-assedio-sexual-por-semana-no-transporte-publico,70001698184>>. Acessado em: 01/09/2017.



Figura 21 – Dois cartazes da campanha *Você não está sozinha*. Fonte: Metrô-SP, 2015.

Novamente, em agosto de 2017 - antes do caso ocorrido na capital paulista que comoveu a população em setembro de 2017, cujas repercussões resultaram na onda de manifestações virtuais vindas principalmente de mulheres de todo o país (Figura 22) - a CPTM, Metrô e EMTU juntas a outras instituições públicas e privadas, lançaram uma campanha chamada *Juntos podemos parar o abuso sexual nos transportes*, que de acordo com a apresentação dos agentes envolvidos⁶⁹, a mesma conta com a possibilidade de denúncias realizadas por meio de aplicativos de celulares, maior facilidade para medidas judiciais, uma linguagem gráfica comum presente nos ônibus, metrô e trens, simbolizando a união das empresas contra a violência das mulheres e orientação aos funcionários destes modais, além da futura publicação de uma cartilha, cujo conteúdo aborda o abuso sexual como um problema coletivo.

⁶⁹ Sobre esta campanha. Disponível em: <<https://www.cptm.sp.gov.br/noticias/Pages/%E2%80%9CJuntos-Podemos-Parar-o-Abuso-Sexual-nos-Transportes%E2%80%9D.aspx>>. Acessado em: 01/09/2017.



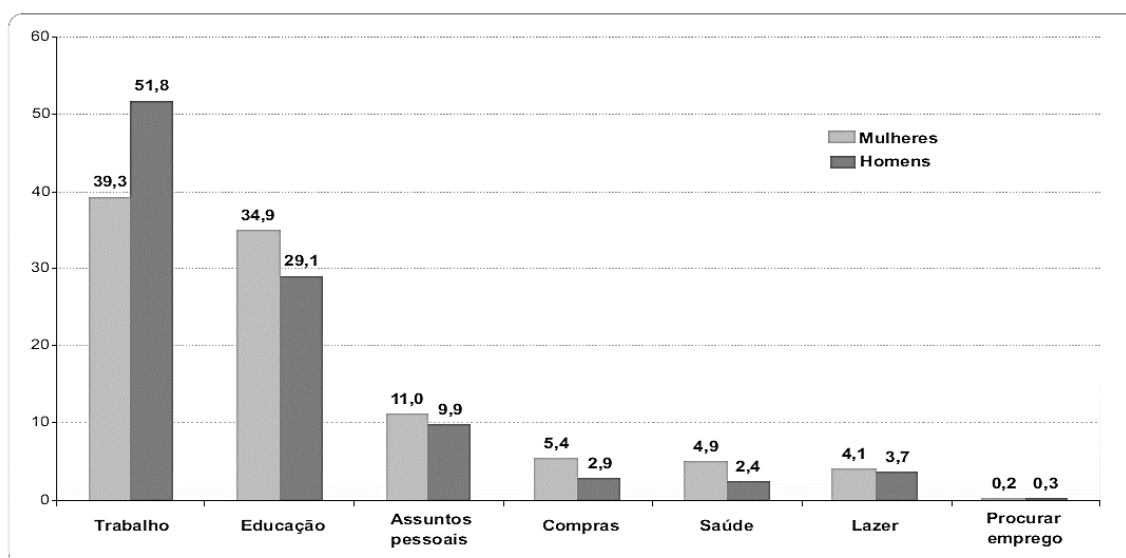
Figura 22 – Cartazes das manifestações *Meu Corpo Não É Público*, da esquerda para direita arte da Mariana Piagentini e texto da Thatiana Mazza; arte da Patrícia Oliveira. Fonte: #meucorponãoépúblico, 2017.

Paralelamente a estas medidas desenvolvidas pelo poder público no período dos anos 2010 adiante, há atuação do movimento de ciclistas na cidade de São Paulo, o qual contou com a criação de um grupo de trabalho de gênero pautado para ações e necessidades das mulheres ciclistas na cidade desde o ano de 2015. Este esforço, de certa forma, também está ligado a política de implantação viária das ciclovias.

Ademais, no ano de 2016, foi sancionada pelo poder público uma lei que permite mulheres e idosos que utilizam o transporte coletivo urbano de passageiros desembarcarem em locais mais seguros e acessíveis a partir das 22 horas até às 5 horas do dia seguinte (Art. 1º da Lei nº 16.490, de 15 de Julho de 2016). Esta lei, implantada desde 2014 em outros municípios brasileiros como em Mogi das Cruzes, Guarujá e Itanhaém no estado de São Paulo, Cascavel e Umuarama no Paraná, Nova Friburgo no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, aborda de outra forma a temática da violência, porém, concede maior autonomia e acesso por parte de usuários mais diversos.

O fato é que as mulheres, segundo a pesquisa origem-destino do Metrô (2012) na cidade de São Paulo, utilizam em sua maioria o transporte coletivo, são cerca de 74,60%, e caminham mais que os homens. Nas famílias com até 2 salários mínimos, os deslocamentos das mulheres são 50% a pé e 28% de ônibus, entre outros dados, que as mostram menos dependentes dos automóveis individuais. E, as ações tomadas majoritariamente pelo poder público, voltam-se em sua maior parte para a questão da violência, também presente no parâmetro da variável de mobilidade no sentido de que os transportes urbanos devam ser pensados em resposta à diversidade e com segurança em um amplo aspecto. Entretanto, no quesito de variedade de redes de mobilidade, com variedade de horários, distâncias mais uniformes e integração com o tecido urbano, há uma ausência de políticas que compreendam esta relação com o cotidiano das mulheres (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Destino das viagens de mulheres e homens (em %) no município de São Paulo.



Elaborado pela SMDU e DEINFO. Fonte: Pesquisa de Mobilidade da RMSP, METRÔ, 2012.

Através dos Mapas 4, 6 e 7 é possível perceber que muitas mulheres na faixa etária dos 35 aos 50 anos, com renda média de 2,5 salários mínimos e, que se declaram pretas ou pardas, realizam viagens diárias de distritos localizados nas bordas da cidade para poder trabalhar nos distritos mais centrais de São Paulo. Ao mesmo tempo, há também uma população de mulheres idosas que realizam deslocamentos menores no miolo central que inclui a Sé, a Vila Mariana, a Penha, o Ipiranga e Pinheiros.

Habitação

Sobre a variável de habitação, é importante lembrar que foi criada no âmbito do governo federal através da Lei 11.977/2009 do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) uma política urbana que já continha alguns aspectos com olhar do gênero. Exatamente por possuir validade em todo território nacional, muitas cidades apresentam o Art. 35º em seus Planos Diretores, Planos Locais de Habitação de Interesse Social, entre outros. Tal artigo simboliza o acesso à propriedade por parte das mulheres, dando-lhes maior autonomia e empoderamento, já que este prioriza a titularidade no nome da mulher, vide: “Art. 35. Os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV serão formalizados, preferencialmente, em nome da mulher”.

Salienta-se, contudo, que a CDHU, companhia estadual paulista de habitação, já tinha procedimento semelhante antes mesmo da legislação federal, justamente pelas características da predominância de mulheres como chefe de família. Além disso, em 2005 o governo federal também propunha que o SNHIS estabelecesse diretrizes para benefícios e atendimento prioritário de idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como o de menor renda, articulados no âmbito das diversas esferas administrativas em relação ao acesso a moradias.

Paula Santoro (2007) coloca que, “A questão da titulação prioritariamente para as mulheres pode ser entendida a partir da visão de que a mulher vê na propriedade o cumprimento da função social e não vê a propriedade como mercadoria” (SANTORO, 2007, p.11). Neste sentido, as mulheres, ao comprarem uma moradia, estariam mais preocupadas com a estabilidade do que utilizá-la como forma de lucro, fazendo valer o interesse da coletividade e não os interesses da propriedade absoluta. Por outro lado, há uma gama de controvérsias que cercam esta lei, pois ao analisar a atual conjuntura que os empreendimentos habitacionais de interesse social foram implantados, ou seja, boa parte, localizados distantes de áreas com infraestrutura urbana, acesso ao mercado de trabalho, a educação, a saúde e assim por diante, há o aumento do grau de dificuldade da participação das mulheres no espaço urbano. Além disso, com o surgimento de inadimplências, que podem ocorrer quando o núcleo familiar passa a não se enquadrar na linha de subsídio, as mulheres ficam facilmente

endividades (GORSDOF, 2016).

Todavia, como visto na *Carta Mundial do Direito à Cidade* (2006), a mesma prevê em seu artigo XIV sobre direito à moradia a inclusão das mulheres nos documentos de posse ou propriedade, independente do seu estado civil, em qualquer política pública que envolva terras e habitação, bem como a promoção de auxílio às moradias de aluguel social ou similares, estas também encontradas no *Plano Municipal de Habitação: A Experiência de São Paulo* (2012a). Nesta publicação a questão da propriedade aparece nas *Diretrizes* sob o tópico intitulado de *Justiça Social*, bem como no *Programa Parceria Social*, o qual prioriza o benefício de aluguel social às mulheres e/ou famílias com filhos em situação de rua e/ou vítimas de violência, desde que sejam demandas da SMADS.

Já o documento *Do Plano ao Projeto: Novos Bairros e Habitação Social em São Paulo* (2012b), volume complementar ao mencionado anteriormente, introduz timidamente, a questão do desenho urbano em relação a gênero. Parte do capítulo 2 desta publicação que trata de diretrizes de projetos de urbanização, dentre a escala assentamento, do texto original:

Para poder realizar as atividades cotidianas é necessário contar com as redes de proximidade que permitem o desenvolvimento de todas as fases da vida, especialmente aquelas ligadas ao gênero feminino ou às tarefas de reprodução. Para isso, numa distância de no máximo 1.000m da residência, deve se encontrar equipamentos e infraestrutura que colaborem para um melhor desenvolvimento das atividades da vida cotidiana. (Ibid., 2012b, p.202)

É importante observar que a abordagem do texto relaciona diretamente tarefas de reprodução, ligadas ao espaço privado da moradia, às mulheres no sentido de responsabilidades das atividades do cotidiano. Há um perigo semântico que reafirma certos espaços estigmatizados na cultura brasileira como o que seria “lugar de mulher” e “lugar de homem”. Equipamentos e infraestrutura urbana devem atender a todas as pessoas, entretanto, há uma hierarquia na divisão do trabalho que permeia

as relações de gênero, e, é justamente neste ponto que as mulheres têm reivindicado igualdade, o desenho urbano pode ser fundamental para desconstruir estes estigmas.

A respeito do parâmetro da variável de habitação, de um modo geral, estas políticas públicas urbanas voltam-se a posse e a propriedade privada, distanciando-se um pouco no quesito das relações de vizinhança, promoção da presença de pessoas, partilha entre serviços e equipamentos, além de regulação do mercado imobiliário. Aspectos também semelhantes aos presentes no programa *HOMES* proposto por Dolores Hayden na década de 1980, discutido no capítulo 2 desta dissertação. Entretanto, há movimentos sociais, comunidades e coletivos na cidade de São Paulo, na maioria das vezes, provenientes de bairros com pouco ou nenhuma infraestrutura urbana, que desenvolvem estas ações de maneira mais localizada. O caso do Movimento de Mulheres de Heliópolis e Região (Figura 23), se destaca e tem se organizado em prol das necessidades do bairro com a promoção do trabalho das mulheres da comunidade.



Figura 23 - Feira Feminista de Economia Solidária no bairro de Heliópolis-SP para promover a geração de renda e autonomia financeira das mulheres e trabalhadoras da comunidade. Fonte: Movimento de Mulheres de Heliópolis e Região, 2017.

Equipamentos, Serviços e Segurança

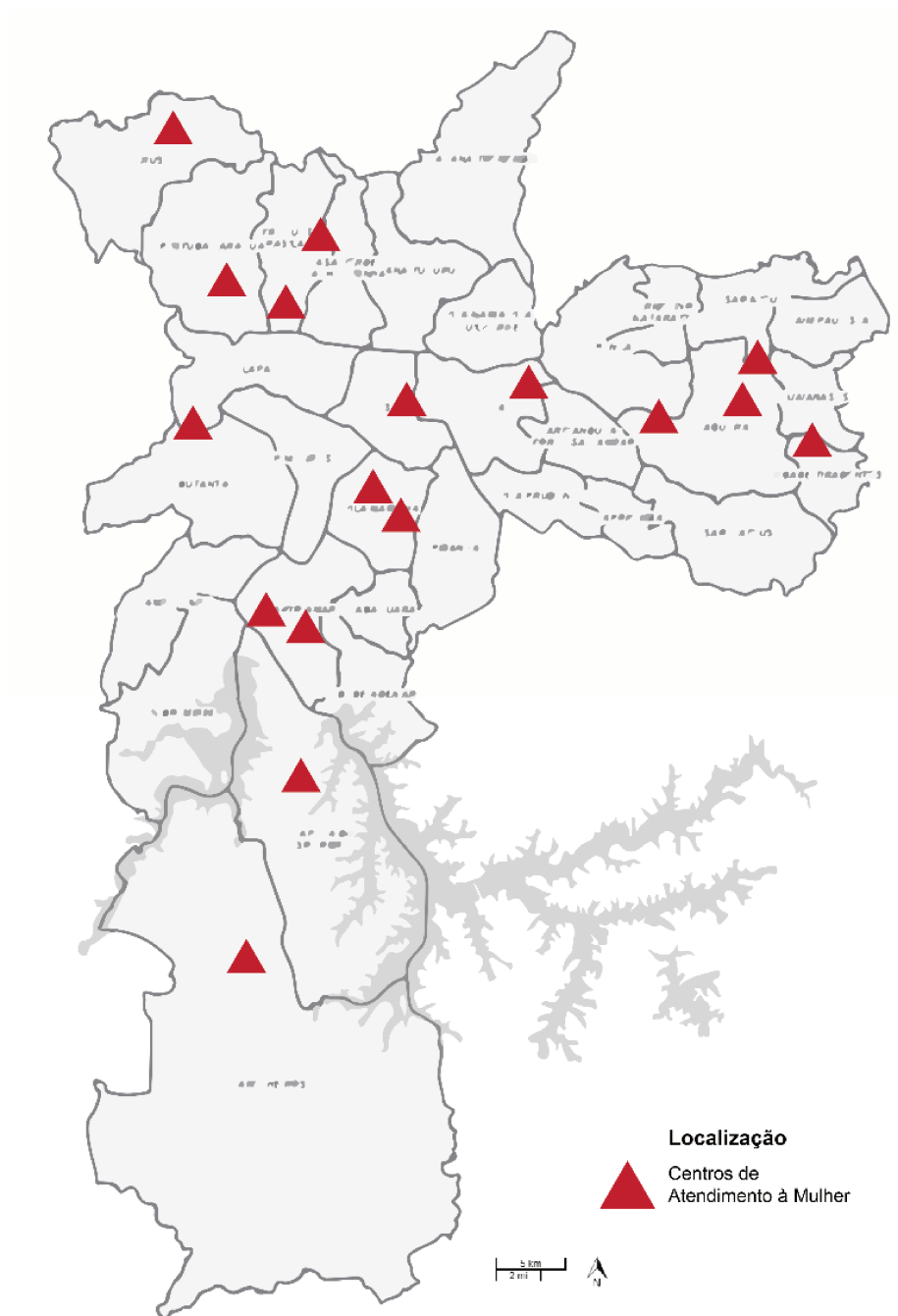
Durante a busca e identificação das políticas públicas urbanas voltadas aos equipamentos e serviços, foi possível constatar que as mesmas estão vinculadas e fazem relação às questões de violência contra as mulheres ou são empregadas para assistência social específica, incluído nisto as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs), os Centros de Defesa e de Convivência da Mulher (CRAS), a Casa Abrigo, entre outros. Por isso, a variável de segurança foi associada a esta categoria, entretanto, é comum a sua presença nas demais políticas como mencionado anteriormente.

Dessa forma, o que se entende por Segurança no âmbito urbano está relacionado com instalações dos equipamentos e a rede de serviços específicas às mulheres (Mapa 9), sem um viés de desenho urbano mencionado no parâmetro do tópico 4.2. *Variáveis da realidade urbana*, como os fatores espaciais de visibilidade, iluminação, rotas alternativas, variedade de usos e atividades nas edificações, entre outros, os quais estão relacionados com a capacidade de autonomia e apropriação das mulheres no espaço urbano. E, apesar da capital paulista possuir esta rede em termos de políticas, a mesma está ao lado de Nova Deli, na Índia, como uma das cidades mais perigosas no mundo para as mulheres⁷⁰.

Outra questão é que a princípio esta rede aparenta estar distribuída no território da cidade, como mostra o mapa 9. Contudo, os mapas 5 e 6 apresentam uma grande concentração da população de mulheres nos distritos Campo Limpo, M'Boi Mirim, Cidade de Ademar, São Mateus, Sapopemba, Ipiranga, Vila Prudente e Penha, áreas também, em sua maioria, com alta vulnerabilidade social (vide mapa 8) revelando que, muito provavelmente, estas mulheres terão problemas para serem atendidas devido à ausência dos equipamentos e serviços. A efetividade dos

⁷⁰ Este dado foi publicado pela Fundação Thomson Reuters em julho de 2017, a qual avaliou 19 cidades, todas com mais de 10 milhões de habitantes, a respeito do acesso à saúde (inclui cuidados, natalidade e mortalidade), violência sexual (item que São Paulo ocupa o 1^a lugar junto com Nova Deli), práticas culturais (incluindo mutilação genital feminina, crianças, casamento precoce ou forçado e infanticídio feminino) e oportunidades econômicas (acesso a recursos econômicos, como educação, propriedade de terras ou outras formas de propriedade, e serviços financeiros). Na lista geral, São Paulo ocupa a 11^a posição. Disponível em: <<http://poll2017.trust.org/city/?id=sao-paulo>>. Acessado em: 01/11/2017.

atendimentos e como os mesmos se dão, não contemplam esta pesquisa, porém é evidente a necessidade de novas investigações que avaliem, tanto em termos sociais como econômicos, se estas políticas são eficazes aos problemas enfrentados pelas mulheres.



Mapa 9 - Localização dos centros de atendimento às mulheres em São Paulo. Fonte: da autora adaptado GeoSampa - Prefeitura Municipal de São Paulo, 2017.

O *Plano Diretor Estratégico* (2014) também colocou como objetivo do sistema de equipamentos urbanos e sociais no Art. 303º a proteção integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis, em especial crianças, jovens, mulheres, idosos, negros, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua; Além das ações prioritárias no Art. 305º com viabilização das políticas de acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência; E, no Art. 308º há menção de elaboração ou revisão de planos setoriais de educação, saúde, esportes, assistência social, cultura e segurança alimentar e nutricional transversais às políticas de gênero e raça;

Ademais, é importante salientar que, alguns serviços, como as delegacias surgiram das reivindicações dos movimentos sociais, apesar de serem atualmente associadas à Lei Maria da Penha⁷¹ (DEBERT, GREGORI, 2008). Dessa forma, a atuação dos movimentos sociais, das comunidades e coletivos é indispensável e é exemplo o Movimento de Mulheres de Heliópolis e Região, já citado. Em setembro de



2014, as mulheres da comunidade de Heliópolis realizaram um *Lanternaço* (Figura 24), uma reivindicação quanto a iluminação que era precária no bairro e afetava principalmente as mulheres e trabalhadores noturnos, o que acabou por ser o primeiro bairro da cidade São Paulo a ter iluminação pública com lâmpadas de LED implantada.

Figura 24 – Cartaz da apresentação do projeto de iluminação para Heliópolis-SP, ao fundo as mulheres no ato *Lanternaço* (2014) por mais iluminação no bairro. Fonte: Movimento de Mulheres de Heliópolis e Região, 2015.

⁷¹ A Lei Maria da Penha de normativa de nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, é a primeira lei que garante a proteção das mulheres contra qualquer tipo de violência doméstica, seja física, psicológica, patrimonial ou moral. Seu nome homenageia Maria da Penha, vítima tanto da violência doméstica como da omissão judicial por anos.

Participação e Espaço Público

Em relação às variáveis de participação e espaço público, nota-se que, principalmente na gestão municipal de 2013 a 2016, houve uma aproximação maior do poder público com os coletivos urbanos como, por exemplo, o caso do coletivo Arrua. Este promoveu ocupações permanentes e debates na Praça Roosevelt, no centro de São Paulo, sendo que um destes foi o evento *Cidade Para as Mulheres* em 2015 (Figura 25), o qual possibilitou um encontro aberto que contou com discussões sobre o tema do direito à cidade para as mulheres.

Entretanto, anteriormente, em 2004 foi realizada a 2ª Conferência Municipal de Mulheres da Cidade de São Paulo e a mesma deu-se com a parceria do governo municipal e organizações do movimento popular e de mulheres. Como resultado teve-se a publicação *As Mulheres Construindo a Cidade: Resoluções da 2ª Conferência Municipal de Mulheres na Cidade de São Paulo (2004)*, a qual apresenta os objetivos e resoluções vindas deste encontro, com atuação nas áreas sobre: 1) redução da pobreza, com trabalho e renda, rompendo com a divisão sexual do trabalho; 2) ação por educação e cultura igualitárias; 3) saúde com maior igualdade; 4) mulheres, cidadania e habitação; 5) atendimento e superação de todas as formas de violência contra a mulher em qualquer faixa etária; 6) ampliar a cidadania e os direitos sociais para todas as mulheres da idade, possibilitando a participação e o controle social. Também é colocado um balanço de atividades da Coordenadoria Especial da Mulher (2001-2004).

Esta publicação indica que na virada do século XXI, as mulheres da capital paulista já estavam discutindo suas condições de forma a questionar o direito à cidade. Assunto que aparece no *1º Plano Municipal de Políticas Para as Mulheres 2017-2020* (2016). Agora, de maneira afirmativa, contempla o eixo de trabalho *Direito à Cidade e Cidadania Cultural*, cujo objetivo é promover a vivência plena e segura das mulheres na cidade, com valorização de sua contribuição às diferentes dimensões da vida social e, subdividiu-se em dois objetivos específicos: o primeiro seria a promoção da equidade de gênero e a valorização das expressões culturais das mulheres em sua diversidade, já o segundo volta-se para viabilizar o direito à cidade para as mulheres através de prevenção da violência e ocupação dos espaços públicos. Para isto, é necessário o

incentivo de projetos propostos por mulheres ou coletivos de mulheres e a existência de um percentual de participação de mulheres no circuito municipal de cultura.



Figura 25 - Chamada do evento *Cidade Para as Mulheres*. Fonte: Coletivo Arrua, 2015.

Simultaneamente a estas políticas específicas para as mulheres, também foram identificadas políticas voltadas para a promoção da população LGBTTTs na cidade de São Paulo. Em 2005, houve a criação do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual para compor representantes em diversas secretarias de maneira transversal. Não obstante, há de se lembrar que o movimento LGBTTTs tem um histórico de atuação que surge com maior força no final dos anos 1990, e, talvez um dos maiores símbolos seja a ocupação das ruas da cidade com uma das maiores Paradas do Orgulho LGBT no mundo. E, o município conta com políticas desde 2011, que preveem equipamentos e serviços contra a violência e em combate à homofobia, pois os números de vítimas de violência e preconceito também são assustadores.

Outra política importante nesta temática, é o Programa *TransCidadania* de 2015, destinado à promoção da cidadania de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social.

Por consequência, nota-se que o espaço público permeia as políticas identificadas como um pano de fundo, porém, na maioria das vezes, ele não é ressaltado, salve o exemplo do *1º Plano Municipal de Políticas Para as Mulheres 2017-2020* (2016). Todavia, as questões presentes no parâmetro desta variável em termos de promoção para igualdade de gênero através de um desenho urbano menos androcêntrico, já citado no subcapítulo das variáveis e, elementos de desenho presentes em normas como a de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, mas que não se apresentam de forma afirmativa em relação às mulheres ou as questões do gênero. No quesito de dar visibilidade com a introdução de nomes femininos nas áreas públicas da cidade, é recorrente encontrar estas discussões em um âmbito mais de reconhecimento das mulheres de forma educativa.

CONCLUSÕES



Figura 26 - Passagens alternativas? Foto: Camilla M. Sumi, 2016.

Um problema estrutural: das cidades ao ensino

A identificação das políticas públicas urbanas voltadas com perspectiva do gênero mostra novas possibilidades de cidade e um árduo caminho a ser desconstruído e ao mesmo tempo construído.

O primeiro passo parte da inserção e participação efetiva das mulheres no cenário político em suas diversas escalas, porém é importante lembrar que quando se trabalha com gênero, também se trabalha com a intercessão de diversas modalidades sociais e, mesmo dentro de um pequeno grupo de mulheres há uma enorme diversidade e complexidade. É notório que o movimento feminista, os movimentos sociais e coletivos urbanos, são fundamentais no processo de dar visibilidade e voz às questões vivenciadas no cotidiano. No caso da cidade de São Paulo, percebe-se um fortalecimento de encontros, debates e ocupação do espaço público por parte dos coletivos urbanos a partir dos anos 2010 que colocam em pauta o direito da cidade às mulheres.

Estes acontecimentos não compõem um corpo isolado, mas sim uma série de articulações desenvolvidas nas últimas décadas, que também são impactos do cenário internacional, como visto na literatura. Entretanto, a tomada de ação por parte do poder público, mostra uma certa inércia perante as demandas originárias dos anos 1990 com uma tímida formulação de políticas públicas urbanas a partir dos anos 2000, cujo processo desta dissertação também apontou uma disparidade no trato e maturidade de políticas nas cidades correlatas à capital paulista. Um dos fatores está relacionado com a descentralização política ocorrida no país no final dos anos 1980 e a própria hierarquia territorial exercida por São Paulo frente sua influência econômica.

Há o destaque para as políticas voltadas à segurança, à habitação e à mobilidade, apesar da existência de uma certa desvinculação entre território e os diferentes e diversos perfis de mulheres encontrados seja pela faixa etária, etnia-raça, condição laboral ou acesso à educação, tanto em relação aos homens, quanto em

relação ao próprio grupo de mulheres. Ainda, as políticas identificadas não contemplam este tema em sua totalidade, são normalmente apenas destinadas as famílias sob responsabilidade financeira das mulheres ou mulheres vítimas da violência, com caráter emergencial. Além disso, há uma lacuna entre política urbana e desenho de cidade, o que coloca uma questão sobre qual seria o papel político e social das escolas de Arquitetura e Urbanismo?

A delonga ou até mesmo a ausência de políticas urbanas que trabalhem com gênero e suas outras interfaces, incluídas as questões étnicas-raciais e de classe, podem ser um indício na formação de profissionais pouco preparados para enfrentar reais problemas: desde os mais impactantes que surgem na imagem, por exemplo, da violência, até os invisíveis passados despercebidos pelo cotidiano e disfarçados na falsa ideia de neutralidade tanto no planejamento urbano como da arquitetura.

Isto posto, as escolas de Arquitetura e Urbanismo devem estar presentes nestas discussões e preparadas para criar um diálogo mais claro com a sociedade. Em outras palavras, há um sintoma de um problema estrutural que começa no ensino, perpassa a carreira e atinge a vida nas cidades. Para se ter uma ideia, os conselhos federais e a direção do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil são compostos, atualmente, majoritariamente por homens, são cerca de 80%. Entretanto, aproximadamente 61% dos profissionais em atividade são representados por mulheres arquitetas urbanistas, contra 39% de homens (CAU, 2015).

Não é difícil notar que no campo profissional, em relação aos homens, as mulheres têm menos visibilidade e reconhecimento, o qual pode ser visto em um levantamento de obras publicadas e, não significa que o fato de ser homem ou mulher afete na qualidade da produção arquitetônica (LIMA, 2014). Há uma reflexão relacionada diretamente entre gênero, representação e ação política que as mulheres têm nesta estrutura. Não é à toa que os movimentos estudantis e coletivos feministas das universidades de Arquitetura e Urbanismo têm ganhado força e manifestado contra situações de opressão e desigualdades de gênero vivenciados, principalmente, por estudantes mulheres.

Tais atos de discriminação e até mesmo violência não acontecem apenas no Brasil. Kathryn H. Anthony (2002) destaca em seu artigo uma amostra realizada em seis universidades norte americanas de Arquitetura e Urbanismo feita pelas

pesquisadoras Linda Groat e Sherry Ahrentzen nos anos 1990, que apesar de ter quase três décadas, já constatavam que em comparação aos estudantes do sexo masculino; as estudantes do sexo feminino estavam menos satisfeitas com a futura carreira e propensas a desistência do curso ou mudança de profissão. Muitos dos problemas estavam relacionados principalmente com docentes tendenciosos e machistas, o assédio sexual, a falta de incentivo e representação, o que levou Kathryn (2002) a concluir que a nova agenda para as escolas de Arquitetura e Urbanismo, deve incluir a diversidade do gênero e etnia, assunto também levantado por Leonie Sandercock e Ann Forsyth (2005) no capítulo 2 desta dissertação.

Dessa forma, a introdução das questões do gênero nas escolas de Arquitetura e Urbanismo requer um posicionamento político, o qual se encontra nos projetos pedagógicos das mesmas, já que estes estão relacionados com a organização do trabalho pedagógico da escola como um todo, incluindo sua relação com o contexto social imediato. O ensino deve se colocar a favor, sobretudo, de uma pedagogia libertadora⁷², a qual vise novas perspectivas, a equidade nas relações de trabalho e na profissão, assim como na própria produção socioespacial das cidades.

Outro aspecto relevante é que a inserção do gênero contempla um novo olhar da historiografia da Arquitetura e do Urbanismo, a qual visibiliza uma produção arquitetônica e urbana diferente daquelas estudadas tradicionalmente, cuja produção é feita, majoritariamente, por arquitetos urbanistas homens e brancos, além do questionamento da produção de cidades androcêntricas. Para tanto, faz-se necessária uma reestruturação curricular de muitos projetos políticos pedagógicos, com considerações de alguns pontos fundamentais como a ideologia que o currículo passa, o contexto social em que está inserido, a própria organização curricular e a questão do controle social (VEIGA, 2002).

Contudo, é importante destacar a atuação de algumas escolas latino-americanas de Arquitetura e Urbanismo, que a partir dos anos 2000, já apresentavam em seus projetos políticos pedagógicos conteúdos afirmativos nestas perspectivas. É o caso das escolas abaixo:

⁷² Tal termo foi utilizado por Paulo Freire (1977) em *Pedagogia do Oprimido* com o viés de libertação das classes sociais, e, atualmente, essa pedagogia vem sendo objeto de críticas relevantes a partir de diferentes correntes de pensamento, identificadas com as filosofias pós-modernas, teorias feministas e anti-racistas, dentre outras, mas com o intuito de incluir também questões referentes à gênero, raça, etnia, sexualidade e idade (SARDENBERG, 2011).

- I. Facultad de Arquitectura da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), que em 2005 no Plano de Estudos em Urbanismo inclui as disciplinas obrigatórias: *Métodos Participativos e Teorías urbanas IV (urbanismo y multiculturalidad)*; E, em 2017, no Plano de Estudos em Arquitetura aborda gênero na disciplina optativa *Perspectiva de género en arquitectura*, e nas obrigatórias *Arqueología del Hábitat*, *Historia de la Arquitectura*, *Sistemas Urbano Arquitectónicos* e *Extensión Universitaria*.
- II. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) desde 2014 aborda gênero e etnia em diversos eixos, sendo também tema específico da disciplina optativa: *Arquitetura, Cidades, Relações Étnicas e de Gênero*.
- III. Facultad de Arquitectura Diseño y Urbanismo da Universidad de Buenos Aires (FADU-UBA), que desde o primeiro semestre de 2017 (Figura 27) conta com a disciplina optativa *Diseño y Estudios de Género*. Esta disciplina tem a intenção de refletir sobre como projeções de gênero têm um impacto sobre os processos de projeto nos usos e leituras de objetos e espaços sociais.
- IV. O recém-criado curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) conta com um projeto político pedagógico de 2016 que aborda em diversas temáticas as questões de gênero, por exemplo, no programa de pesquisa histórica e crítica da produção social da arquitetura e cidades, a autocrítica da profissão, consideração da dimensão territorial e o projeto pensado como acolhimento da diversidade. Há também o trabalho com *Linhas Interdisciplinares*, onde gênero está presente nos temas da *Sociedade Civil e Direito à Cidade e Educação, Cultura e Saúde*.
- V. Há também outras universidades que abordam gênero em disciplinas eletivas de acordo com a demanda e pesquisas internas, são os exemplos:
 - a. *Arquitetura, gênero e domesticidade* (Disciplina eletiva do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP);
 - b. *Estudos Em História Da Arquitetura E Do Urbanismo – Cidade, Arquitetura E Domesticidade Moderna* (Disciplina optativa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP-SP);

- c. *“Nem nossos corpos nem nossos territórios”: gênero, território e movimentos sociais* (Oficina do Programa De Graduação Em Gestão Pública Para O Desenvolvimento Econômico E Social da UFRJ);
- d. *Gênero, colonialidade, corpo e território: da caça às bruxas à modernidade neoliberal* (Disciplina optativa da Pós-Graduação IPPUR/UFRJ).

Assim, não somente na graduação, mas também na pós-graduação, há programas no contexto da América Latina, principalmente no Chile, Argentina, Brasil, Uruguai, Colômbia e México, que possuem grupos de pesquisa ou investigações isoladas que trabalham com estes temas. Como a autora bell hooks⁷³ escreve no seu trabalho *Teaching to Transgress* (1994):

The academy is not paradise. But learning is a place where paradise can be created. The classroom, with all its limitations, remains a location of possibility. In that field of possibility we have the opportunity to labor for freedom, to demand of ourselves and our comrades, an openness of mind and heart that allows us to face reality even as we collectively imagine ways to move beyond boundaries, to transgress. This is education as the practice of freedom. (hooks, 1994, p.207)

É natural que a academia não seja um paraíso e as mudanças ocorram da noite para o dia, mas elas podem começar na própria sala de aula, pois esta ainda é o espaço da possibilidade de transformação. A transgressão no ensino tanto de Urbanismo, como da Arquitetura, mostra-se clamoroso, e, de certa forma, indica como algumas cidades têm tratado as mulheres com políticas públicas urbanas ainda ineficientes, muitas vezes ausentes ou com delongas frente às configurações socioespaciais contemporâneas e uma demanda diversa.

⁷³ A autora, feminista e ativista Gloria Jean Watkins prefere que utilizem seu pseudônimo bell hooks (escrito em letras minúsculas) em suas publicações. Disponível em: <<http://www.blackpast.org/aah/hooks-bell-gloria-jean-watkins-1952>>. Acessado em: 01/11/2017.

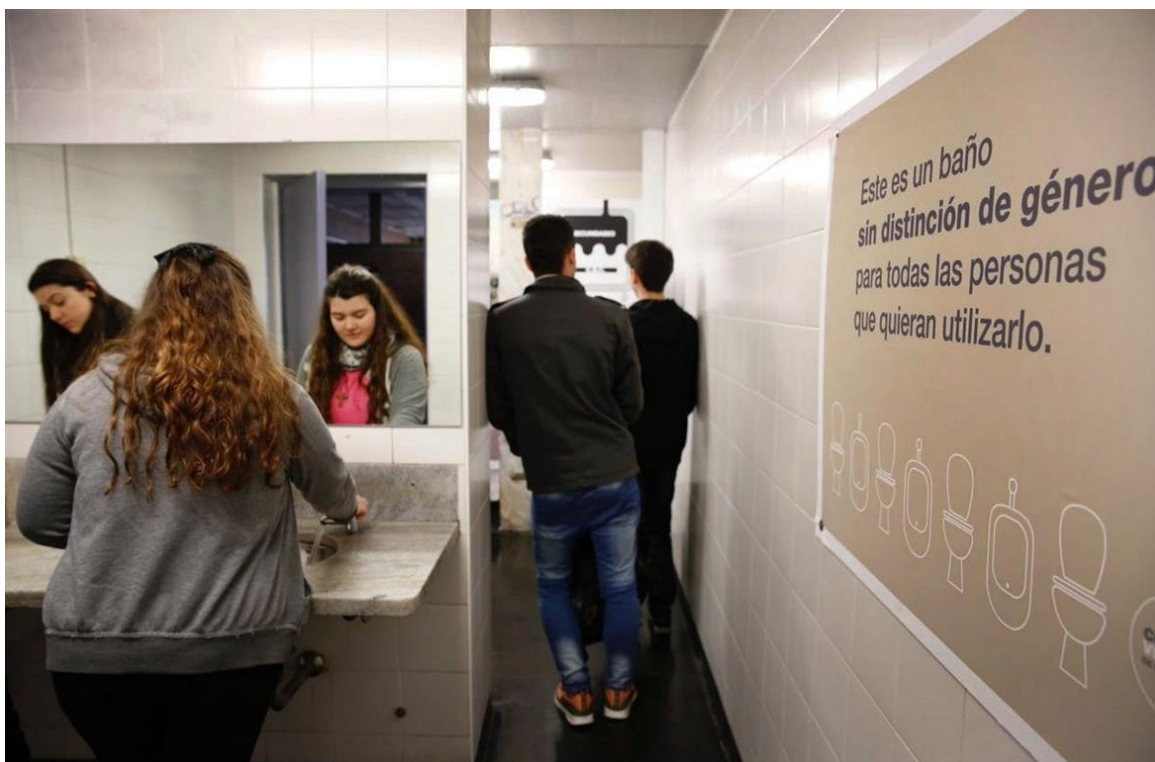


Figura 27 - Banheiro sem distinção de gênero da FADU-UBA (2017). Disponível em: <<https://www.minutouno.com/notas/1565159-inauguran-banos-distincion-sexo-la-facultad-arquitectura-diseno-y-urbanismo-la-uba>>. Acessado em: 17/10/2017.

Por isso, o conjunto dos elementos que compõe um projeto político pedagógico é afetado em maior ou menor grau quando há uma intenção emancipatória no aprendizado e convívio social. Como consequência, as escolas de Arquitetura e Urbanismo devem ter um posicionamento claro daquilo que as mesmas pretendem ser perante a sociedade, ora conivente com seus problemas estruturais do gênero, etnia-raça e classe, ora contestadoras e formadoras de indivíduos e indivíduos aptos a irrupção destes paradigmas de desigualdades, que permeiam o ensino, a profissão e estendem-se até as cidades. A formação profissional, portanto, estende-se para além do seu projeto político pedagógico e deve preparar os futuros profissionais para que respondam também com projetos de qualidade que atendam às necessidades dessa sociedade, ao mesmo tempo que estes construam outras possibilidades de convivência no espaço público urbano.

REFERÊNCIAS

- ALFONSIN, Betânia de Moraes. Cidade para todos/cidade para todas – vendo a cidade através do olhar das mulheres. In: ALFONSIN, Betânia de Moraes; FERNANDES, Edésio (Org.). **Direito Urbanístico: Estudos Brasileiros e Internacionais**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006. p. 253-264;
- ANTHONY, Kathryn H.. Designing for Diversity: Implications for Architectural Education in the Twenty First Century. **Journal of Architectural Education** (1984-), v. 55, n. 4, p. 257-267, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1425727>>. Acesso em: 05/05/2016;
- ARRETCHE, Marta T. S.. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n.40, p. 111-141, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712>>. Acessado em: 13/09/2017;
- BANDEIRA, Lourdes; VASCONCELOS, Marcia. **Eqüidade de gênero e políticas públicas: reflexões iniciais**. Brasília: AGENDE, 2002;
- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985;
- BÓGUS, Lucia Maria Machado (Org.); PASTERNAK, Suzana (Org.); RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). **São Paulo: transformações na ordem urbana**. 1ªed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015;
- BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Trad.: Renato Aguiar. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008;
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **Políticas Públicas para as Mulheres**. Brasília, ca. 2000;
- CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, Jean; et al. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Trad.: Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008;
- CEVEDIO, Mónica. **Arquitectura y Género: Espacio Público-Espacio Privado**. Barcelona: Icaria Editorial, 2003;
- CHANT, Sylvia. Cities through a “gender lens”: a golden “urban age” for women in the global South? **Environment & Urbanization**, v. 25(1), p. 9–29, 2013. DOI: 10.1177/0956247813477809. Disponível em: <<http://eau.sagepub.com/content/25/1/9.abstract>>. Acessado em: 28/03/2016;
- CONSELHO de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Pesquisa CAU/BR Datafolha**. 2015;
- CORTÉS, José Miguel G.. **Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social**. Trad.: Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008;

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero. Novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.23, n.66, p.165-211, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/11.pdf>>. Acessado em: 27/11/2016;

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Trad.: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992;

DOCUMENTO. Carta por el Derecho de las Mujeres a la Ciudad. **Revista Paz y Conflictos**, n.5, 2012. Disponível em: <<http://revistaseug.ugr.es/index.php/revpaz/article/view/474/556>>. Acessado em: 13/07/2016;

FAINSTEIN, Susan S.(Edição); SERVON, Lisa J. (Co-editora). **Gender and Planning: A Reader**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2005;

FERNANDES, Edésio. Estatuto da Cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo?. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.212-233, 2013;

FERREIRA, Regina Fátima C. F. Plataforma feminista da reforma urbana: do que estamos falando?. In: GOUVEIA, Taciana (Org.). **Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade**. Recife: SOS Corpo, 2008.

FENSTER, Tovi. The right to the gendered city: different formations of belonging in everyday life. **Journal of Gender Studies**, v.14 n.3, 2005. Disponível em: <<http://www.adalah.org/uploads/oldfiles/Public/files/English/Publications/Makan/Makan-v1/Makan-Land-Planning-and-Justice-Vol-1-Right-to-City-40-Gendered-Everyday-Life-Tovi-Fenster.pdf>> Acessado em: 06/07/2016;

FRANÇA, Elisabete; COSTA, Keila Prado (Org.). **Plano Municipal de Habitação: A Experiência de São Paulo**. 1ªed. São Paulo: Secretaria Municipal de Habitação, 2012a, vol. 1;

_____. **Do Plano ao Projeto: Novos Bairros e Habitação Social em São Paulo**. 1ªed. São Paulo: Secretaria Municipal de Habitação, 2012b, vol. 2;

GODINHO, Tatau. Construir a Igualdade Combatendo a Discriminação. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo - Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 55-64;

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – Atrizes dos Movimentos Sociais: Relações Político-Culturais e Debate Teórico No Processo Democrático. **Revista Política & Sociedade**, v.6, n.11, p.41-70, 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255/1200>> Acessado em: 27/05/2015;

GOLDANI, Ana Maria. As Famílias Brasileiras: Mudanças e Perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.91, p. 7-22, 1994. Disponível em:

<<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/872/879>> Acessado em: 08/06/2015;

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero**. 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo;

GORSDOF, Leandro Franklin. Qual o lugar das mulheres nas cidades? Por um ativismo-feminista-urbano. In: **Observatório das Metrópoles**. Publicado em: 11/08/2016. Disponível em: <http://observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1688%3qual-o-lugar-das-mulheres-nas-cidades?-por-um-ativismo-feminista-urbano&catid=14%3Aartigos-semanais&Itemid=180#>. Acessado em: 17/08/2016;

GUTIÉRREZ VALDIVIA, Blanca. La ciudad cuidadora. **El País**. Publicado em: 18/03/2016. Disponível em: <<http://blogs.elpais.com/seres-urbanos/2016/03/la-ciudad-cuidadora.html#more>>. Acessado em: 18/06/2016;

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. Trad.: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014;

HAYDEN, Dolores. What Would A Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v.5, n.3, p.170-187, 1980. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3173814>> Acessado em: 25/04/2016;

hooks, bell. **Teaching To Transgress: Education As The Practice Of Freedom**. New York: Routledge, 1994;

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. **Direito à Cidade: uma visão por gênero**. São Paulo: IBDU, 2017;

_____. **Direito à Cidade: uma outra visão de gênero**. São Paulo: IBDU, 2017;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero (2000 - 2010)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?loc=0>> Acessado em: 01/08/2016;

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 4.ed. Brasília: Ipea, 2011;

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Trad.: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000;

JARVIS, Helen; KANTOR, Paula; CLOKE, Jonathan. **Cities and Gender**. Oxônia: Routledge, 2009;

KERGOAT, Danièle. Relações Sociais De Sexo e Divisão Sexual Do Trabalho. In: LOPES, Marta Júlia; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera Regina (Org.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996;

LEVY, Caren. Ciudad y género: Una ciudad más justa: el género y la planificación. In: BALBO, Marcello; JORDÁN, Ricardo; SIMIONI, Daniela (Org.). **La Ciudad Inclusiva**. Santiago: CEPAL, n.88, 2003, p. 237-258;

LIMA, Ana Gabriela Godinho. **Arquitetas e arquiteturas na América Latina do Século XX**. 1.ed. São Paulo: Altamira Editorial, 2014;

MASSOLO, Alejandra. Las Mujeres Y El Hábitat Popular: ¿Cooperación Para La Sobrevivencia O Para El Desarrollo? In: Anuario Hojas de Warmi. Barcelona: Hojas de Warmi, n.10, 1999, Barcelona. **Anuario...** Barcelona: Universitat de Barcelona, 1999;

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012;

McDOWELL, Linda. **Gender, Identity and Place: Understanding Feminist Geographies**. Cambridge: Polity Press, 1999;

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: Uma Introdução**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p.17-29;

_____. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: Uma Introdução**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p.93-107;

MONTALI, Lília; LIMA, Marcelo Tavares de. Família, trabalho e renda: mudanças na primeira década do século XXI. In: BÓGUS, Lucia Maria Machado (Org.); PASTERNAK, Suzana (Org.); RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). **São Paulo: transformações na ordem urbana**. 1ªed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 158-192;

MOSER, Caroline O. N.. **Planificacion de Genero y Desarrollo. Teoría, Práctica & Capacitación**. Traducción: Jessica McLauchlan e Mirko Lauer. Red entre mujeres/Flora Tristán: Lima, 1995;

MUXÍ, Zaida; et al. ¿Qué Aporta la Perspectiva de Género al Urbanismo?. **Revista Feminismo/s**, Alicante, n.17, p.105-129, 2011. Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/22338>> Acessado em: 02/06/2015;

PASTERNAK, Suzana. Habitação Contemporânea e Dinâmica Populacional no Brasil: Notas Muito Preliminares. In: VII Encontro Nacional da ANPUR, 1997, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR, 1997;

PÉREZ PRIETO, Laura. Women's right to the city. A feminist review of urban spaces. **Territory of Research on Settlements and Environment. International Journal of Urban Planning, Special Issue**, v.9, n.1, p.53-66, 2016. Disponível em: <<http://www.tria.unina.it/index.php/tria/issue/view/310>>. Acesso em: 04/01/2016;

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.11, n.2, p.263-274, 2008;

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012;

ROLNIK, Raquel. Dez anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo. In: RIBEIRO, Ana Clara T.; VAZ, Lilian V.; SILVA, Maria Lais P. (Org.). **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012. p. 87-104;

SAFFIOTI, Heleieth I.B.. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1979;

_____. Primórdios Do Conceito De Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.12, p.157-163, 1999;

SANDERCOCK, Leonie; FORSYTH, Ann. A Gender Agenda: New Directions for Planning Theory. In: FAINSTEIN, Susan S.(Edição); SERVON, Lisa J. (Co-editora). **Gender and Planning: A Reader**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2005. p.67-85;

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. Mudanças No Mundo Da Família E Seu Impacto Nas Formas De Morar: Os Flats, Os Descasados, Os Independentes E A Esposa Invisível. **Interseções**, Rio de Janeiro, n.8, 2006;

SANTORO, Paula Freire. Gênero E Planejamento Territorial: Uma Aproximação. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2007;

SARDENBERG, Cecilia M. B.. Considerações Introdutórias Às Pedagogias Feministas. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (org.). **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais**. Salvador: UFBA - NEIM, 2011;

SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina. A Trajetória Da Reforma Urbana No Brasil. In: SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (Edição). **Ciudades para todas: Por el derecho a la ciudad, propuestas y experiencias**. 1.ed. Chile: Habitat International Coalition, 2010. p. 261-272;

SCOTT, Joan W.. A useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986;

SOARE S., Vera. Políticas Públicas Para Igualdade: Papel Do Estado e Diretrizes. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). **Políticas Públicas e Igualdade De Gênero**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo - Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 113-126;

RISÉRIO, Antonio. **Mulher, Casa e Cidade**. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 2015

TELLO, Rosa; PÉREZ-RINCÓN, Socorro. Inclusión y exclusión de las mujeres en las políticas y prácticas de renovación urbana. In: TELLO, Rosa; QUIROZ, Heitor (Eds.). **Ciudad y Diferencia: Género, cotidianeidad y alternativas**. Barcelona: Bellaterra, 2009. p. 21-52;

Van den Berg, Marguerite. The discursive uses of Jane Jacobs for the genderfying city: Understanding the productions of space for post-Fordist gender notions. **Urban Studies** First published date: December-06-2016 DOI: 10.1177/0042098016680519;

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico Da Escola: Uma Construção Possível**. 14.ed. Brasil: Papirus, 2002;

VILLAGRÁN, Paula Soto. Ciudad, ciudadanía y género. Problemas y paradojas. **Revista Territorios**, Bogotá, n.16, p.29-46, 2007;

_____. La Ciudad Pensada, La Ciudad Viva, La Ciudad Imaginada: Reflexiones Teóricas Y Empíricas. **Revista La Ventana**, Guadalajara, n.34, 2011;

YOUNG, Iris Marion. Justice and the Politics of Difference. In: FAINSTEIN, Susan S.(Edição); SERVON, Lisa J. (Co-editora). **Gender and Planning: A Reader**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2005. p. 86-103.

APÊNDICE A

Quadro 4 - Políticas urbanas identificadas: Segurança e Equipamentos e Serviços. Fonte: da autora, 2016-2017.

Palavras-chave recorrentes no texto	Variável Urbana	Escala Territorial	Período	Órgão responsável/ Parceria / Iniciativa/ Assessoria Técnica	Referência Normativa / Nome do Projeto	Política Urbana / Projeto
Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher	Segurança / Equipamentos e Serviços	Estado de São Paulo	1986 - 1997 - atual	Governo do Estado de São Paulo: Secretaria de Segurança Pública	Lei nº 5.467, de 24 de dezembro de 1986	As Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher são sancionadas pela Lei nº 5.467, de 24 de dezembro de 1986, sofre modificação pelos decretos de 1996 e 1997
saúde; violência doméstica; vulnerabilidade social	Segurança / Equipamentos e Serviços	São Paulo	-	Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres	Rede de atendimento	Centros de Referência (CRMs); Centros de Cidadania da Mulher (CCMs); Centros de Defesa e de Convivência da Mulher (CDCMs)/SMADS; CRAS / CREAS / SMADS; Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM); Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento À Violência Doméstica (GEVID); Delegacias de Defesa da Mulher abertas 24h desde 08/2016; Hospital Pérola Byington: Centro de Referência da Saúde da Mulher
combate à homofobia	Equipamentos e Serviços	São Paulo	2011 - atual	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenação de Políticas para LGBT - Gestão Gilberto Kassab (2009-2012)	Decreto nº 52.652 de 16 de Setembro de 2011	Decreto cria o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate à Homofobia (CCH) no Município de São Paulo, qual atua como equipamento de saúde, informação, atendimento à vítimas de violência e preconceito.
grupos vulneráveis; mulheres; transversalidade das políticas de gênero	Segurança / Equipamentos e Serviços	São Paulo	2014	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Lei nº 16.050, de 31 de Julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico	Art. 303. Os objetivos do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são: I - a proteção integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis, em especial crianças, jovens, mulheres, idosos, negros e pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua; Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são: XIV - aprimorar as políticas e a instalação de equipamentos, visando à viabilização das políticas de acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência; Art.308 há menção de elaboração ou revisão de planos setoriais de educação, saúde, esportes, assistência social, cultura e segurança alimentar e nutricional com à transversalidade das políticas de gênero e raça;
cidadania LGBT	Equipamentos e Serviços	São Paulo	2015 - atual	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenação de Políticas para LGBT - Gestão Fernando Haddad (2013-2016)	Rede de atendimento: Centros de Cidadania LGBT	Os Centros de Cidadania LGBT – fazem parte das ações do Programa de Metas da Gestão 2013/2016 da Prefeitura de São Paulo, previsto na Meta 61: desenvolver ações permanentes de combate à homofobia e respeito à diversidade sexual. São encontrados na República, São Miguel Paulista, Parada Inglesa e Santo Amaro.

Quadro 5 - Políticas urbanas identificadas: Mobilidade. Fonte: da autora, 2016-2017.

Palavras-chave recorrentes no texto	Variável Urbana	Escala Territorial	Período	Órgão responsável/ Parceria / Iniciativa/ Assessoria Técnica	Referência Normativa / Nome do Projeto	Política Urbana / Projeto
mulheres; transporte coletivo; segurança	Mobilidade	Brasil	2016	Petição do movimento "Vamos Juntas?" nas redes sociais	Petição "Vamos Juntas?"	Proposta de projeto de lei para que as mulheres no transporte coletivo possam optar pelo desembarque em locais mais seguros a partir das 22h. Tal lei já existe desde 2014 em alguns municípios brasileiros como em Mogi das Cruzes, Guarujá e Itanhaém no estado de São Paulo, Cascavel e Umuarama no Paraná, Nova Friburgo no Rio de Janeiro e no Distrito Federal.
mulheres; violência; abuso sexual	Mobilidade	São Paulo	2015	Campanha aconteceu meio a polêmica do "vagão rosa" e as solicitações de duas jornalistas, Ana Carolina Nunes e Nana Soares - As campanhas foram feitas pelo Metrô de SP	Campanha "Você não está sozinha. Estamos unidas contra o abuso sexual"	Campanhas contra abuso sexual de mulheres no Metrô - SP. Chamada de 2015 trazia cartazes com a frase "Você não está sozinha. Estamos unidas contra o abuso sexual" incentivando denúncias. No período da campanha, a mesma foi veiculada por meio de cartazes e panfletos distribuídos nas linhas azul, verde e vermelha.
mulheres	Mobilidade	São Paulo	2016	Projeto de Lei nº 172/14, dos Vereadores Natalini (PV) e Toninho Vespoli (PSOL)	Lei nº 16.490, de 15 de Julho de 2016	Art. 1º As mulheres e os idosos que utilizam o transporte coletivo urbano de passageiros podem optar pelo local mais seguro e acessível para desembarque a partir das 22 horas e até às 5 horas do dia seguinte. (artigo principal)

Quadro 6 - Políticas urbanas identificadas: Participação. Fonte: da autora, 2016-2017.

Palavras-chave recorrentes no texto	Variável Urbana	Escala Territorial	Período	Órgão responsável/ Parceria / Iniciativa/ Assessoria Técnica	Referência Normativa / Nome do Projeto	Política Urbana / Projeto
diversidade sexual	Participação	São Paulo	2005	Prefeitura Municipal de São Paulo - Gestão José Serra (2005-2006)	Decreto nº 46.080, de 15 de Julho de 2005	Decreto cria o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual, cuja modificação de 2008 esclarece melhor a composição dos representantes nas secretarias da Cultura, da Saúde, da Educação, da Assistência e Desenvolvimento Social, do Trabalho, da Guarda Civil Metropolitana, da Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual e da Comissão Municipal de Direitos Humanos.
mulheres; desigualdades de gênero	Participação	São Paulo	2013 - atual	Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres - Criada em 2013 - Gestão Fernando Haddad (2013-2016)	Lei nº 15.764, de 27 de Maio de 2013	A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres tem como objetivos: formular, coordenar e executar políticas e diretrizes, além de atuar nos programas de governo para a promoção dos direitos das mulheres, eliminando as discriminações, bem como sua plena integração social, política e econômica. Uma das principais estratégias desta Secretaria na superação das desigualdades de gênero é atender as mulheres como sujeito de suas próprias reivindicações. Para isso, se propõe a criar espaços que contribuam nos processos a serem implementados.
vulnerabilidade social	Participação	São Paulo	2015	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenação de Políticas para LGBT - Gestão Fernando Haddad (2013-2016)	Programa TransCidadania	Institui o Programa TransCidadania, destinado à promoção da cidadania de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social; altera disposições dos Decretos nº 44.484, de 10 de março de 2004, e nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001.
política para as mulheres; igualdade de gênero	Participação	São Paulo	2017 - 2020	Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres	Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM)	Plano Municipal de Políticas para as Mulheres da cidade de São Paulo estabelece objetivos que trabalham em eixos (EIXO 1: Participação Política, Poder Público, Democracia e Transparência; EIXO 2: Autonomia Econômica, Trabalho e Desenvolvimento; EIXO 3: Educação, Igualdade de Gênero e Comunicação Não-sexista; EIXO 4: Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; EIXO 5: Enfrentamento à Violência; EIXO 6: Direito à Cidade e Cidadania Cultural), metas e ações para a gestão da Prefeitura nos próximos quatro anos (2017 -2020).

Quadro 7 - Políticas urbanas identificadas: Habitação. Fonte: da autora, 2016-2017.

Palavras-chave recorrentes no texto	Variável Urbana	Escala Territorial	Período	Órgão responsável/ Parceria / Iniciativa/ Assessoria Técnica	Referência Normativa / Nome do Projeto	Política Urbana / Projeto
mulher; famílias chefiadas por mulheres	Habitação	Brasil	2005	Governo Federal	Lei nº 11.124, de 16 de Junho de 2005. Art.4 e Art.23	Art. 4º A estruturação, a organização e a atuação do SNHIS devem observar: II – as seguintes diretrizes: h) estabelecer mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como o de menor renda da alínea "a" deste inciso. Art. 23º Os benefícios concedidos no âmbito do SNHIS poderão ser representados por: § 1º Para concessão dos benefícios de que trata este artigo serão observadas as seguintes diretrizes:VI – para efeito do disposto nos incisos I a IV do caput deste artigo, especificamente para concessões de empréstimos e, quando houver, lavratura de escritura pública, os contratos celebrados e os registros cartorários deverão constar, preferencialmente, no nome da mulher.
mulher; regularização fundiária	Habitação	Brasil	2009	Governo Federal - Ministério das Cidades	Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009. Art.35 e Art.48	Art. 35º Os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV serão formalizados, preferencialmente, em nome da mulher. Art. 48º Respeitadas as diretrizes gerais da política urbana estabelecidas na Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, a regularização fundiária observará os seguintes princípios: V – concessão do título preferencialmente para a mulher.
mulheres e/ou famílias com filhos em situação de rua e/ou vítimas de violência	Habitação	São Paulo	2009 - 2024	Secretaria Municipal de Habitação	Plano Municipal de Habitação: A Experiência de São Paulo (Vol.1 - 2012)	Diretrizes no Plano quanto: "Garantir a titularidade do imóvel em nome da mulher, conforme prática vigente nos programas habitacionais da Sehab."; Público alvo do programa de aluguel social: "mulheres e/ou famílias com filhos em situação de rua e/ou vítimas de violência".
gênero feminino; tarefas de reprodução; vida cotidiana	Habitação	São Paulo	2009 - 2024	Secretaria Municipal de Habitação	Do Plano ao Projeto: Novos Bairros e Habitação Social em São Paulo (Vol.2 - 2012)	No Plano há seguinte orientação: "Para poder realizar as atividades cotidianas é necessário contar com as redes de proximidade que permitem o desenvolvimento de todas as fases da vida, especialmente aquelas ligadas ao gênero feminino ou às tarefas de reprodução. Para isso, numa distância de no máximo 1.000m da residência, deve se encontrar equipamentos e infraestrutura que colaborem para um melhor desenvolvimento das atividades da vida cotidiana."
mulher responsável pela unidade familiar; Sistema Nacional de Cadastro habitacional	Habitação	Brasil	2016	Governo Federal - Ministério das Cidades	Portaria Nº 163, de 06 de maio de 2016 - Institui o Sistema Nacional de Cadastro Habitacional (SNCH) e aprova o Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)	CAPÍTULO I: Operações realizadas com recursos provenientes da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) - "MCMV Faixa 1" 3 CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DOS CANDIDATOS: 3.1.2 Os critérios nacionais são: b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração; 8 PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA SELEÇÃO: 8.2 Em caso de constar, entre os selecionados, mulheres atendidas por medida protetiva de abrigo, seus dados deverão ser preservados da publicidade na divulgação da relação de beneficiários. CAPÍTULO II Operações realizadas com recursos transferidos ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) – "MCMV Faixa 1 Entidades" 4 CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DOS CANDIDATOS: 4.1.3 Os critérios nacionais são: b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração; 7 PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA SELEÇÃO: 7.2 Em caso de constar, entre os selecionados, mulheres atendidas por medida protetiva de abrigo, seus dados deverão ser preservados da publicidade na divulgação da relação de beneficiários. Conceito: 32 Mulher Responsável pela unidade familiar: aquela que se reconhece e é reconhecida pela família como a pessoa de referência desta, podendo ou não ser a provedora econômica.
mulher, idosos ou pessoas com deficiência; cartão reforma	Habitação	Brasil	2016	Governo Federal - Ministério das Cidades	Medida Provisória nº 751, de 2016	Cartão Reforma - Beneficiários - Para participar do programa, o beneficiário deverá ser proprietário do imóvel e morar no local onde será feita a reforma. Terão prioridade famílias cujo responsável seja uma mulher, que tenham idosos ou pessoas com deficiência como membro, além das famílias com renda baixa.